



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DUMILDE VIRGÍLIO CARVALHO ARTUR

A URBANIZAÇÃO NO SUL DE LUANDA: transformações e segregação
espacial nos musseques agrícolas.

JOÃO PESSOA/PB
2024

DUMILDE VIRGÍLIO CARVALHO ARTUR

A URBANIZAÇÃO NO SUL DE LUANDA: transformações segregação
espacial nos musseques agrícolas.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia da Universidade
Federal da Paraíba como requisito para obtenção do
grau de mestre em Sociologia.

Orientadora: Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro

JOÃO PESSOA/PB
2024

(FICHA CATALOGRÁFICA)

Catálogo na publicação Seção de Catalogação e Classificação

A792u Artur, Dumilde Virgílio Carvalho.

A urbanização no sul de Luanda : transformações e
segregação espacial nos musseques agrícolas / Dumilde
Virgílio Carvalho Artur. - João Pessoa, 2024.

115 f. : il.

Orientação: Patrícia Alves Ramiro.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Urbanização. 2. Angola - Transformação espacial.
3. Luanda - Segregação espacial. 4. Transformação -
Novas cidades. I. Ramiro, Patrícia Alves. II. Título.

UFPB/BC

CDU 911.375.1(043)

TERMO DE APROVAÇÃO

DUMILDE VIRGÍLIO CARVALHO ARTUR

A URBANIZAÇÃO NO SUL DE LUANDA: transformações segregação espacial nos musseques agrícolas.

A dissertação intitulada *A urbanização no Sul de Luanda: transformações e segregação espacial nos musseques agrícolas*, de autoria de Dumilde Virgílio Carvalho Artur, sob orientação da Profa. Dra. Patrícia Alves Ramiro, apresentada, por videoconferência, em sessão pública ao Programa Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal da Paraíba, foi aprovada em 04/03/2024, pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:



Orientadora
Professora Dra. Patrícia Alves Ramiro



Documento assinado digitalmente
MARCELO BURGOS PIMENTEL DOS SANTOS
Data: 09/04/2024 10:27:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Dr. Marcelo Burgos Pimentel dos Santos (PPGS/UFPB)

Examinador Interno



Professor Dr. Rodrigo Constante Martins (PPGS/UFSCAR)

Examinador Externo

JOÃO PESSOA/PB
2024

Ao meu pai,

Pelos princípios e valores que me foi dado, e por todo apoio que me permitiram seguir com a formação.

À minha mãe, pelo amor incondicional, pelos conselhos e por todo suporte emocional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais por tudo; pelos conselhos, transmissão de valores e, o mais importante, por me ensinarem os princípios que me moldaram e moldam a me tornar um ser humano cada vez melhor. Do meu pai recebi todo apoio, estímulo e a ajuda para a compreensão do quão político e importante se constitui o processo de formação. Senhor Virgílio João Artur, minha imensurável gratidão. Da minha mãe sempre recebi palavras sinceras, conselhos edificantes e um amor um amor de outra dimensão. Dona Anita Carvalho Quissaca, minha eterna gratidão.

O resultado dessa pesquisa se deve a uma série de fatores, dentre os quais, destaco a participação na disciplina de Campesinato, casa e trabalho. Oferecida no meu segundo semestre de mestrado pela minha orientadora no Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. A pesquisa contou com apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico (CNPq). Contou, também, com o apoio técnico e material da coordenação do PPGS da UFPB, com destaque ao setor da secretária, na pessoa da Cintia. A essas instâncias institucionais, a minha gratidão. Agradeço a minha orientadora, a professora Patrícia Alves Ramiro, por me ajudar a compreender melhor minha pesquisa, pela paciência e generosidade genuína. Pelo acolhimento, pelos inesquecíveis momentos compartilhados, pela maneira que me apoiou e direcionou atentamente para a manutenção, permanência no programa e na elaboração da pesquisa. Profa. Patrícia, minha profunda gratidão. Agradeço pelas indicações de leitura, pela escuta atenta e contribuição ativa na construção desta pesquisa.

Agradeço ainda a minha orientadora por me ter apresentado a querida professora Ana Montoia, que me permitiu realizar o estágio docência de Ciências Políticas no curso de graduação de Economia da Universidade Federal da Paraíba. Nutri uma enorme admiração pelo repertório cultural da professora Ana Montoia, seu conhecimento sobre as organizações e lutas anticoloniais dos países africano de expressão portuguesa, em particular de Angola, são ímpares. Do seu humanismo, acolhimento e partilhas: sou eternamente grato.

Aos professores com os quais tive aula no PPGS/UFPB, em especial a professora Marina Moguillansky, a minha gratidão. Estendo a minha gratidão aos meus colegas do PPGS, em particular a Vilma, o Gustavo e o Marcos. Ao meu grande camarada Valdimiro Dias, o Dollar, o meu obrigado pelas partilhas e conversas que ajudaram a desanuviar o stress desse

contexto complexo. Aos meus amigos Rodris e Francisco pela cooperação mútua no nosso processo de formação no Brasil, minha gratidão.

Ao meu irmão Alonso pelos saudáveis momentos da nossa velha amizade, pelo respeito e atenção que cultivamos. Ao meu cunhado Flávio, pela amizade sincera. Para a minha querida princesa Ana Dumilda e à dona Rosa Domingos, o meu profundo apreço e gratidão. À minha irmã Ivânia, pelo amor sincero, à querida Milwama, a todos os meus irmãos, irmãs, amigos e amigas, a vocês sou grato por tudo.

À Nga Madya, querida vó (IM), e ao meu mestre tio/pai Augusto Artur (IM), muita coisa para partilhar convosco: a vocês, o meu obrigado pelos ensinamentos. Aos meus antepassados, o meu obrigado. Ao ser que sempre existiu e que por meio de sua vontade tudo veio a existir: meu senhor Deus, Ngana Nzambi, Jah, minha mais profunda gratidão.

Epígrafe

Sua música é a foto do nosso social

É a esperança de um futuro melhor, mesmo que no passado

O passado passado pelos artistas do teu tempo em nossos
tempos

Tempos do auge da agonia

Agonia que só a nossa música alivia

Que só a tua música harmoniza

Pela música popular e por Angola, o meu obrigado.

De: Dumilde Artur para Bonga Kwenda.

RESUMO

A partir das primeiras décadas do ano 2000, registaram-se, em Angola, os primeiros grandes avanços do recente processo de urbanização. A capital de Angola (Luanda) foi a cidade que mais registrou, nos últimos anos, maior concentração de novas cidades. Nesse sentido, essa pesquisa tem como objetivo geral analisar as dinâmicas que norteiam parte do recente processo da urbanização de Luanda. Damos ênfase às cidades do Kilamba e Sequele. Buscamos compreender como as novas cidades (re)criam transformações e segregação espacial nos musseques agrícolas. Como objetivos específicos, destacamos às discussões em torno do processo histórico de Angola; analisar o processo de urbanização de Angola; buscar compreender as discussões em torno das políticas e leis de terras no país; discorrer sobre os musseques na realidade angolana e dos sujeitos nos musseques agrícolas. Para tal, os dados dessa pesquisa foram coletados de diferentes fontes: revisão bibliográfica da literatura pertinente; análises de documentos oficiais relacionados ao projeto político de ordenamento e urbanização de Angola/Luanda; olhar às matérias de jornais oficiais de Angola sobre os musseques; análise dos discursos de figuras políticas e dos camponeses. Espera-se que a pesquisa contribua para o alargamento de dados sobre a compreensão, em parte, dos desdobramentos e dinâmicas espaciais, demandando, no entanto, políticas de gestão urbana que levem em conta as demandas sociais e especificidades locais.

Palavras chaves: Angola, Urbanização, Luanda, transformação e segregação espacial.

ABSTRACT

From the first decades of the year 2000, Angola saw the first major advances in the recent urbanisation process. The Angolan capital (Luanda) has been the city with the highest concentration of new towns in recent years. With this in mind, the general aim of this research is to analyse the dynamics that have guided part of Luanda's recent urbanisation process. We emphasise the cities of Kilamba and Sequele. We seek to understand how the new cities (re)create transformations and spatial segregation in the agricultural musseques. As specific objectives were to discuss the historical process of Angola; to analyse the process of urbanisation in Angola; to try to understand the discussions around land policies and laws in the country; to discuss the musseques in Angolan reality and the subjects in the agricultural musseques. To this end, the data for this research was collected from different sources: a bibliographical review of the relevant literature; analysis of official documents related to the political planning and urbanisation project in Angola/Luanda; a look at articles in Angola's official newspapers about the musseques; analysis of the speeches of political figures and peasants. It is hoped that the research will contribute to the expansion of data on the understanding, in part, of spatial developments and dynamics, while demanding urban management policies that take into account social demands and local specificities.

Key words: Angola, Urbanisation, Luanda, spatial transformation and segregation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divisão colonial do continente africano.....	23
Figura 2: Atual mapa do continente africano	24
Figura 3: Luanda do asfalto (cidade colonial) e um antigo Musseque.....	59
Figura 4: Municípios mais habitados em Angola.....	64
Figura 5: Município do Belas destacado em vermelho, à Sul do município de Luanda.....	68
Figura 6: Localização de Luanda em Angola e a sua divisão administrativa.....	69
Figura 7: Crescimento da população de Luanda de duas em duas décadas.....	75
Figura 8: Vista de um bairro popular em Luanda, nos 1960.....	77
Figura 9: Vista de uma rua de um bairro social, o Zango III.....	78
Figura 10: Bairro operário, um musseque antigo.....	78
Figura 11: Musseque periférico, o bairro do Margoso, em Luanda.....	79
Figura 12: Kuditemo, um novo assentamento para média e alta na região Sul de Luanda.....	80
Figura 13: Crianças observando as ruínas das residências demolidas no distrito do Sambizanga.....	82
Figura 14: Vista de uma instalação do projeto Quiminha.....	86
Figura 15: Pequena vista do Kilamba a partir de um musseque.....	87
Figura 16: Cidade do Kilamba vista de um terraço.....	88
Figura 17: Bairro 11 de novembro, bairro à margem da cidade do Kilamba.....	88
Figura 18: Vista da lagoa em frente da cidade do Kilamba.....	94
Figura 19: Vista de um polo urbano da região do Kilamba entre duas lagoas.....	95
Figura 20: A cidade do Kilamba vista a partir da lagoa.....	96
Figura 21: Título de matéria sobre demolição de residências nos musseques à volta do Sequele.....	98
Figura 22: Vista da cidade do Sequele a partir de um musseque.....	99
Figura 23: A cidade do Sequele.....	99

Figura 24: Talatona Shopping: um investimento avaliado em mais de 40 milhões de dólares americano.....	104
--	-----

Lista de Tabela

Tabela 1: Dados da receita econômica de Angola do ano 2023.....	48
Tabela 2: Atividade agropecuária por produto e produção anual em Luanda nos municípios de Belas, Icolo e Bengo, Viana e Cacuaco nos anos de 2021-2022.....	70
Tabela 3: Produção nacional de ovo e do biênio 2020-2021, em Angola.....	70
Tabela 4: Colheita da produção de produtos agrícolas no primeiro semestre de 2021, em Angola.....	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Dados estáticos de empresas em Angola do ano de 2018.....	49
Quadro 2: Mega sistema da população.....	62-63
Quadro 3: Mega sistema da população em 2014.....	63
Quadro 4: Dados das províncias e intensão de projeção pelo projeto Angola 2025.....	66-67

LISTA DE SIGLAS

INE- Instituto Nacional de Estatística

MEP- Ministério da Economia e Planeamento

BM- Banco Mundial

MPLA- Movimento Popular para Libertação de Angola

FNLA- Frente Nacional para Libertação de Angola

UNITA- União Nacional para Independência Total de Angola

FAA- Forças Armadas Angolanas

OGE- Orçamento Geral do Estado

REMPE- Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos

Sumário

Introdução	15
CAPÍTULO 1	21
A África colonial: breve contextualização histórica.....	21
1.1. Aspetos gerais sobre Angola	23
1.2 contexto histórico de Angola	26
1.2.1. Reinos pré-coloniais de Angola	27
1.3. Nacionalismo Africano e Independência de Angola	35
CAPÍTULO 2: Urbanização em Angola	40
2.5 A configuração socioeconômica de Angola e discussões sobre políticas de reforma agrária.....	47
2.1 Da urbanização colonial ao modelo de urbanização neocolonial.....	51
2.2 A sociologia pós-colonial e o diálogo sobre urbanização em Angola	52
2.2 O contexto da urbanização em Angola	56
2.4 O advento da paz e a questão demográfica em Angola	60
2.6 Urbanização e centralização de oportunidades.....	62
2.7 A recente urbanização de Angola: o caso do sul de Luanda.....	65
2.8 Urbanização e contradições nas regiões Sul de Luanda.....	69
Cap 3 Musseques em Luanda: disputas e segregação espacial no sul de Luanda.....	72
3.1 Musseques agrícolas	73
3.2 Musseques em Luanda	74
3.3 Musseques agrícolas do Sul de Luanda	81
Considerações finais e caminhos abertos para sequência da pesquisa.....	105
Referências Bibliográficas	109

Introdução

Desde os dois últimos séculos, o fenômeno urbanização no contexto global se assume como dos mais desafiadores. A partir das primeiras revoluções das cidades, o mundo observa um crescimento acelerado da população urbana, em detrimento do considerado êxodo rural. A ONU-Habitat (2022) estima que até 2050 mais de 68% da população mundial será urbana. Sendo no continente africano a região que se verifica o maior registro do crescimento urbano nas últimas décadas, esse estudo adianta o olhar aos desafios do que se constituem e constituirão pensar as cidades.

Na realidade africana, do processo de urbanização liberal não se percebe aos mesmos moldes que a concepção clássica de sua origem (da realidade europeia). As cidades são, no entanto, para o continente africano o reflexo de todo um processo histórico ligado às violências, segregações e, com isso, transformações nos seus mais variados tecidos, dentre eles: a imposição de força, a desarticulação das estruturas político-administrativas locais, refletida, por exemplo, na questão da deslocação arbitrária de povos. No entanto, pelo fato das urbanizações no continente africano se darem por todo um conjunto de fatores que refletem o colonialismo, estudar as urbanizações no contexto atual nos levam a ter em conta todos esses fenômenos de influências e contradições estruturais. Ou seja, a discussão em tono das urbanizações no continente africano não se desassocia da logica neoliberal e/ou neocolonial.

Neste contexto, o nosso estudo versa sobre a urbanização no contexto africano, propriamente na realidade angolana, na sua capital: Luanda. Luanda é uma das dezoito províncias¹ de Angola. Está localizada na região centro norte do país. A província é banhada pela costa atlântica, com mais de 9 milhões de habitantes, Luanda se constitui como a cidade mais populosa do país, a quarta maior cidade do continente africano e terceira maior cidade dos países falantes da língua portuguesa. Pelo seu particular contexto histórico, a província de Luanda registra maiores transformações no seu tecido social e urbano, isso, desde os finais do século XIX aos seus desdobramentos atuais.

Num marco temporal, o fenômeno urbanização em Angola pode ser dividido em duas épocas: o período colonial- quando Angola era colônia de Portugal-, entre os anos 1910 a 1970;

¹ O que se entende como Estado(s) no Brasil.

e do período pós-Paz - após o fim do conflito armado² no país-, a partir dos anos de 2007. A urbanização do período colonial se deu, em larga escala, no período da grande migração europeia/portuguesa³ para Angola, um período marcado pelo processo de desapropriação de terras, deslocando-os para outros “espaços” – aos primeiros musseques de Luanda (Nascimento, 2013). Foi com o processo de expansão da cidade colonial que se registraram as primeiras concepções e denominações dos musseques.

A denominação musseque, tal como a noção de urbanização em Angola, remete à dois distintos momentos: Os musseques da “Angola colonial” (antigos musseques) e os musseques “do pós-colonial”. Os antigos musseques eram denominados por se configurarem como espaços fora da zona asfaltada; as consideradas zonas não urbanas. Como sugere o nome na língua quimbundo⁴, mu (preposição de lugar: no/na) e seke (significando: areia/areal) significando, então, na areia ou, simplesmente, zona periférica. No entanto, essa ideia de uma divisão entre o urbano e o periférico, cidade do asfalto e da terra batida/musseque, se dá a partir da relação da presença europeia/portuguesa, numa notável distinção social e, principalmente, racial. Onde, as zonas urbanas eram habitadas por europeus e os musseques por africanos. Desse modo, numa perspectiva sociológica, os musseques são pensados como espaços historicamente segregados. O seu surgimento se percebe a partir do processo de expropriação de terras das populações em detrimento do avanço das cidades. Todavia, o avanço das cidades na realidade angolana se percebe pelo perfil de características complexas, a começar pelo caráter da sua dialética entre: a criação de um centro de administração dos recursos (a zona do asfalto) e as regiões (os musseques) ao em torno, “vistos” exclusivamente como locais de forças de trabalho e extração de recursos.

Quanto ao recente processo de urbanização, diferente do modelo de projeção urbana colonial, o avanço das novas cidades já não se caracteriza pela divisão racial. O novo projeto de urbanização, segundo o MEP (2007), é resultante da pretensão da requalificação do país, concedendo, a princípio, melhores condições de habitação a todos cidadãos e cidadãs. Por esta razão, o recente processo e urbanização foi implementado à luz da primeira lei de bases de fomento à habitação, a lei nº 3/07, assegurada pelo Fundo de Fomento Habitacional (FFH).

² O conflito armado em Angola teve fim em 2002, mas o processo de urbanização a ser analisado deu-se a partir do ano de 2007.

³ Com os conflitos entre as duas grandes guerras na Europa (de 1914-1945), as instabilidades políticas com a crise econômica e o desemprego em massa, Segundo Nascimento (2013), foram das principais razões para o grande fluxo da migração portuguesa, tendo Angola, na época colonial portuguesa, um dos principais destinos dos portugueses.

⁴ Uma das línguas faladas em Angola. Língua das regiões de Luanda, Bengo, Malanje e os Kwanza (Norte e o Sul).

O Fundo de Fomento Habitacional, abreviadamente designado por FFH, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 3/07, de 3 de Setembro, de Bases do Fomento Habitacional, é o Órgão da Administração Indirecta do Estado, destinado a financiar as actividades de promoção, urbanização, construção e gestão de habitação, bem como dos fluxos financeiros decorrentes dessas actividades.

O FFH é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. (Angola, 2007)

Em certa medida, acreditamos que a recente urbanização de Angola se caracteriza pela busca de “solução” da demanda habitacional face ao fluxo demográfico e infraestrutural que os longos e transformações exigem do país. Com o projeto de requalificação de obras públicas e privadas, construções de novos polos urbanos, como a projeção de um novo centro econômico em Luanda, a região fora do antigo centro de Luanda presenciaram uma rápida transformação e projeção de cidades raiz. Das novas cidades e projetos implementados nesse recente processo de urbanização em Luanda, destacamos o olhar à cidade do Kilamba, do Sequele.

A cidade do Kilamba, a cidade do Sequele, que nos debateremos mais à frente, não foram implementadas em zonas inóspitas, as regiões eram compostas por pequenas populações que tinham a região não apenas como local de moradia, mas, também, de subsistência. (TV Talatona, 2021; Jornal de Angola, 2010). Os novos projetos e cidades tem se revelado cada vez mais complexo, (re)criando velhos desafios estruturais. A semelhança da “urbanização colonial”, o recente processo de urbanização em Angola se mostra carecer de um programa de gestão urbana que leva em conta as especificidades locais. Com o elevado desafio das demandas e necessidades emergentes das a população menos favorecida da região, as novas cidades (re)criam espaços de conflitos e disputas frequentes.

A relação das transformações no tecido social e urbano desse espaço perpassam pela leitura à luz do debate de Bourdieu (1979). O debate sobre compreensão da relação entre os agentes econômicos e as disposições econômicas. Com as novas cidades, os moradores dos musseques agrícolas testemunham desafios nos mais variados domínios: o surgimento dos subempregos, maiores dificuldades de produção agrícola, perda de terras e desassistências institucionais, caracterizadas pela lógica neoliberal que se inserem as cidades. As cidades neoliberais são caracterizadas pela necessidade de construção de um Estado que se isente das responsabilidades sociais, em detrimento da exclusiva prioridade de um “livre” mercado. A necessidade de isentar o Estado das responsabilidades sociais inclui a inoperância de suas instituições, sejam elas econômicas ou, fundamentalmente, jurídicas. Tal fato, na realidade angolana, se percebe de seguinte modo: para os recorrentes caos de disputas por terras entre grandes grupos de poder econômico privado e “pequenos” produtores agrícolas, as instâncias

jurídicas não agem com celeridade na resolução dos conflitos, situação que geram, em muitos casos, perdas de terras e, com isso, o aumento da pobreza. A pobreza muito mais do que um reflexo meramente econômico é, também, parte da combinação de diversos fatores, dentre eles, a maneira como se percebe e gere o espaço. Segundo Santos (1993), as cidades liberais se configuram como um dos principais fatores no processo da percepção do espaço e, com isso, na segmentação das desigualdades.

Somando todos os fatores, com a presença das novas cidades, as especulações imobiliárias, a movimentação dos interesses dos grandes grupos econômicos do sector público e privado, temos como objetivo geral: analisar as dinâmicas que norteiam parte do recente processo da urbanização de Luanda. Damos ênfase às cidades do Kilamba e Sequele. Buscamos compreender como as novas cidades (re)criam transformações e segregação espacial nos musseques agrícolas. Como objetivos específicos, destacamos às discussões em torno do processo histórico de Angola; analisar o processo de urbanização de Angola; buscar compreender as discussões em torno das políticas e leis de terras no país; discorrer sobre os musseques na realidade angolana e dos sujeitos nos musseques agrícolas, com destaque ao maior projeto habitacional do país, à cidade do Kilamba.

Como pressuposto da pesquisa, partimos da noção de que as novas cidades implementadas no pós-paz em Angola recriam transformações e segregação espacial nos musseques agrícolas pelo fato de operarem numa lógica que se distancia do processo cultural e social endógeno e estarem assentes, fundamentalmente, no modelo de projeção neoliberal, onde, nada mais é relevante se não o lucro e/ou a financeirização. Desse modo, para compreensão das dinâmicas sociais e materiais do processo de “segregação espacial” nos musseques agrícolas, buscamos inserir à noção de espaço social discutida por Bourdieu (1998). Pensamos que dessa maneira conseguimos problematizar a noção de espaço e compreender suas dinâmicas além de suas representações abstratas e estereotipadas.

Dentre outros fatores, a escolha de pesquisa da província de Luanda como o *locus* da pesquisa se pelo fato de concentrar os maiores investimentos infra-estruturais públicos e privados do país. Segundo o Ministério da Economia e Planeamento de Angola (MEP, 2007), a nova expansão urbana de Luanda está essencialmente atrelada ao processo de descentralização do antigo centro da província. No entanto, os novos projetos urbanos estão inseridos em zonas mais à nordeste (como a cidade do Sequele) e sul (como a cidade do Kilamba, cidade do Talatona, e vários outros projetos, como o Quiminha). A partir desse preâmbulo, vale destacar

que as regiões que registram o novo processo de expansão urbana, em Luanda, são, também, as principais zonas de produção agrícola no país (Eugénio, 2022).

Procedimento metodológico

A realização dessa pesquisa se deu sob diversas circunstâncias, uma delas é natureza complexa da temática, por envolver olhar às dinâmicas que englobam diversas questões: transformações das disposições de grupos sociais, de espaços, políticas e econômicas, uma ampla possibilidade de combinação de fontes/dados. No entanto, por essa razão, optamos por aplicar o método qualitativo. Segundo o professor Candido (1987), a pesquisa qualitativa além de servir como elo de uma pesquisa eficiente para o sociólogo, se configura, também, importante de igual modo às técnicas de manipulação de dados. No método qualitativo optamos por uma revisão bibliográfica com o método exploratório e descritivo.

Por se tratar de analisar as dinâmicas que norteiam o recente processo da urbanização em Angola, inserimos a discussão em torno de livros, artigos e dissertações e teses que atçam a compreensão sociológica sobre a práxi a que se inserem as cidades neoliberais. Com isso, foram consultados, também, documentos oficiais relacionados ao projeto político de ordenamento e urbanização de Angola/Luanda disponibilizados pelo Ministério do Planeamento, materiais da imprensa angolana e vídeos disponíveis em mídias digitais sobre as demandas e desafios dos camponeses em Luanda.

Desta feita, vale destacar que para a realização dessa pesquisa foram preciso levar em conta nossas limitações, a começar pelo curto período para realização da mesma, outrossim, por se tratar de uma temática complexa e com poucos estudos no âmbito da sociologia, no contexto angolano, optamos por combinar diversas fontes. No quesito dos dados e documentos oficiais do governo angolano buscamos destacar, num marco temporal desde o pós-independência, as principais iniciativas jurídicas de fomento à habitação, cidades, destacando, no entanto, as leis de terras no país; no âmbito socioeconômico, levantamos os principais dados macro sobre a produção, exportação e importação do país, bem como, o olhar ao quesito da produção agropecuária entre o setor do tipo familiar (pequenos camponeses) em relação ao setor da produção do tipo empresarial (GEPE, 2021).

Pelo fato dos musseques não se configuram homogêneos, nem pela origem, muito menos pelas características buscamos apresentar de maneira breve estudos que apontem as principais características entre eles, dos estudos, apresentamos imagens e conceitos que remetem tanto à contextualização como para facilitar o leitor na distinção. Por essa razão, a historicização se fez necessária. No caso do estudo das dinâmicas na região Sul, procuramos

destacar os principais desafios institucionais por parte dos Estado, assim, como as dinâmicas e transformações dos sujeitos nos musseques agrícolas. Desta feita, a nossa pesquisa foi dividida em três capítulos.

Inserimos o nosso primeiro capítulo no âmbito de uma discussão descritiva e exploratória. Como base bibliográfica utilizamos a revisão de literaturas pertinentes como a do mestre em relações interculturais Zau (2002), a antropóloga Pereira (2002), a arquiteta Benttecourt (2011), o cientista político José Joveta (2008), mestre em economia Sebastião (2015), os Drs. Mazrui e Wondji (2010), M'bokolo (2010), e entre outros não menos importantes. Essas literaturas, somadas com dados de instituições como o Instituto Nacional de Estatística (INE), o Banco Mundial, nos permitiram contextualizar alguns dos principais marcos do continente africano, com destaque à realidade angolana, com isso, num marco temporal, a breve discussão se deu entre o período pré-colonial, colonial ao período pós-colonial, ou pós-independente.

Outrossim, estudar as cidades, como se conhecem hoje, é, também, olhar para as dinâmicas, incursões e transformações socioeconômicas. Nesse contexto, inserimos o nosso segundo capítulo num estudo sobre a urbanização em Angola, ampliando a discussão em torno do contexto mundial a que está inserido, pois, pensamos que, ao contextualizarmos as discussões em torno da urbanização, seria metodologicamente equivocada tomar o caso de como um fenômeno isolado. No entanto, apesar de reconhecermos a pertinência do olhar às dinâmicas específicas do país, vale destacar que as mesmas não se dissociam de uma lógica e tendência de contextos de escala global. No entanto, combinando com o fato de que as primeiras grandes marchas urbanas em Angola estarem inseridas no contexto colonial, apresentamos um panorama geral sobre os estudos pós-coloniais e/ou sociológico que se distam pela discussão em torno das sociedades outrora colonizadas pelos países ocidente europeu. Neste âmbito destacamos os estudos de Agostinho Neto (2010), do sociólogo Bourdieu (1979), o economista Rocha (2011), o dr. Robeiro (2015) e dra. Vêras (2000). Ainda no segundo capítulo avançamos a discussão sobre o que estamos considerando segregação espacial e transformações, para essa discussão utilizamos a sociologia de Pierre Bourdieu (1996) como elo. Com isso, apresentamos de maneira breve sobre as novas cidades de Luanda, entre elas destacamos as cidades do Kilamba e Sequele.

O terceiro, e o último capítulo, se dá a partir do que estamos considerando disputas e segregação espacial nos musseques agrícolas. Elencamos o processo histórico a que os musseques estão inseridos; os desafios, as (i)mobilidades e os (re)fluxos que são mobilizadas pelo processo das urbanizações. Em seguida, apresentamos algumas das transformações os

camponeses à volta da cidade enfrentam, mediante o sistema deficitário de drenagem da cidade. Por fim, encaminho as considerações finais, destacando os desafios de pensar urbanização no contexto africano. Cientes da necessidade de aprofundar várias das questões aqui elencadas, a pesquisa traz as considerações finais com a abertura da possibilidade futuros aprofundamentos.

Como resultado dessa pesquisa, se espera que, além de aumento do acervo bibliográfico de pensar as transformações no tecido social e urbano em Angola, haja maior ênfase nas dinâmicas e desafios sociais interno para produção de modelos de gestão e políticas que se aproximem dos desafios agourados pelo governo angolano, que é de fomentar o bem-estar das populações.

CAPÍTULO 1

A África colonial: breve contextualização histórica

Uma das razões pelas quais a história de Angola se explica, também, pelos desafios do continente africano são os pontos em comuns nos: i) modelos de administração territorial; ii) as características da administração política, econômica e os desafios no âmbito cultural. Fora o fatídico episódio que os países africanos comungam com a história recente do colonialismo europeu. Entretanto, como parte imprescindível para compreensão do processo e desafios que o colonialismo e o neocolonialismo impregnaram às sociedades africanas, esse primeiro capítulo buscar destacar, de maneira breve, alguns dos principais marcos decorrentes na história recente do continente africano, dando maior ênfase à Angola.

As primeiras incursões dos europeus ao continente africano, como sabe hoje, se dão entre nos séculos XIV. Entre os países da Europa envolvidos na colonização africana destacam-se: a Inglaterra, Portugal, França e Espanha, mais tarde outros países europeus “juntarem-se” às invasões no continente africano, como o caso da Holanda, Itália e Alemanha (este último por pouco período de tempo: dos finais do século XIX ao fim da chamada segunda guerra mundial, em 1945) (MAZRUI; WONDJI, 2010).

Num estudo sobre os modelos de colonização de França, Espanha e Portugal, Diop et. al. (2010) aponta que o apogeu da efetiva colonização no continente africano marca-se no intervalo de 1935 a 1945, que combina com o período de ascensão e domínio da extrema direita nos países da Europa. Para Diop (2010), esse período deu-se, não apenas pelo efetivo domínio

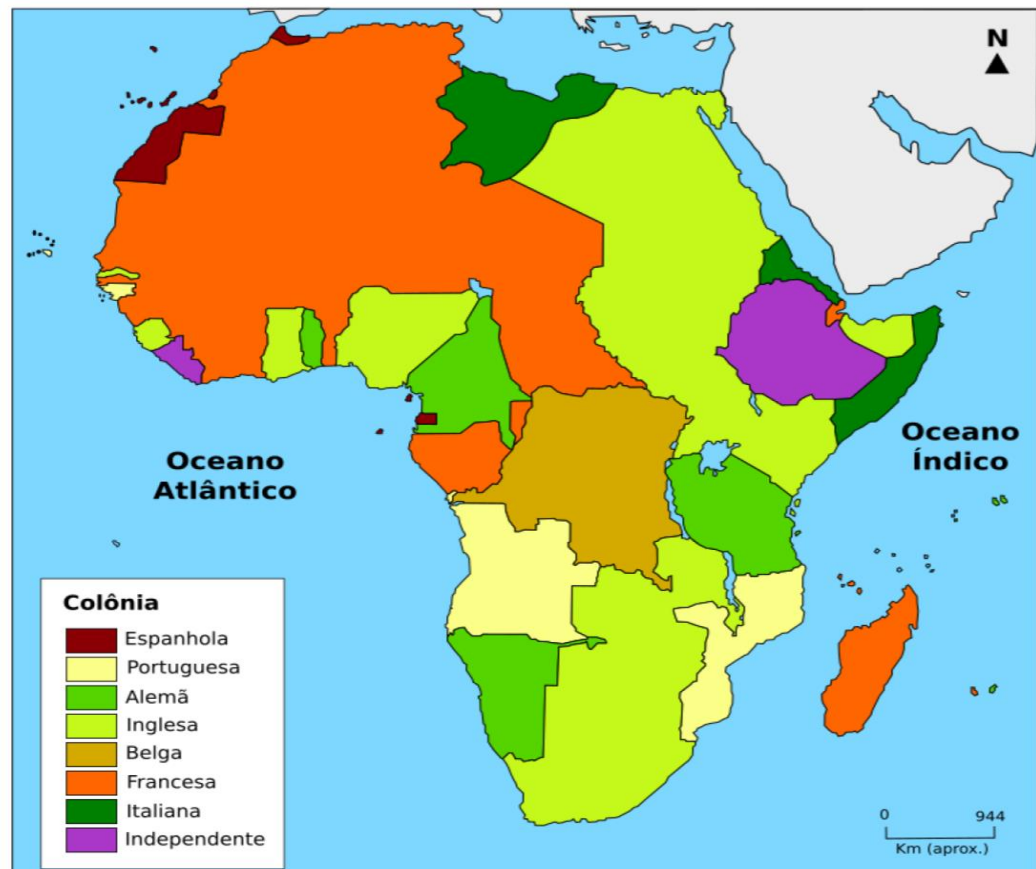
do continente africano, após séculos de resistência, mas também, como o período da desumanização em larga escala, variando de modelo de colonização para modelo colonização.

O modelo de colonização francesa, que tinha uma extensão de colônias no continente africano em mais de 7.143.498 Km², assemelhava-se em muitos aspectos ao modelo colonial português que fora os países ilhéus (Cabo-Verde e São Tomé e Príncipe) tinha três países continentais (nomeadamente: Angola, Guiné-Bissau e Moçambique) (Diop et al., 2010). As semelhanças vão desde a era fascista que esses países europeus vivenciavam aos métodos de administração indireta nas colônias. A administração indireta, dentre todos outros desdobramentos cognitivos, caracterizava-se pela forma de governo de uma entidade francesa junto aos países coloniais. No modelo de administração indireta implementado no continente africano, pela França e Portugal, existia uma hierarquia centralizada na figura do “chefe” local francês/português que, em muitos casos, contavam com o apoio forçado das autoridades locais. É considerado apoio forçado porque, segundo Diop et al. (2010), essas autoridades locais eram meramente desumanizadas e obrigadas a implementarem modelos de coletas de impostos, à luz do trabalho forçado de suas populações, sob pena de destituição de seus cargos.

O caso da colonização portuguesa por ser, dentre os outros países europeus, o país com menos recursos financeiros, no período de 1935 a 1945, viu nas suas colônias a única via para se reinserir ao mercado internacional, intensificando o trabalho forçado e com isso uma série de segregações, consolidadas em seu espaço social, como veremos adiante. Na figura 1 temos o mapa do continente africano desde a divisão da efetiva da colonização, após a conferência de Berlim. A conferência de Berlim foi realizada entre os anos de 1884-1885, teve como objetivo regulamentar a questão do comércio no continente africano, afim de “resolver” os conflitos e interesses dos países europeus no continente, resultando na divisão administrativa do continente como conhecemos hoje.

Figura 1: Divisão colonial do continente africano.

Divisão territorial da África - 1913



Fonte: Elaborado por Viviane Gracel⁵.

1.1. Aspectos gerais sobre Angola

A figura 1 nos apresenta o período de 1880 a 1994. Nesse marco, dentre outros fatores, podemos destacar duas coisas: a expansão do domínio colonial dos europeus e o aumento de países europeus na colonização em África. Pela figura 1, observa-se a demarcação das regiões e os respectivos países colonizadores. No caso dos países colonizados por Portugal, como o caso de Angola, estão gravados pela cor verde. Para tanto, antes da contextualização da presença e domínio colonial português sobre Angola, buscamos trazer os aspectos gerais do país.

⁵ Disponível em: [<https://novaescola.org.br/planos-de-aula/fundamental/8ano/geografia/a-africa-e-o-imperialismo-europeu/5279>]. Acesso aos 11 de set. de 2023.

(PIB) per capita registrado. Ou seja, a distribuição das receitas brutas de Angola divididas pelo número de habitantes estavam acentuadas em torno dos 5.102 mil dólares norte americano para cada angolano/a, isso, em 2013⁷.

As atuais informações geológicas de Angola apontam que o país, pelas suas condições geológicas e geofísicas, o país dispõe de mais de 70% do seu solo oferecem condições minerais e exploráveis. Fazendo, assim, do país rico em recursos minerais. Dados do sector de Geologias e Minas de Angola, indicados pelo Jornal de Angola (2021), dão conta que Angola conta com mais de 42 minerais, dos explorados como o petróleo, ouro, cobre, calcário, ferro entre outros tantos, sejam dos explorados ou não. Apesar dessa diversidade potencial do seu solo, atualmente Angola tem o petróleo como a sua principal fonte de receitas. Soma-se a essa realidade, segundo o Banco Mundial (2023), a relação direta dos principais desafios de Angola por ter o petróleo como sua principal fonte de receita, situação que coloca o país em constantes instabilidades sociais e econômicas por conta da volatilidade do preço dos barris do petróleo no mercado internacional.

O Banco Mundial (2023) afirma que se registra, nos últimos cinco anos em Angola, recentes avanços nos reajustes macroeconômicos que são refletidos no melhoramento da gestão pública, que se dão por uma série de combinações do melhoramento da política monetária sólida, estabilidade macroeconômica e consolidação do regime e política cambial fiscal. Todavia, tais avanços não escondem os maiores desafios sociais, políticos e econômicos que o país vivencia com o elevado índice de pobreza, tendo como o índice Gini acentuado nos 51,3%. Ou seja, a desigualdade social no país tem, com isso, assumido cifras elevadas, nomeadamente com o elevado crescimento do desemprego da população, em particular o desemprego juvenil. Nos últimos anos, o desemprego juvenil urbano está em torno dos 50%, fora os dados de que mais de 80% da população sobrevive de empregos informais (Banco Mundial, 2023). Dados atuais apontam que com a política de proteção das instituições para que se tenham instituições sólidas, as desigualdades podem ir sendo consideravelmente diminuídas pelo potencial econômico que o país dispõe. O Banco Mundial (2023) indica com a subida dos preços dos barris de petróleo no ano de 2022, Angola, apesar dos desafios sociais aqui elencados, viu sua situação econômica voltando aos “eixos”, desde a apreciação em mais de 26% da moeda aos, o excedente do Produto Interno Bruto (PIB) situado em 11% às elevadas cifras de reservas internacionais.

⁷ Disponível: [<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=AO>].

No cenário político externo, Angola assume-se como dos principais mediadores para o fim das tensões militares e diplomáticas entre a República Democrática do Congo e a Ruanda, os também conhecidos como conflitos da região dos grandes lagos. Tendo, então, Angola, o destaque no processo de estabilização militar na região pela vasta experiência na resolução e o alcance da paz em seu próprio território.

O alcance da paz, em Angola, envolve diferente dimensões: desde a dimensão política e econômica à, como destacaremos a seguir, dimensão histórica. A contextualização da dimensão histórica de Angola é aqui apresentada, embora que de maneira breve, a partir do período pré-colonial chegando aos desafios políticos atuais.

1.2 contexto histórico de Angola

Como mencionamos acima, analisar o contexto histórico de Angola envolve uma série de questões que não daríamos conta no seu todo, no entanto, o que está sendo considerado contexto histórico é, em verdade, um breve resumo do que estamos considerando ser pertinente aos “principais” marcos da constituição do que é hoje Angola. Desse modo, pensamos ser pertinente a contextualização desde os marcos pré-coloniais ao período da ocupação colonial, que data-se com a primeira chegada da caravana do português Diogo Cão na foz do rio Congo, isso, em 1482. Esse período combina-se uma série de fatores: subjugações de reinos pré-coloniais, tráfico de escravo, lutas e resistências contra a ocupação colonial, dentre vários outros processos. Apesar das várias lutas contra a ocupação colonial na região que hoje é Angola, o domínio colonial português efetivou-se nos finais do Século XIX, como veremos adiante, após a conferência de Berlim, a responsável pela divisão administrativamente dos atuais territórios do continente africano em detrimento das potências imperiais europeias (ZAU, 2002).

Antes da chegada dos navegadores portugueses na foz do rio Congo, em 1482, a região atual de Angola é/era, na verdade, parte integrante de diversos reinos outrora autônomos política e administrativamente⁸. Esses reinos, embora sejam diversas as fontes sobre suas origens e datas de fundação, são, certamente, apontados como os primeiros dominadores dos recursos tecnológicos, como a fundição do metal para a “revolução” agrícola na região. Antes do período da existência desses reinos pré-coloniais⁹, como nos é apontado pelo professor Zau (2002), citando a pesquisadora Rosa Cruz que trabalhou com dados do arqueólogo Carlos

⁹ Utilizamos o pré-colonial na perspectiva da relação de serem estruturas políticas que já existiam antes da presença colonial europeia.

Evedosa, numa discussão pautada por dados de evidências arqueológicas, dados indicam evidências humanas na atual região de Angola desde o período da idade da pedra. Ou seja, os registros das evidências humanas na região antecedem a idade de ferro, num marco histórico, da idade da pedra, estima-se evidências humanas na atual região de Angola há mais de 7 mil anos antes da era comum, muito antes, inclusive, da formação dos reinos que estamos considerando como pré-coloniais, que viram suas primeiras estruturas políticas como são conhecidas atualmente no primeiro milênio da era comum (Zau, 2002).

1.2.1. Reinos pré-coloniais de Angola

Os registros da existência dos reinos pré-coloniais de Angola datam, segundo Zau (2002), o primeiro milênio da era comum. Esses reinos movidos pelo domínio das técnicas da metalurgia revolucionaram técnicas de diversas produções, desde as artes de cerâmica, a fundição do ferro à produção agrícola. Ou seja, os reinos pré-coloniais caracterizam-se pela ruptura com o modo de produção das antigas sociedades e inserem-se nas estruturas sociais da época nos Estados com recursos tecnológicos avançados. Pela técnica avançada do domínio agrícola, artesanal, comércio entre outros, vários dos reinos ou impérios pré-coloniais de África detinham dos mesmos equipamentos e recursos tecnológicos que os Estados feudais avançados da Europa e Ásia. Dentre eles, destaca-se o reino do Kongo¹⁰ que nos primeiros contatos com os portugueses mantinha relações que se davam no âmbito comercial do que se produzia entre ambas coroas. Ou seja, como nos lembra Rodney (1975) a Europa não era de longe superior tecnologicamente a vários reinos africano, com exceção do domínio avançado das técnicas de produção de armas de fogo e a engenharia a Europa tinha, no século XV, os reinos africano e asiático como suas principais fontes de importação de bens para consumo, dentre os reinos destacam-se vários reinos pré-coloniais da atual região de Angola.

Ao que tudo indica, os reinos pré-coloniais de Angola tiveram origens e influências, embora todos no continente africano, diversas. Vale destacar que ao nos referirmos sobre reinos e povos pré-coloniais, a historiografia angolana apresenta dividida grande parte em dois povos ou grupos sociais: os Khoisan e os “bantos”. Os Khoisan, que são os povos que são apontados como os primeiros habitantes da região que hoje é Angola, são caracterizados como povos seminômades, são grande parte habitantes das regiões sul e sudeste de Angola. Entretanto, os bantos são aqui apontados como os povos que implementaram o domínio da metalurgia, tiveram

¹⁰ Adotamos K para se referir ao reino Kongo para não se confundir com as atuais repúblicas do Congo e Congo Kinshasa.

as estruturas políticas organizadas em reinados e sedentários (Zau, 2002). Os registros das origens dos povos bantos de Angola são apontados de vários pontos do continente “espalhados” pela África central. Adentraram ao atual território de Angola por diferentes épocas e pontos: pelo norte, pelo leste e pelo rio nordeste. Fundadores de distintos reinos pré-coloniais em Angola, os bantos constituíram em suas subjetividades diferentes idiomas e identidades, conhecidos atualmente como: Ambundo, Bakongo, Ovimbundo, Nhaneka-Humbi, Herereo, Lunda-Quico entre vários outros.

Como mencionado, esses grupos etnolinguísticos, resultantes dos reinos pré-coloniais, apesar de terem tido Estados ou reinos autônomos entre si, mantinha relações de cooperações comerciais nos mais variados domínios: como o caso do reino do Ndongo e o reino Kongo que tinham a ilha de Luanda como parte de suas principais transações econômicas (Joveta, 2008; Sebastião, 2015). A autonomia dos reinos pré-coloniais nota-se a partir de vários domínios, um dos mais destacados é certamente que, com a chegada dos europeus, os primeiros contatos entre estes (os europeus) e os soberanos desses reinos davam-se de maneiras particulares.

A título de exemplo: Após os conflitos armados resultantes da intervenção portuguesa na região, enquanto o reino do Ndongo procurava preservar a sua unidade política no século XVI, o reino do Kongo estabelecia com Portugal um intercâmbio comercial e cultural vantajoso, que só, posteriormente, no século XVII, se veio a desmoronar. Mas neste período, ainda o reino da Lunda estava longe de se edificar. Daí que os reinos do Kongo e do Ndongo, onde os portugueses chegaram, respectivamente, nos finais do século XV e princípios do século XVI, constituíram duas experiências distintas (Zau, 2002, p.39).

Segundo Rodney (1975), ainda que se viviam experiências ou relações comerciais entre os europeus e alguns reinos africanos, as relações eram, na maioria dos casos, bastantes desiguais e destruidora da produção africana. Rodney situa ainda que foi no reino do Kongo e da Etiópia que se registraram, sem sucesso, os primeiros pedidos da transferência da então avançada tecnologia europeia no século XVI. Tais pedidos rejeitados de transferência tecnológica davam-se pelo que Rodney (1975) considerava serem fundamentais para se pensar o papel da Europa na fustigação do desenvolvimento africano, alimentando uma relação de exploração e destruição das cooperações de rotas comerciais milenares entre os povos dentro continente africano.

Embora a presença europeia nos primeiros momentos se deu pela cooperação econômica que mais tarde se revelaram desiguais, exploradoras, se tornaram também, como reforça Rodney (1975), a causa e a força subsequente do desvio do ritmo do desenvolvimento político econômico e social do continente africano, inserindo assim nos longínquos mapas do

subdesenvolvimento. Como mencionamos, diante dessas condições e contradições nas relações entre os europeus e os africanos, os reinos do atual território de Angola se deram de maneiras distintas: enquanto as primeiras relações entre os portugueses e a coroa do reino Kongo¹¹ deram-se por relações de cordialidade e trocas comerciais, no reino do Ndongo¹² as primeiras relações deram-se por conflitos. Como nos mostra Zau (2002, p. 44):

Entre os rios Dande e Kwanza, o Oceano Atlântico e as terras da Matamba, o reino de Angola era alvo de muitos interesses por parte dos portugueses: a prata, o ferro e o cobre, para além do comércio de escravos, encontravam-se enfatizados num regimento de 1520, apesar de não se descurar a importância da cristianização do Ngola e dos seus súbditos²³. Os contatos da primeira missão comandada por Paulo Dias de Novais, em 1560, não foram fáceis e, tal como já havia acontecido quarenta anos antes, o chefe da missão e diversos companheiros, acabaram por ficar prisioneiros durante vários anos.

Com isso, podemos, talvez, pensar que tais relações entre os europeus e os africanos nos primeiros contatos apontam toda uma complexidade e diversidades de modelos de relações políticas, sociais e culturais. O que nos leva a destacar que para pensar o percurso histórico dos reinos pré-coloniais precisamos levar em conta as subjetividades das diversas estruturas políticas do atual território de Angola para que não nos perdamos nas grandes generalidades, tratando-os como uma essência unânime.

Levando em conta as subjetividades dos reinos pré-coloniais do atual território de Angola, Rodney (1975) aponta a perda significativa do domínio territorial dos africanos em detrimento dos europeus. Esse domínio se alargou rapidamente nos mais variados sectores, desde a subjugação dos poderes locais às desumanizações nos mais variados domínios, como o tráfico de escravos para as plantações nas Américas por exemplo. Do início do século XVI aos meados do século XIX, tem-se o período de maiores extensões do tráfico de escravos no continente africano. Sobre esse período, várias são as literaturas que abordam sobre o fenômeno do tráfico de escravo, como Menz e Lopes (2018), Boahen (2010), entre outros. Sem nos delongarmos com o assunto, apenas pela gama de estudos e desdobramentos sobre a compreensão, olhamos o período do tráfico no atual território de Angola no prisma dos impactos econômico, político e, principalmente, demográfico. A natureza do tráfico de escravo, o comércio de humanos pelos europeus, deu-se de várias formas, dentre elas, destacamos o conhecimento dos europeus sobre as subjetividades dos reinos dos africanos “facilitou” na

¹¹ Dentro do território atual de Angola abrangia as regiões do rio Zaire e Dande (ZAU, 2002).

engenharia de produção de guerras que criavam vários presos de guerra, os que, na sua maioria, acabam na comercialização escravista.

Segundo Menz e Lopes (2018), o processo de tráfico de escravos se deu no século XV, na Senegâmbia, estendendo-se toda a costa boa arte da costa atlântica até a região de Angola, que do século XVI a XIX se tornou no maior porto escravista do continente africano, isso, pelo porto de Luanda. Existem diversas narrativas sobre o fato de ter sido Luanda o maior porto escravista do continente africano, um dos mais destacados é o fato de Portugal, apesar das várias resistências do reino do Ndongo, ter implementado um modelo diferente de comercialização em relação aos outros países europeus. Ou seja, dos países europeus, segundo Menz e Lopes (2018), Portugal foi o único, no século XVI, a experimentar a fixação de efetiva numa região do continente: a fixação na cidade de Luanda e o deslocamento para o interior do reino do Ndongo com a construção do forte de Massangano em 1583.

Em Luanda, e nas primeiras regiões em seu entorno conquistado pelos portugueses, aparece comumente referida como Reino de Angola, na medida que o domínio colonial português se expandisse no atual território de Angola, se estendia também o reino de Angola, ou seja, o território de domínio colonial português. Entende-se esta relação de sujeição dos territórios da atual Angola às administrações coloniais de Portugal à partir do mapeamento paralelo do reino de Angola, do senso realizado em 1777 ao senso realizado 1819, além da perda catastrófica de acima de 25% da população devido ao tráfico de escravos, nota-se o alargamento demográfico da região tendo regiões como Benguela, Huambo, Huíla e outras regiões à sul anexadas ao senso do reino de Angola (Menz; Lopes, 2018).

Do período que compreende os anos de 1880-1919, vários pesquisadores africanos, como veremos aqui, se debatem sobre a particularidades das mais rápidas mudanças que ocorreram no continente africano. Estima-se que foi o período no qual mais drásticas mudanças em curto período de tempo ocorreram no continente africano. Tais mudanças envolvem muitos fatores, um dos principais é a questão da posse territorial. Boahen (2010) estima que até antes de 1880, mesmo acontecendo os seculares contatos entre africanos e europeus, mais de 80% das terras eram propriedades africanas, fato que em 1914 alterou-se drasticamente tendo todo o continente africano, com a exceção da Libéria e Etiópia, sob o total domínio territorial nas mãos dos europeus.

Nota-se que, até antes desse período, as resistências nos mais diversos reinos ou nações africanas nunca cessaram, mas as lutas não eram necessariamente movidas pelo fim das relações seculares com europeus no continente porque, segundo consta, não até antes de 1880, antes de

tudo um aparato de avanço econômico e tecnológico europeu, os africanos conseguiam facilmente limitar e barrar o acesso dos europeus nos interiores das regiões que mantinham contato. Situação alterada com o advento da dominação total e, com isso, o advento do colonialismo, destacando que o continente africano foi o último a ser efetivamente colonizado. O advento das relações comerciais desiguais com o continente africano, desencadeando todo um sistema de dependência comercial e, com isso, o percurso vantajoso da economia europeia não só propiciou melhores condições para o avanço militar para a tomada dos territórios africanos, como combina também com o período do avanço tecnológico, demandando, assim, maiores desafios na articulação pelas diversas resistências dos africanos.

No entanto um fato escapava aos africanos: em 1880, graças ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa e ao progresso tecnológico que ela acarretara – invenção do navio a vapor, das estradas de ferro, do telégrafo e sobretudo da primeira metralhadora, a Maxim –, os europeus que eles iam enfrentar tinham novas ambições políticas, novas necessidades econômicas e tecnologia relativamente avançada. (BOAHEN, 2010, p.7)

Sobre o período aqui apontando como “início” do domínio efetivo do continente africano, que estamos nos referindo como o auge do colonialismo em África, segundo Boahen (2010), é dos períodos mais analisados em termos de pesquisa, chega-se a dizer que é a área mais pesquisada em todo continente africano, seja por pesquisadores africanos ou não africanos, razão pela qual, as diversas narrativas e contradições de categorias. Uma das contradições que é apresentada por Boahen (2010) é sobre as diferentes narrativas que são colocadas de modo pejorativo a certos líderes africanos como colabores.

O termo colaborador é empregado na história do início das tomadas de territórios africano para aqueles que, na visão de alguns, iam pelo âmbito da tentativa de resolução de conflitos em sua região no âmbito diplomático. Segundo Boahen (2010), é pertinente o uso de aliado e não o de colaborador.

Além disso, antes da chegada dos invasores europeus, as relações entre esses diferentes grupos eram muito frequentemente hostis, sendo, aliás, possível que alguns estivessem sob o domínio de outros. Chamar de colaboradores esses grupos subjugados ou hostis porque optaram por se juntar aos invasores europeus para lutar contra seus inimigos ou senhores estranhos é não compreender nada da questão. (BOAHEN, 2010, p.13).

O mesmo sucede com a análise equivocada de vários pesquisadores/questionadores críticos aos líderes africanos que preferiram morrer em combate do que ratificar qualquer acordo em detrimento da perda de sua soberania, pois, a esses líderes ou lutas africanas vários

nomes foram adjetivados, sendo o termo românticos como os mais destacados, a pertinência é que, sendo Boahen (2010, p.14):

[...] essas opiniões são muito discutíveis. A dicotomia entre resistência e o que se pretende por colaboração não é apenas mecânica, mas pouco convincente. Certamente que houve ganhadores e perdedores durante o tráfico de escravos, mas, desta vez, não havia ganhadores. Os assim chamados colaboradores, tal qual os que resistiram, acabaram por perder, e é interessante notar que são os dirigentes classificados como românticos e intratáveis que ainda são lembrados, tendo se tornado fonte de inspiração para os nacionalistas de hoje.

A partilha e conquista do continente entre 1880-1919 é antecedida pelas tentativas de conquistas e lutas desde 1870, a partida política tendo Portugal como precursor dessas iniciativas, quanto ao período da conquista efetiva, marcam-se na história do continente africano, o que alguns chamam de pacificação ou benefícios do colonialismo, a deturpação dos mapas pré-coloniais, as desestruturação política, cultural e econômica e, como se não bastasse, a pilhagem expressiva facilitadas pelas novas estruturas coloniais, como as vias ferroviárias, dinamização da comunicação entre outros (Boahen, 2010).

A discussão sobre colonialismo e os desdobramentos que se deram na análise da partilha de África envolvem uma série de visões que em muitos momentos acabam sendo distintas e até mesmo controversas entre si. Das várias dimensões que podem ser analisadas sobre esse momento das rápidas transformações em África, Uzoigwe (2010) apresenta diferentes teorias para se pensar os impactos dessas teorias e transformações no continente africano, dentre elas: a teoria econômica, teoria psicológica, diplomata e a dimensão africana.

Dessas teorias, Uzoigwe (2010) coloca todas as outras dimensões (econômica, psicológica e diplomática) em comparação à dimensão africana. Existe uma pertinência em se pensar a perspectiva econômica, com as discussões e problemáticas em torno do imperialismo sob o prisma do capitalismo, uma discussão acurada por Lenin e Rosa Luxemburgo, que advogavam o fim do atual modo de produção pelas implicações que o sistema capitalista propõe a si mesmo. Vários, se não todos, foram os líderes independentistas de África e não só que adotaram tais discursos, de ser o imperialismo o último estágio do capitalismo. No entanto, apesar da pertinência de se pensar criticamente a dimensão do imperialismo no continente africano, é pertinente se pensar os impactos numa perspectiva africana.

Nessa perspectiva, destaca-se o fato a problemática da divisão do continente africano pelos países do ocidente europeu. A dimensão africana aqui não é analisada dissociada de fontes, antes pelo contrário, para Uzoigwe (2010), essa dimensão alberga a questão econômica

como o centro da discussão e tendo relação com a problemática da dimensão dos impactos externos, particularmente do impacto da Europa sobre o continente, desde a partilha e seus desdobramentos. Foi dessa partilha do continente africano que o continente teve o seu rumo alterado numa dimensão sem precedência ou até mesmo inédita pelo fato de ter sido a primeira vez que se registrou a partilha de um continente sendo elaborada por pessoas de um outro continente. Portugal foi o último país a ser “convidado” na conferência que resultou na partilha do continente africano, ocorrida, em Berlim, entre 1884-1885. O país reivindicou, de última hora, as incursões para posses territoriais pelas antigas colônias como Angola e Moçambique que, segundo os líderes de Portugal, matinha “domínio” das relações que antecedem os anos de 1870. Outro caso particular foi o caso particular do Congo Belga ter sido bem antes declarado estado livre do rei da Bélgica.

Antes da conferência de Berlim, as potências europeias já tinham suas esferas de influência na África por várias formas: mediante a instalação de colônias, a exploração, a criação de entrepostos comerciais, de estabelecimentos missionários, a ocupação de zonas estratégicas e os tratados com dirigentes africanos. Após a conferência, os tratados tornaram-se os instrumentos essenciais da partilha da África no papel. Eram de dois tipos esses tratados: os celebrados entre africanos e europeus, e os bilaterais, celebrados entre os próprios europeus (UZOIGWE, 2010, p.35).

Ao tomarmos a conferência de Berlim como ponto de partida da sequência da dominação efetiva do continente africano não se está- em contrapartida- desmerecendo as lutas e resistências ocorridas no continente. Antes pelo contrário, é reconhecer que a partir desse período do “pós-partilha” vários elementos se apresentam como mais desafiadores no continente. Outrossim, o que se percebe é que o desconhecimento dos africanos sobre as diferentes realidades na Europa teve como base de um dos fatores cruciais para a dominação, pois, os missionários, militares e outros exploradores europeus, dentro do espaço das diversas relações seculares entre a Europa e África, dispunham, além de grande aparato tecnológico, melhores informações sobre os africanos e sobre África. Além da questão tecnológica, afinal, como vários pesquisadores apontam, com revolução industrial uma mudança gritante nas nações europeias, ou seja, os africanos não estavam lidando com a mesma Europa que conseguiam facilmente barrar acesso ao interior anteriormente. A superioridade econômica da Europa já permitia maiores incursões militares diante de uma África completamente fragilizada e com maiores problemas econômicos. Razão pelo rápido domínio no intervalo de 1880-1919, nesse tempo África viu o nascer, não pacificamente de certo modo, reconfigurações espaciais que não apenas eram artificiais, mas violavam as estruturas pré-coloniais, como nalguns casos dividiam famílias de mesma nação às “novas” diferentes nações coloniais (UZOIGWE, 2010).

Desde os primeiros contatos entre os europeus e os africanos, várias foram as dimensões e transformações ocorridas, mas as ocupações e domínios forçados foram sempre resistindo, embora o período aqui apresentado como domínio efetivo não se descarte as resistências generalizadas nos mais variados domínios ou nações. Os pesquisadores Isaacman e Vansina (2010) apresentam um estudo sobre as diferentes resistências ocorridas nesse período, que se configuraram como elos da sequência das lutas até aos recentes líderes ou pais das independências dos recentes países de África, muitos, como o caso de Angola mantendo as fronteiras coloniais.

No contexto que vai desde os primeiros contatos dos europeus com os africanos ao período do domínio efetivo do continente africano, Isaacman e Vansina (2010) apontam que pelo fato do continente africano ter tido diversos estados/organizações políticas distintas, as primeiras resistências contra a ocupação colonial europeia não eram movidas pelos líderes desses territórios numa noção/ideia das fronteiras “arbitrárias” marcadas pelos europeus, mas, sim, pelos particularismos de suas fronteiras nações/reinos pré-coloniais.

Dos raros casos apontados como resistências/lutas contra a ocupação colonial movimentando distintas nações/militares destaca-se, no caso de Angola, o líder Mutu ya Kevela. Mutu ya Kevela conseguiu unir os povos Bailundu, os Bié, Humbe, Ovambo, entre outras nações, até a sua grande vitória: expulsando, em 1904, os portugueses do planalto central de Angola (Isaacman; Vansina, 2010). O exército do Mutu-ya-Kevela não era apenas dos mais numerosos na África central- no contexto das ocupações efetivas coloniais-, era, também, um exército organizado militarmente dispo de armas de fogo moderna obtidas pelas articulações engenhosas comerciais do seu povo. Além da grande mobilização do líder dos Ovimbundu, existiram diferentes tipos de mobilizações para resistências organizadas, uma das mais destacadas são as sabotagens coletivas: como a fuga ao fisco, cortes de linhas de comunicação entre outras.

Isaacman e Vansina (2010) salientam que apesar das diversas resistências, muitas, ou quase todas, acabam sendo pouco mencionadas porque não tiveram seus objetivos alcançados a longo prazo, ou seja, todos caíram ao fracasso e às mãos do domínio efetivo colonial português. Além de Mutu-ya-kevela, na atual Angola, uma outra referência da resistência colonial com vitórias expressivas é o Dembo Cazuangongo, que em 1908 causou várias baixas ao exército português. Fora o caso de se evocar laços comuns para a luta coletiva, feita por Mutu-ya-Kevela aos ovimbundos, existiam também um sentimento de repulsa generalizada pelas explorações e aumento do trabalho da mão de obra barata.

A aversão aos colonizadores era movida por uma série de fatores, tendo como uma delas a questão do deslocamento arbitrário de trabalhadores de um espaço para o outro. No caso angolano, por exemplo, estima-se que nesse período milhares de angolanos eram deslocados de suas regiões para trabalhos nas plantações de cacau em São Tomé. Ou seja, segundo Isaacman e Vansina (2010), a estagnação do campesinato, ou da produção dos camponeses de Angola, como consequência o seu subdesenvolvimento, estão atrelados a todo um leque de fatores, tendo o domínio efetivo europeu como o principal.

O que antes eram lutas isoladas das nações pré-coloniais conduzidas por líderes, reis e rainhas desde os primeiros séculos de contato com europeus, passaram, mais tarde, com a fragmentação dos poderes políticos locais, sendo lutas de grupos regionais de camponeses e diversos grupos trabalhadores de mão de obra barata até às mais recentes organizações políticas que deram origem aos partidos de inspiração do nacionalismo africano que culminaram com as independências dos vários países de África.

1.3. Nacionalismo Africano e Independência de Angola

A questão do nacionalismo africano envolve diversas questões. Muito mais do que as influências ideológicas externas, existe uma série de combinações de fatores e adaptações às diversas realidades dos países africanos. É certo afirmar que embora as lutas e resistências generalizadas no continente sempre existiram, é apenas a partir dos anos 1940 que se viu a surgir no continente africano as primeiras organizações políticas de cunho independentistas, ou seja, de inspiração à autonomia e controlo político do país por africanos.

Se tivermos que apontar uma época específica para o surgimento nacionalismo africano, certamente seria a década dos anos 1940, um período marcado pelas grandes transformações no cenário internacional e a maior presença de intelectuais negros africanos e de suas diásporas em universidades e movimentos civis contestatários. Vale destacar que a década dos anos 1940 se dá, também, com o pós II guerra na Europa, as grandes e rápidas transformações materiais, culturais e políticas no continente africano.. Segundo Mbokolo (2010), em 1945 realizou-se, em Manchester, o primeiro congresso pan-africano que tinha como pauta a discussão de questões sociais, económicas e políticas. Neste âmbito, vale destacar que, como veremos adiante, o continente africano registrava um número crescente de populações se concentrando nos espaços urbanos em detrimento de todo um conjunto de transformações que levam aos mais elevados extremos da miserabilidade das massas, destacadamente às dos espaços rurais. Ao decorrer de tais transformações e articulações regionais e internacionais para a questão de

África, M'boko (2010) aponta que enquanto em alguns países da África central se viam registrando o surgimento dos primeiros partidos políticos, no caso de Angola nos anos de 1940 estava sob o regime Salazaristas¹³ em que era expressamente proibido a criação de qualquer partido ou associação política, razão pela qual os primeiros movimentos ou organizações políticas em Angola surgiram da chamada clandestinidade, tendo os anos subsequentes de 1945 registado o surgimento das primeiras organizações políticas da clandestinidade em Luanda.

Em Angola, variados grupos muito ativos se haviam constituído entre as duas guerras, mantendo o seu poder de pressão após 1945: A Liga Nacional Angolana e ANANGOLA (Associação Regional dos Naturais de Angola), ambas particularmente influentes junto aos mestiços de Angola, a primeira atuando sobretudo em favor das reformas econômicas e sociais, ao passo que a segunda privilegiava a ação cultural. Sob os auspícios da ANANGOLA em 1948, um jovem poeta, Viriato Francisco Clemente da Cruz, fundou um grupo literário cujo os membros publicaram na revista Mensagem uma abundante poesia contestatária (M'bokolo, 2010). O que se chama atenção aqui é o fato de que esses movimentos ganham maior expressão num contexto em que o continente europeu vivia os impactos do pós-II guerra ocidental, ou seja, um período marcado por acelerações de transformações e tensões sociais.

No entanto, no caso do continente africano, é pertinente se ter em conta esses fatores para perceber as nuances e os diferentes tipos de estruturas em crescimento e transformações ocorrendo, num período em que a Europa internacionaliza um novo modelo de capitalismo, hegemônico e com maior expressão nas economias agrícolas não capitalistas. Tendo, nesse caso, aberto o que podemos considerar o período de início das grandes migrações dos campos e aumento de tensões sociais, políticas e, fundamentalmente, raciais: como no caso de Angola que, com o advento da grande migração portuguesa para Angola nesse período, estima-se que em menos de três décadas a população portuguesa saiu de 44mil para 333mil habitantes, concentrados em sua maioria nos espaços urbanos (M'bokolo, 2010).

Com esse fluxo continuo das de tensões, as mutações estruturais no continente africano, nessa época, não se configuravam apenas no âmbito econômico, se podia observar, dentre outros setores, no âmbito administrativo e a burocracia de políticas sociais, como a dificuldade no acesso à educação. Essa realidade, para o contexto angolano, é apresentada na tese de Nascimento (2013), onde, o autor analisa as possibilidades de ascensão social no contexto

¹³ Regime ditatorial do chamado Estado novo instaurado em Portugal, entre os anos de 1933 a 1974. Sob o domínio de António Oliveira Salazar (1933-1968), seguido do domínio de Marcello Caetano (1968-1974). (CARVALHO, 1986)

colonial angolano, destacando as questões sociais, espaciais e políticas do contexto luandense. As oportunidades de ascensão em Luanda, na época colonial, dentre vários outros fatores, estavam atreladas às questões raciais e espaciais, que em muitos casos se confundiam, devido a racialização dos espaços. Vale destacar que nos anos de 1940, sob o regime salazarista, havia o estatuto de estratificação social, onde, se tinha os portugueses no topo da hierarquia, seguida dos mestiços, depois os assimilados¹⁴ e na base, sem nenhuma perspectiva de futuro e obrigados aos trabalhos forçados estavam os considerados indígenas¹⁵, a base da hierarquia social. Situação que se via alterando rapidamente com a larga presença de portugueses em Angola, suscitando novas demandas de trabalhos e subalternizações daqueles que até então estavam inseridos nos proletariados.

Na prática, a própria organização social metropolitana instalada em Luanda dificultava o acesso de crioulos¹⁶ e “novos assimilados” a cargos administrativos, mesmo de segundo e terceiro escalões, pois havia temor de rebaixamento de europeus em face dos nativos. Como as possibilidades de empregos eram diminutas, começou a ocorrer uma substituição de trabalhadores africanos por portugueses nas vagas de trabalho (Nascimento, 2013, p.128).

Dentre os diversos casos crescentes da exploração de trabalhadores, o aumento do desemprego, o êxodo rural, constatavam-se as primeiras insurreições político-contestatárias até as revoltas militares organizadas levando, então, Portugal, com a exaustão das guerras enfrentadas em Guiné-Bissau e Moçambique, às crises estruturais que deram margem à Revolução dos Cravos (em 25 de abril de 1974) que abriu margens e conceições dos acordos para as independências de suas colônias em África. Antes de tais fatos, existiram toda uma sequência de articulações de políticas de resistência à ocupação colonial, dentre os movimentos religiosos, revoltas de camponeses, partidos/movimentos políticos e outros.

Os surgimentos das novas organizações políticas de cunho independentista combinam com as transformações políticas que ocorriam em Portugal, como: a queda da monarquia em Portugal, em 1910, e a instauração da primeira república em Portugal que atribuía à Angola status de província ultramarina de Portugal, ou seja, não mais uma colônia, mas um território indivisível de Portugal. Essa “condição” é combinada com uma série de exploração, como no trabalho da mão-de-obra-barata, entre outras que estimularam os sentimentos de repulsa e lutas

¹⁴ Categoria colonial usada para se referir aos africanos que “comprovavam” a assimilação da cultura portuguesa, seja por meio do domínio da língua portuguesa, formação acadêmica ou outra: auferindo um estatuto de “cidadãos de segunda classe”, após os portugueses.

¹⁵ Expressão usada no contexto colonial pelos portugueses para se referir aos africanos, muito particular aos não “assimilados”.

¹⁶ Crioulos são os africanos que, na sua maioria, viam de outras ex-colônias portuguesa, como a de Cabo-verde particularmente (Nascimento, 2013).

pela soberania nacional e a luta pela independência (Zau, 2002). Na luta pela independência das primeiras organizações políticas da história recente do país destacam-se: o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUA) como o primeiro movimento nacionalista e a União dos Povos de Angola (UPA), como o segundo movimento formado em 1954. Com a dissolução desses dois primeiros movimentos independentistas surgiram segmentos dos movimentos que deram sequência nas lutas pela independência, como o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA, em 1956), a Frente Nacional para Libertação de Angola (FNLA), em 1959 e a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA), em 1966 (Joveta, 2008; Sebastião, 2015).

As primeiras revoltas de início da luta armada em Angola começaram a ser registradas nos finais dos de 1950: desde o caso das revoltas dos camponeses na baixa de Cassanje, de 1958 a 1961, as revoltas para libertação dos presos políticos em Luanda, a 4 de fevereiro de 1961, ao 15 de março de 1961. Como mencionamos, com a crise econômica e o golpe de Estado em Portugal, aos 25 de abril de 1974, juntando uma série de fatores, como as resistências armadas nas chamadas colônias ultramarinas, o governo português se viu “obrigado” a organizar o processo de transição política com os movimentos independentistas. O que resultou no processo da independência de Angola aos 11 de novembro de 1975. No caso angolano, a independência, ou até mesmos os acordos para as independências, suscitaram contradições nos mais variados domínios. A independência não era apenas um assunto de interesse dos africanos de Angola, passou também a se levantar a questão da situação dos portugueses e seus descendentes no solo angolano. Segundo M´bokolo (2010, p.259-260):

Mas, na totalidade do império português, o caso angolano era de extrema complexidade. O que fazer dos 335.000 portugueses, dentre eles, 172.000 colonos, dos quais um terço nascera na colônia e aos quais a economia portuguesa, bem menos desenvolvida que aquelas dos seus vizinhos europeus, não poderia oferecer empregos?

M´bokolo (2010), com isso, levanta a problemática de que os partidos independentistas enfrentaram em seus espaços. Enquanto as bases de apoios dos movimentos FNLA e UNITA, partidos de maiores expressões e bases regionais/rurais, estavam circunscritas à regiões específicas, o MPLA tinha como base de apoio diferenciada. Ou seja, segundo M´bokolo (2010, p. 260): “Contando com um espectro de influência social muito mais amplo e uma implantação urbana mais sólida, somente o MPLA possuía uma base nacional”. Reparemos que, apesar dos movimentos estarem inteiramente empenhados para o combate e o fim do colonialismo português, as diferenças e bases de apoios externos desses movimentos estão no cerne de suas

desavenças, razão pela qual, ainda nas vésperas pela independência os movimentos já estavam em conflitos entre si, como foi o caso da batalha de Luanda, tendo o MPLA como vencedor, expulsando, então, a FNLA e a UNITA para proclamação da independência do país em Luanda, fator principal que levou os dois outros movimentos terem proclamado a independência.

O fim do domínio político português não trouxe consigo momentos mais agradáveis aos angolanos, antes pelo contrário, começará os desafios mais vergonhoso do capítulo da história recente do país, o conflito armado entre angolanos. Vale destacar que, após o alcance da independência, o conflito militar interno foi encabeçado entre as forças políticas do governo angolano do MPLA, que contavam com o apoio da antiga União Soviética e Cuba, e as forças do exército da UNITA, que contava com o apoio dos Estados Unidos e o exército do *Apartheid* Sul Africano. Um ano após a independência de Angola, mesmo em conflito armado entre as forças políticas que lutaram pela independência, o governo do MPLA ganhara reconhecimento internacional adentrando à União Africana, e reconhecida por alguns países da América, tendo o Brasil como o primeiro país a reconhecer a independência. O conflito armado angolano, além das antecédidas lutas pela independência, teve a duração de aproximadamente três décadas, findado apenas em 2002 com assinatura do memorando do entendimento de Luena integrando, desse modo, membros do exército da UNITA às Forças Armadas de Angola (F.A.A) e, dando assim, início a um amplo processo de democratização e reconciliação nacional no país (Zau, 2002).

Somando os anos da luta armada pela independência, o país mergulhou por quase meio século de guerras abrangendo quase todo território com exceções de algumas cidades, como caso de Luanda, que viu, pelo grande fluxo de migração rural interna, um crescimento demográfico exorbitante num curto período de tempo. Entretanto, o estudo sobre o contexto histórico e alguns dos principais marcos da realidade angolana, abrem-nos margem para uma acurada discussão sobre o contexto urbano no país. Um contexto que elenca desafios históricos, sociais, políticos e econômicos, uma vez que, segundo Bettencourt (2011), esses desafios têm como cerne: além da resposta do rápido crescimento demográfico, o processo da transformação dos bairros menos favorecidos, os desafios da política de gestão inclusiva, etc. Acreditamos que, pelo fato da urbanização em Angola ter suas raízes no contexto colonial para atender uma determinada classe dominante e os interesses do capital se constitui imperativo estudar as contradições das cidades no contexto internacional, mesmo que para nortear as dinâmicas do processo *sui generis* da urbanização em Angola/Luanda.

CAPÍTULO 2: Urbanização em Angola

Pelo fato de que as urbanizações, como conhecemos hoje, engendrarem de dinâmicas sociais que excluem e violentam uma grande parte da sociedade em detrimento de um pequeno grupo dominante, buscamos enfatizar, neste capítulo, dentro da sociologia urbana, algumas das principais literaturas que apontam as contradições que configuram as cidades. Outrossim, o passado histórico-colonial de Angola leva-nos a dialogar com os chamados estudos pós-coloniais, pois, acreditamos que esses estudos atijam um olhar ao colonialismo, não mais como um evento isolado, mas, como uma agencia per se, e que se reverbera nos mais variados domínios, dentre os quais na própria dinâmica de política de produção e gestão urbana.

No entanto, podemos observar que a questão urbana elenca uma série de possibilidades de discussões e autores. Destacando figuras promitentes das duas últimas décadas como Sassen (1991), Marcuse (1997), entre outros. Embora sejam diversos os estudos e vertentes de pensar as cidades, existe uma conexão na discussão entre as cidades e a questão das contradições e o conflito. A questão sobre as relações de conflito operante nos atuais moldes de projeções urbanas destaca, dentre as mais diversas discussões, os impactos da globalização em si nas grandes cidades. A título de exemplo, os estudos em volta do fenômeno cidades/urbanizações são levados em pauta por várias partes do mundo, desde os países considerados mais desenvolvidos aos em desenvolvimento.

Por meio das rápidas transformações no último milênio, as cidades têm sido espaços de projeções dos melhores meios de ferramentas e comunicações para os humanos, mas, também, como nos referimos, espaços de contradições sociais, culturais, políticas e econômicas. Em outras palavras, as urbanizações tal como têm se configurado assumem papéis no processo de segmentação das segregações de oportunidades diversas. Ribeiro (2015), por exemplo, na sua discussão de uma sociologia crítica sobre a problemática que se constituem as rápidas transformações das cidades nos últimos anos, destaca as mudanças nas estruturas sociais da sociedade brasileira.

Ao observarmos aquilo que Ribeiro (2015) considera desafios estruturais desencadeadas pelas cidades no Brasil, percebemos conexões/semelhanças aos desafios das cidades na realidade africana. Ambas realidades, das Américas em geral, partilham laços históricos atreladas aos mais variados domínios, com destaque a recente experiência do colonialismo e escravidão. Entretanto, as mesmas realidades, registram as primeiras grandes incursões urbanas

inseridas num contexto distinto de suas demandas internas. Por essa razão, damos ênfase aos estudos da sociologia crítica que enfatiza e relaciona cidades sob o prisma das sociedades que não viram suas transformações urbanas partindo de suas próprias dinâmicas de gestão, as ditas ex-colônias.

A título desses modelos importados dos países mais desenvolvidos, não isenta os desafios estruturais das cidades na sua leitura global. As grandes metrópoles têm assumido cada vez estruturas sem precedentes e, com isso, segundo Ribeiro (2015), assumem duas leituras sobre elas: as normativas, que englobam todo um conjunto de discussões acríticas, mas de caracteres a responder com as demandas sobre a qual atendem, a produtividade; e as leituras acadêmicas, que se constituem nas discussões críticas sobre este modelo de cidades. A nossa discussão sociológica sobre as cidades insere-se na leitura acadêmica, onde, as discussões, dentre outras visões, acentuam-se na problematização da visão que resume as cidades como os melhores modelos de resposta às produtividades destacando, assim, as crises do modelo desenvolvimentista. Uma das grandes questões levantadas por Ribeiro (2015) na relação das cidades em relação a produção das desigualdades sociais é o caráter centralizador que elas assumem por si. A concentração dos investimentos, das transações econômicas e das maiores instituições são das bases dessas cidades. O autor mostra que essa realidade pode ser compreendida a partir de vários exemplos, como o fato de que as grandes cidades terem a concentração do PIB, basta dizer que só a capital do Japão, Tóquio, possui o dobro do PIB do Brasil. E apenas entre Nova York, Tóquio e Londres concentram as principais movimentações econômicas feitas no mundo.

A leitura do caráter centralizador das grandes cidades desemboca discussões de se pensar até que ponto os planejamentos urbanos dos países menos desenvolvidos como réplicas de projetos exógenos podem trazer melhorias na questão do equilíbrio das desigualdades. É com essas discussões que Ribeiro (2015) aponta a pertinência de problematizar até a noção vaga de que o modelo de planejamento urbano liberal vende sobre o mercado. Pensar o mercado separado de questões sociais não é suficiente, pois, existe toda uma relação adjacente às relações que aparentemente se configuram dadas. Ou seja, Ribeiro (2015) defende que não basta se pensar cidades com mercados abertos e competitivos quando, em verdade, o mercado por si, sem as forças das relações sociais, não funciona. Logo, todo e qualquer processo de planejamento à luz das cidades liberais, de fora para dentro, se constituem como programas falhos.

Tais falhas das cidades, à luz das discussões sobre desigualdades, podem ser pensadas a partir dos reflexos de conflitos sociais, políticos, econômicos e espaciais. Luanda, por exemplo, é a cidade que concentra maior parte do PIB do Orçamento Geral do Estado (OGE) angolano, a cidade desde a época colonial, concentra maior parte dos investimentos no setor urbano e tem durante as últimas décadas a maior concentração populacional do país. Mesmo dentro de Luanda, apesar de concentrar maior parte do PIB existe uma pequena parcela de região onde se concentram as pessoas com as maiores rendas e uma grande parte da população nos enclaves das cidades com perda significativa do poder de compra. Segundo os dados econômicos de 2014, apenas 35% da população de Luanda tinha empregos. E o senso não detalhava sobre a natureza desses dados, se eram funcionários públicos, privados ou misto, mas o certo é que o estado angolano ainda é o maior empregador do país (INE, 2014).

Os conflitos aqui apresentados pelas metrópoles suscitam todo um conjunto de práticas de uma escala de desordem institucionais e institucionalizadas, desde as questões do clientelismo aos, como na realidade luandense, os desdobramentos da questão da clandestinidade econômica, os “*free riders*”. Ou seja, as metrópoles assumem desafios de diversas naturezas, dentre as quais: o insucesso de gestão delas. Olhando as metrópoles no Brasil, Riberio (2015, p.22) afirma:

Temos um período cada vez mais polarizado. Depois de 1996, a renda per capita nas cidades médias brasileiras aumentou 3% e nas periferias das grandes cidades diminuiu 3%. Há dez anos, a violência nas periferias era outra. Eram cometidos cerca de 30 homicídios por 100 mil habitantes.

Diante do exposto acima, se percebe que o(s) insucesso(s) de gestão das cidades são atravessados por várias dimensões, dentre elas, a modalidade de concentração de oportunidades, desinteresse político e, como no caso dos países ditos em desenvolvimento, as fracas instituições. Em linhas gerais, o desinteresse político se expressa, primeiramente, pelo não reconhecimento da existência do problema e, posteriormente, pela a questão central, a fraca criação de mecanismos que garantam uma viva e maior participação cívica.

Toda essa discussão historicista realça a relação de conflito existente entre os atores sociais, levando em conta os estigmas institucionalizados nos desdobramentos de segregações sociais, especialmente reificadas, como o caso de Luanda na época colonial. A questão da segregação racial do espaço que leva a todo um conjunto de sistematizações que geram e produzem a violência (Nascimento, 2013). Ribeiro (2015) mostra que a desigualdade social não apenas aprofunda como segmenta as violências de um grupo sobre o outro, colocando os menos favorecidos em caixas de menos oportunidades no acesso às benéficas que o urbano pode

oferecer. O processo de alargamento dos desafios estruturais que as transformações dessas cidades vêm sofrendo, identificadas pelos conflitos, estão também atreladas aos modelos de segregação espacial que projetam determinados grupos à determinadas regiões, como os projetos de construções de cidades para as classes médias altas.

A centralidade social das classes médias decorre da enorme distância social existente entre a classe dos trabalhadores manuais e a “alta classe média”, cujo núcleo forte, por constituir a intelligentsia da sociedade, exerce papel de “quase-sujeito da articulação entre economia e política” e tem “a virtualidade de substituir as outras classes na relação política e, por isso, praticar o ventriloquismo” (OLIVEIRA, 1988, p. 286 apud RIBEIRO, 2015, p.30).

Compreender a questão das cidades é preciso ter em conta que elas ainda permanecem com características enigmáticas. Entender as cidades envolvem muito mais do que espaços/habitat, elas são lugares em que se refletem modos de vidas sociais econômicas e diferentes relações entre as pessoas, a alteridade. Ou seja, falar das cidades envolve o reconhecimento da multiplicidade de questões envolventes (Véras, 2000). Vários autores apontam que tanto os estudos quanto a existências das cidades não são fenômenos recentes. Com isso, várias das problemáticas das cidades antecedem, como a questão de direitos e cidadania para todos, antecedem as cidades tal como conhecemos hoje. A grande questão das atuais cidades da era global é na alarmante diferença da proporção controversa que elas assumem: questões como as dinâmicas do nomadismo do capital, internacionalização do trabalho e outras questões assumem caracteres cada vez mais complexos nas novas cidades e assumem, com isso, categorias excludentes (Sassen, 2000; Véras, 2000).

A relação histórica do surgimento das atuais formas de cidades que formam e reproduzem desigualdade dá-se a partir do ápice das revoluções industriais nas grandes cidades. Assim como o processo de esvaziamento dos campos pela presença massiva nos centros urbanos, no século XIX, é considerada era industrial, segundo Véras (2000), desde os finais dos séculos XX, estamos na idade tecnológica informacional. Essa “nova” idade em que vivemos não representa o fim do capitalismo, antes pelo contrário, assume caracteres bastantes contraditórios que são vistas nas atuais cidades, dentre eles a dualidade dos lugares.

Sassen (2000) afirma que no final do século XX várias teorias apontavam para um possível fim das discussões sobre a questão das cidades, ou seja, seriam obsoletas pelas modernas possibilidades do uso de recursos tecnológicos que permitiam mobilidade e alocação dos recursos em qualquer parte do globo. Foi o tempo que mostrou que tais discussões não passavam de questões equivocadas por várias razões, uma das principais é a relação de que até os mais avançados centros de produção tecnológica de informação precisam de centros para

suas instalações, quando ficam nítidas as problemáticas da questão da globalização. Nas atuais cidades, segundo Vêras (2000), a dualidade dos lugares é apresentada pelos lugares e não lugares. As velhas divisões de países ricos e pobres não fogem dessas atuais dualidade. Os não-lugares seriam, no entanto, espaços para os “menos humanos”, os desprovidos de direitos. Essas dualidades das atuais cidades representam elos que garantem direitos a uns, enquanto, retiram de outros. Esses elos são espelhados pelo processo de contradição da globalização. A globalização, como mencionado, assume-se controversa pelo fato de criar/reproduzir modelos diferentes dos lugares e mesmas expansões de mercados que acarretam violências nos mais variados sentidos. Em outras palavras, a globalização não reproduz as mesmas cidades globais e, com isso, a configuração dos não-lugares obedecem, também, dinâmicas específicas.

Sassen (2000) afirma que a globalização, *per si*, reproduz as chamadas *export processing zones* e as *offshore baking centers*. Os grandes centros, apesar de não serem únicos, estão conectados em redes e estão mais próximos que, como em muitos casos, de várias localidades de seus próprios contextos: essa proximidade em rede e o distanciamento local, dentre os dois principais fatores, são apontados por Sassen (2000) como fenômenos por trás da relação desigual entre as cidades.

Two tendencies contributing to new forms of inequality among cities are visible in the geography and characteristics of urban systems. On one hand, there is growing articulation at a transnational level among cities. This is evident both at a regional transnational level and at the global level; in some cases, there are what one could think of as overlapping geographies of articulation or overlapping hierarchies that operate at more than one level; that is to say, there are cities such as Paris or London that belong to a national urban system or hierarchy, to a transnational European system, and to a global system. (Ibidem, 2000, p.57).

A globalização, segundo Vêras (2000, p.19) “não produz um único modelo de cidade global nem elimina as fronteiras econômicas”. Pensar os marcadores sociais de Luanda é pensar na complexidade que se constituem os desafios sociais e econômicos que Angola atravessou e tem atravessado. Apesar de Luanda estar no território angolano, existem condições endógenas que configuram as singularidades que colocam Luanda em “destaque”, tanto por sua particularidade histórica, quanto social. Com o advento das grandes migrações internas, Luanda se configurou como a cidade mais populosa de Angola, tendo, até 2014, um terço da população total do país (INE, 2016). Vários autores, como Nascimento (2013) apontam a questão do rápido crescimento da população de Luanda por vários fatores, sendo a migração uma das principais causas.

A migração é uma temática com várias discussões possíveis na sociológica e, sendo assim, apesar de não se constituir o foco da pesquisa uma revisão dessas literaturas, é pertinente destacar a categoria migração a partir de autores que a analisam a partir das multiplicidades variáveis na era da globalização, uma vez que a migração não é um fenômeno recente.

As formas específicas de internacionalização do capital no período pós-guerra contribuíram para a mobilização de fluxos de migração e para a construção de pontes entre os países de origem e os Estados Unidos. Muito antes da atual fase da globalização, a começar na década de 1960, a implantação de estratégias Ocidentais de desenvolvimento já era um fator a gerar emigração. As consequências dessas estratégias de desenvolvimento levaram à substituição da agricultura de pequena escala pela agricultura comercial orientada para a exportação, a ocidentalização dos sistemas educacionais e outros resultados semelhantes. (Sassen, S. 2010, p. 119)

Nesses termos, o ponto de partida talvez seja o questionamento sobre os dados da questão migratória para que se evite equívocos de análises a partir de teorias fechadas. Analisar migrações refletem num leque de possibilidades e discussão gerais e não levar em conta as questões particulares para se pensar as tendências gerais. As categorias tradicionais de se pensar a migração, por exemplo, vão além da questão apresentada pela economia e demografia como, sendo, a migração resultante de duas várias: i) as de atração, por melhores condições salariais e empregatícias e ii) por repulsão, as representadas, em linhas gerais pela fome. No caso das migrações em Luanda, por exemplo, Nascimento (2013) vai mostrar que, com o advento do domínio efetivo de Portugal por Angola nos meados do século passado, houve as grandes primeiras incursões de instalações administrativas no interior do país. Fatores como a intensificação da exploração do trabalho de mão de obra barata, a expropriação de terras de camponeses e desafios das intensas precarizações de condições de vida e do trabalho de milhares de camponeses, nos interiores de Angola, moveram milhares de famílias para os encalços dos principais centros urbanos do país: aos espaços de Luanda na sua maioria.

As migrações em Angola não só acompanharam as regiões que menos foram afetadas pelo conflito armado, como, também, foram instauradas nas regiões de maior concentração de investimentos públicos e sociais.

Pensar a relação da cidade em Angola engloba, como mencionado, diferentes momentos: as antigas organizações sociais que antecedem a presença colonial, os primeiros investimentos em larga escala das redes de comunicação no país, isto no período colonial, e, por fim, o período pós-paz. As organizações sociais pré-coloniais não se constituem como foco em questão dessa pesquisa por uma série de fatores: primeiro não se configurarem na leitura das cidades à luz dos preceitos das cidades liberais e, segundo, por carecer de referências sobre

as cidades no território que hoje é Angola. Temos, então, como início para se pensar as cidades em Angola a partir da organização social dos portugueses, isto, a partir dos finais do século XIX ao decorrer do século XX, culminando com fase do início da luta armada, nos anos 60 do século passado. O segundo momento é da urbanização do pós-independência, pós-paz, que nos apraz detalhar aqui.

Os primeiros bantos a habitarem a região de Angola detinham os melhores recursos para o domínio da agricultura, ou seja, pela história, é uma região forjada no cultivo/campo. Após os largos anos da relação comercial desigual com os europeus, Portugal particularmente, a região presenciou a alteração drástica do modo de produção agrícola, passando para uma região de comércio de pessoas escravizadas, situação alterada até o fim do tráfico de escravos no século XIX. Com o fim do tráfico e a perda do domínio sobre o Brasil, a coroa portuguesa se viu “obrigada” a criar um novo “Brasil” investindo, assim, seus escassos recursos para alavancar a produção agrícola de suas antigas colônias em África, com a particularidade de maiores investimentos em Angola, a antiga colônia que no auge da crise na Europa chegou a ser das maiores produtoras de café, algodão e borrachas. Ou seja, após séculos de comércio de pessoas, os portugueses optaram por investir na agricultura com mão de obra barata nas suas antigas colônias.

A produção agrícola no interior de Angola exigia maiores mobilidades das linhas de comunicações, foi por este motivo que se começam a registar as primeiras grandes linhas de projeções urbanas em larga escala em Angola. Os caminhos de ferros, as estradas e novas construções serviam como meios para melhor se apropriar e se extrair o que se produzia no campo e se extrai nas minas. Ou seja, a primeira grande urbanização em Angola movida pelos portugueses servia para atender o capital da coroa portuguesa. Nesse mesmo período que se viu nascer em Luanda novas construções e fluxos de migrações europeias¹⁷ no centro assistiu à reconfiguração dos espaços, dentre os quais os ordenamentos arbitrário das populações locais, ditas indígenas. Situação que se “esperava” o fim ou diferentes segmentos com o alcance da independência. Uma vez que, após o período da pós-independência, o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) proclamou Angola como uma república com um modelo de economia planificada, uma república “de tendência ao socialista”. Mas, situação rapidamente alterada após a adesão às políticas de economia de mercado no ano de 1992. (António, 2013).

¹⁷ Estima-se que entre os anos de 1940 a 1970, em Angola, a população portuguesa passou de 33mil habitantes para mais de 333 mil. (M'bokolo, 2010).

Para tanto, podemos observar que a história de Angola é indissociável analisar os diferentes processos históricos e sociais de Angola sem a relação direta com a questão econômica e as transformações do sector no cenário internacional, por isso mesmo, o contexto da urbanização do país está, também, atrelada aos desafios e políticas econômicas.

2.5 A configuração socioeconômica de Angola e discussões sobre políticas de reforma agrária

Discutir a realidade socioeconômica de Angola exige vários esforços. O ensaio para pensar os desafios que o país enfrenta nos seus poucos anos de paz, levando em conta os desafios históricos são desafiadores por vários motivos: entre vários motivos, destacamos as rápidas transformações no cenário econômico, político e social. Existe uma ampla campanha do governo angolano na luta pelo processo de diversificação da economia para melhoria da vida dos angolanos e angolanas. Nisso, a grande preocupação institucional ainda é o desafio de superar a grande dependência que o país tem nas receitas do petróleo e os desafios na mais velha problemática estrutural que o país enfrenta, como a questão da terra. No âmbito internacional, econômico, a China é o principal parceiro econômico do país, tanto para exportações como para importações. Ainda no domínio da dependência que o país tem ao petróleo, a estimativa é que Angola depende mais de 90% de suas receitas ao recurso. (OGE, 2023; AGT, 2021).

No entanto, não conseguiríamos nesta breve secção apresentar um estudo completo sobre a questão do petróleo, políticas de diversificação econômica e a questão a reforma agrária: buscamos, apenas, apresentar um breve olhar sobre o que identificamos como os maiores desafios que o país e os angolanos e angolanas enfrentam com a temática, baseado naquilo que os relatórios oficiais que o governo angolano disponibiliza pelo Orçamento Geral do Estado, as políticas de terras já implementadas e a literatura em torno da questão de reforma agrária.

Desde os finais dos anos 80, com o agravar das crises sociais, políticas e econômicas no país, Angola presenciou os longos processos do êxodo rural, o lumiar da seca em determinadas regiões no país e o crescer da maior dependência ao sector petrolífero. No entanto, o petróleo é um fator imprescindível à economia angolana, não só importante como decisivo no âmbito do bem/mal-estar social e econômico. Somente no ano de 2023, mais de 60% das receitas do país eram do sector petrolífero.

Tabela 1: Dados da receita econômica de Angola do ano 2023.

Receitas angolanas	Valores em mil milhões de Kwanza
Geral do ano de 2023	13 462.0
Impostos petrolífero	7 195.6
Impostos não petrolíferos	4 803.8
Contribuições sociais e outras receitas	1462.8

Fonte: OGE, 2023; adaptação própria.

A questão do desenvolvimento urbano no continente africano é, também, atrelada às discussões sobre o fenómeno industrial no continente. Falar da questão industrial no continente africano remete ao recente passado colonial europeu: relação que firmou bases e “aprisionam” os desdobramentos das medidas económicas pós-coloniais em África. No entanto, a discussão entre o desenvolvimento urbano e a questão industrial ou económica, como se percebe em outros pontos do mundo, não estão necessariamente se referindo às políticas de melhorias ou redução das gritantes desigualdades sociais.

O desnível de investimentos infraestruturais é notório em vários fatores. Numa divisão entre a região litorânea e as regiões interioranas de Angola nota-se que mais da metade de investimentos empresariais, 77%, concentram-se nas zonas litorâneas (Rocha, 2011). Uma questão curiosa é que o litoral é relativamente menor em tamanho quando comparada com o interior do país, fora o caso de Luanda ser a menor região entre elas e ter, até 2005, mais de 55% de todas as empresas nacionais e estrangeiras (Rocha, 2011). Uma vez que até 2005 é o período pós-paz em Angola, pode-se dizer que o modelo de expansão urbana em Angola não se diferenciou do modelo da concentração de investimentos.

A cidade, segundo Santos (1993), em nossa leitura, se configura como modelos socioeconómicos criadores de barreiras de mobilidades sociais. Podemos pensar que, nos países do terceiro mundo, as cidades, por si só, ao invés de redução das desigualdades sociais, são também, centros de produção e reprodução de pobreza, estando fadadas ao fracasso diante as subsequentes relações de conflito.

A cidade, onde tantas necessidades emergentes não podem ter resposta, está desse modo fadada a ser tanto o teatro de conflitos crescentes como o lugar geográfico e político da possibilidade de soluções. Estas, para se tornarem efetivas, supõem atenção a uma problemática mais ampla, pois o fato urbano, seu testemunho eloquente, é apenas um aspecto. Daí a necessidade de circunscrever o fenómeno,

identificar sua especificidade, mensurar sua problemática, mas sobretudo buscar uma interpretação abrangente (Santos, 1993, p.11).

Os dados sobre os investimentos empresariais citados acima, são frutos do primeiro recenseamento de empresas do período pós-paz, realizado pelo Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (REMPE) em 2003. Os mesmos dados, quando comparados ao último recenseamento entre 2015-2018, não apresentam mudanças significativas. As diferenças mantêm-se desigualmente profundas, fora o fato de que a província de Luanda que tinha 55% das empresas teve um aumento de mais 4% de todas as empresas nacionais.

Quadro1: dados estatísticos de empresas em Angola do ano de 2018

Dados de empresas em atividade	Litoral (77%)
	Interior (23%)
Província com o maior nº de empresa	Luanda (59%)
Maior taxa de mortalidade das empresas	Cuando Cubando (5.2%)
Província com o menor nº de empresa	Cuando Cubango (0.9%)

Fonte: INE, 2019. Elaboração própria.

Curiosamente, pelos dados do INE (2019), pode-se notar que, pela taxa de mortalidade, a província do Cuando Cubango (à Sudeste de Angola conforme ilustrado no mapa da figura 4- que tem pouco menos de 1% das empresas em atividades no país- é que registra o maior número de mortalidade de empresas, com a cifra de 5.2%. Diferente de Luanda que, em cada 10 empresas em atividade, 0.8 das empresas deixam de existir. Em outras palavras, Luanda que concentra o maior número empresas do país é também uma das províncias com o menor índice de mortalidade de empresas, enquanto o Cuando Cubango que registra o menor de empresas em atividades no país, é também a província com o maior número de mortalidade das mesmas (INE, 2019). Acreditamos que tal situação explica-se, dentre outros fatores, pela problemática das desigualdades no processo de acesso e administração dos recursos entre a capital angolana e as restantes províncias do país, mesmo entre aquelas mais próximas, como o caso da proníncia do Bengo.

Luanda/Bengo exerceu um efeito de depressão sobre todas as regiões do país que perderam facturação para a grande metrópole angolana. Convém, no entanto, assinalar que não são claros os benefícios económicos de a província do Bengo fazer parte da grande Luanda. Na verdade, uma análise mais detalhada mostra a perda de

importância relativa no todo nacional desta província, sendo, portanto, pertinente questionar-se sobre os efeitos benéficos da proximidade com a metrópole luandense. (Rocha, 2011, p.58)

Segundo Kipré (2010), a condução das políticas econômicas na África pós-colonial está atrelada aos segmentos da relação desigual que a Europa desenvolveu com o continente africano: por um lado, temos um continente (africano)- que do seu potencial econômico- que serve como base da extração mineral, ou seja, um local de fornecimento de matérias prima; e, por outro lado, a Europa, que tem como base o aproveitamento econômico da relação desigual no âmbito econômico.

A revolução urbana no continente africano se deu em larga escala no século XX, apesar da questão industrial se constituir fator ligado a esse movimento, vale destacar que, no contexto africano, a revolução urbana não traduzia, como na Europa, o crescimento de uma população industrial (Kipré, 2010). Tal situação pode ser compreendida, dentre outros fatores, através das bases coloniais europeias por trás das “motivações” dessas cidades; cidades construídas como centros portuários, centros administrativos e/ou outros modelos que traduziam (as cidades) a lógica de manutenção e administração do excedente, o excedente da produção ou expropriação de recursos de regiões nos interiores dos países instaurados.

Quanto a discussão em torno da reforma agrária, vários estudos têm sido realizado para pensar políticas e modelos que se adequem aos processos sociais e históricos de cada realidade. No caso angolano, mesmo após a independência, nunca se pensou política de terra numa perspectiva multidimensional que levassem em conta todo o processo desigual de acesso e controlo das terras em pequenos proprietários desde a época colonial aos seus desdobramentos aos dias atuais.

A discussão sobre a reforma agrária suscita dois diferentes tipos de modelo político: o chamado Modelo de Reforma Agrária de Mercado (MRAM) do Banco Mundial (BM) e o modelo de reforma agrária dito “tradicional” ou redistributiva. As duas partem de pressupostos e modelos político ideológicos totalmente distintos. Segundo Pereira (2005, p.626), o MRAM “tem como princípio a compra e venda voluntária de terra entre agentes privados mediada pelo Estado acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos socioprodutivos” e o modelo de reforma agrária redistributiva “consiste em ação pública que, num curto espaço de tempo, redistribui ao campesinato pobre terras privadas monopolizadas por uma classe de grandes proprietários”(Id.Ibid., p.626)

Os últimos anos do regime colonial português escancaram o quão vil e deficitário se caracteriza a sua administração, com questões como, por exemplo: i) a falta de concessão de

empregos condignos; ii) a ausência de uma visão clara de modelo econômico e iii) os entraves sociais e políticos que sucederam no pós-independência. Somando todos esses problemas, destacando a exploração e trabalho forçado dos camponeses, assim como o êxodo rural, o país viu nascer um novo “normal”, o processo de importação de bens alimentares. Segundo Paín (2020), até os anos de 1980, Angola que, com suas controversas, sempre exportou bem alimentares se viu não apenas importando alimento, como também, necessitando de ajuda alimentar, isso, nos primeiros anos do pós-independência.

2.1 Da urbanização colonial ao modelo de urbanização neocolonial

No entanto, pela experiência de um passado colonial, os países do continente africano mesmo com as recentes independências no âmbito da política ainda enfrentam desafios estruturais como consequência, já não apenas do processo de colonização, mas, agora, do neocolonialismo. Em nossa concepção, o neocolonialismo opera numa lógica de ação direta e indireta: direta quando chega em forma de investimento estrangeiro/ocidental direto, com as altas taxas de juro e “obrigações” dos desajustes estruturais e, indireta, nos seus mais variados domínios, dentre os quais, as medidas políticas de espelhadas. Estamos considerando medida política espelhada aquilo que, mesmo sendo tomada por governos independentes, são movidas por fundos históricos e sociais que em nada dialogam com as subjetividades dos locais a que são inseridas. Operando, assim, na lógica da colonialidade saber, onde, apenas uma visão de mundo é a aceitável e correta, as lentes ocidentais. Nessa discussão, as medidas espelhadas podem ser observadas nos projetos estruturais até do pensar os projetos urbanos nos países ditos em desenvolvimento, como o caso de Angola.

Mesmo no contexto africano as cidades não operam fora da lógica do modelo liberal excludente, a começar pela lógica do processo histórico a que as cidades liberais estão inseridas. A evolução das cidades como conhecemos hoje, partem da sua revolução no século XIX, nos remetendo à sua principal característica: um local de concentração de “oportunidades”. Os estudos sociais associam as cidades aos vínculos de pensar a cidade como um local de concentração daquilo é produzido, na maior parte dos casos, em outro local. As cidades são os espaços de concentração social, geográfica e do excedente. Numa fórmula rápida, pensar as cidades, hoje, se resume em: concentração de uns poucos, local de administração do excedente, o capitalismo e a sua lógica do processo “contínuo” que permite, não apenas a manutenção, como, também, a sua própria expansão (Harvey, 2012).

As cidades, desde as revoluções, se caracterizaram pela ausência de atenção aos distintos segmentos e desdobramentos que refletem o não lugar dos menos favorecidos. As cidades, nesse contexto, são pensadas “apenas” para busca e tentativa de resolução do problema de administração de absorção do capital excedente, envolvendo o destaque aos investimentos engenhosos de suas infraestruturas. Na dinâmica atual, assuem cada vez mais o caráter complexo e o macro da amplitude na escala do capitalismo internacional. As cidades não estão isentas das amarras das relações comerciais internacionais. Go (2016) mostra como- por meio da China, que consome metade do cimento mundial- as relações comerciais movidas por demandas de matéria prima, na América latina, têm impactado na dinamização do setor econômico e de suas infraestruturas, destacadamente o caso do Brasil e da Argentina.

Ao apontarmos o dinamismo no setor econômico e das infraestruturas situamos o caráter criminoso, desumano que se inserem os modelos das cidades liberais. As cidades liberais têm nas suas gêneses a relação direta com a violência. Essas cidades garantem todo um direito para resolver a questão da absorção do excedente do capital, mas, nunca, para garantia de cidades que elevem e garantam mais direitos aos menos favorecidos, antes, as cidades, agonizam as contradições sociais, que é assim que se constitui a sua gênese, fundamentada, entre vários, pelo modelo Haussmann.

Na realidade, a burguesia tem apenas um método para resolver o problema habitacional à sua maneira – isto é, resolve de tal modo que a solução reproduz continuamente a questão. Este é o denominado método “Haussmann”... Não importa o quão diferentes sejam as razões, o resultado é sempre o mesmo: escandalosas alamedas e ruelas desaparecem para exaltação e desperdício da burguesia por causa de seu extraordinário sucesso, mas elas reaparecem imediatamente em outro lugar... A mesma necessidade econômica que as produz num primeiro lugar, as produz em outro lugar (Engels, 1935: 74-77apud Harvey, D. 2012, p.82).

A semelhança da discussão entre a teoria social e a sociologia pós-colonial, na realidade angolana, se percebe a partir do neocolonialismo; nos seus mais variados domínios, particularmente no modelo de projeção urbana. As buscas pela melhoria das habitações em si não são de um todo o problema, a questão são os métodos implementos e, principalmente, os modelos de cidade que não são projetados de maneira autônomas e com uma contribuição de todas franjas sociais.

2.2 A sociologia pós-colonial e o diálogo sobre urbanização em Angola

Vários estudos vêm se debatendo com a questão entre a teoria social e a sociologia pós-colonial. A sociologia pós-colonial ainda enfrenta críticas concernente a sua natureza, pois, ela advoga a necessidade de pensar o colonialismo per si: vale destacar que os estudos de uma

sociologia pós-colonial, como destacaremos, têm reflexos nas ondas dos estudos pós-coloniais levadas a cabo desde o século XX por vários intelectuais, com destaque a vários intelectuais africanos e afro-americanos. Entre esses intelectuais, destacamos Frantz Fanon, Aimé Césaire, Agostinho Neto, Amílcar Cabal e vários outros.

No âmbito da sociologia, destacam-se, também, os escritos e estudos de Pierre Bourdieu, Abdelmalek Sayad, Julian Go entre outros. Embora pouco associado aos estudos pós-coloniais, Bourdieu, por exemplo, insere-se aos estudos pós-coloniais desde suas primeiras pesquisas e estudos sobre a sociedade argelina e análise daqui que ele identificou como transformações das disposições (Go, 2016). Embora muito marginalizada, os estudos pós-coloniais em Sociologia, o professor Go apresenta inúmeras reflexões que enriquecem o papel da sociologia pós-colonial como um campo que exige um estudo particular, ou seja, uma um limiar na divisão entre os estudos das teorias de sociais.

A teoria social, como tal, é o produto do processo de pensar as dinâmicas sociais a partir de um ponto, o norte global. Para Go (2016), a teoria social não se desprende de seus vícios, a saber: a bifurcação analítica, o ato de se negligenciar os diferentes momentos da história entre realidades distintas, e a supressão da agência colonial, o caso de colocar o norte como o centro e o início da história. A teoria social parte de agências de outra ordem, de uma dinâmica social que não representa o todo, quando comparado com os estudos pós-coloniais. Em outras palavras, a teoria social representa, em grande parte, a dinâmica histórica e social dos antigos países colonizadores e os estudos pós-coloniais, além de partirem pela busca de compreensão das dinâmicas sociais das antigas colônias, são, também, em muitos casos, pensados a partir dos, então, “anticolonialistas”. Os estudos pós-coloniais transcendem os alicerces da teoria social, na medida que, segundo Go (2016), pensam em novos modelos do pensar e fazer ciência a partir de dinâmicas e sistematizações que partem das experiências locais, das antigas colônias.

A título de exemplo, para a coordenação e acompanhamento da questão urbana no país, o governo angolano, por meio do seu Ministério das obras Públicas e Ordenamento do Território (MINOTH), tem acordos de cooperação, a longo prazo, e aquisição de assistência técnica com organizações internacionais, como a UN-Habitat, a longo prazo.

Graças a uma contribuição financeira do MINOTH ao UN-Habitat, realizada no final de 2014, foi possível abrir oficialmente o escritório a 30 de outubro de 2015. Os Termos de Referência para a contribuição financeira foram aprovadas pelo MINOTH, definindo a assistência técnica do UNHabitat ao Governo de Angola no desenvolvimento de uma Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo (PNOTU). (UN-Habitat, 2018, p.25).

De acordo o documento da UN-Habitat (2018), no âmbito de elaboração de políticas de “desenvolvimento”, Angola, ao lado de Paraguai, Malásia, Bulgária e Catar, foi “escolhida” como um país de prioridade, a nível global, para o que se convencionou considerar políticas para o Desenvolvimento de Políticas Inovadoras de Habitação. Com a assistência técnica a UN-Habitat acredita ter como resultado, na primeira fase, os seguintes indicadores:

Indicador 1: Revisão de políticas e leis sobre descentralização e fortalecimento da capacidade dos governos locais. Indicador 2: Sistema Nacional de Estatística reforçada para contribuir para o planeamento, implementação e monitoramento, com base em dados estatísticos. Indicador 3: Existência de mecanismos funcionais para a participação democrática da juventude e das mulheres nas instituições e para o desenvolvimento do país. (UM-Habitat, 2018, p.26).

A soma dessa relação, com objetivos e metas já estabelecidas, sem a discussão ou verificação das demandas específicas, como a problemática da terra entre os camponeses na região em urbanização, no Sul de Luanda, refletem toda uma relação não muito distante de um processo histórico que Angola já conhece. A urbanização colonial portuguesa, que tinha como prioridade a questão técnica para o aperfeiçoamento do escoamento do excedente da produção não levava em conta as especificidades ou as diferentes maneiras que as populações nativas pensavam e organizavam seus territórios.

Outra questão da ênfase ao domínio técnico do fazer as cidades, em Angola, se dá, também, como veremos adiante no plano de urbanização, é a própria concepção ou reprodução de discurso por parte das elites políticas, militares, engenheiros e grupos empresariais. Tal situação não constitui um caso isolado na realidade angolana. Segundo Martins e Espinoza (2018), no Brasil, por exemplo, é muito forte se perceber o impacto da colonialidade na perspectiva da questão socioambiental: o caso da gestão pública dos recursos hídricos. Na cidade de São Paulo, se percebe como, por meio de discursos técnicos, se exclui outras formas de saber e lidar com diversas problemáticas, como o debate para o processo de democratização das questões socioambientais.

Nesse sentido, a exclusão da sociedade civil no processo de gestão pública é, nada mais, nada menos que, a lógica da colonialidade escancarada na ausência do debate sobre a democratização do acesso e participação civil. Com o alargamento da participação civil na gestão pública abrem-se caminhos para a resolução e criação de políticas que dialogam com os anseios locais, o que, ao parece, não constitui o intuito do capitalismo e da sua lógica de desenvolvimento. O modelo capitalista, ou colonialista, como defenderia o primeiro presidente

de Angola¹⁸, não tem outra preocupação, se não, o alargamento do processo de desumanização e exclusão dos menos favorecidos.

Segundo Agostinho Neto, é preciso levar em consideração todos os fatores que envolvem o colonialismo: desde o político, social, cultural e, principalmente, o econômico. Levar em conta essas categorias amplia o leque de possibilidades de se pensar em medidas que levam em conta as objetividades do sistema e subjetividades dos indivíduos para, assim, se construir caminhos de superação.

Se para uns o colonialismo significou e significa trabalho forçado, para outros é discriminação racial; para outros ainda, é a segregação econômica e a impossibilidade de ascensão política. Mas o roubo das terras africanas pelos colonizadores, a escravização do trabalhador, o castigo corporal, ou a intensiva exploração dos bens que nos pertencem são formas do mesmo colonialismo; a capacidade de cada um se multiplicar com maior ou menor inteligência e clareza na dinâmica para solução do problema colonial depende da larga compreensão de todos esses fatores. (Agostinho Neto, 2010, p.324).

O colonialismo, dentre outras facetas, é, também, um processo de deslocamento geográfico, onde, toda uma série de representação política, social e cultural são pensadas a partir de um único ponto, a partir do ponto dos antigos colonizadores. Desta feita, o colonialismo exclui outras formas de pensar, ser e existir, que não sejam das antigas metrópoles, e os condena ao complexo processo de reprodução e manutenção de categorias alheias às suas experiências. A título de destaque são as discussões do âmbito pós-colonial de Bourdieu, como nos apresenta Julian Go (2018) em “Bourdieu, Argélia e a perspectiva pós-colonial”. Os estudos pós-coloniais escancaram o processo violento que se constitui o capitalismo sob a égide da chamada economia racional que provoca mudanças bruscas às estruturas sociais e às disposições econômicas dos camponeses (Martins; Espinoza, 2018).

O então chamado neocolonialismo é segmento de n formas do agenciamento da polaridade que existe entre uma, assim chamada, sociedade avançada ou desenvolvida e, outra, considerada sociedade atrasada que nada tem a contribuir, se não, replicar modelos de experiências sociais de outros contextos históricos e geográficos. No estudo de Go (2018) sobre Bourdieu, o colonialismo é apresentado como um sistema e, por isso, a necessidade de um estudo como tal. Nos países do continente africano, o colonialismo, na sua transição ao

¹⁸ Dr. António Agostinho Neto

neocolonialismo, se destacou no seu impacto indireto à política e direto aos segmentos culturais, sociais e, principalmente, econômico (Agostinho Neto, 2010).

No entanto, esse processo de submissão das estruturas sociais, políticas, econômicas e outras não devem ser analisadas apenas sob o prisma de aculturação, como negligenciam os estudos de modernidade. Outrossim, a sujeição dessas categorias precisa ser lida como imposição, ou seja, não são aculturados, mas, sim, condenados, como bem nos mostra Go (2018). O mesmo autor, chama atenção para que não se caia às ciladas dos estudos “modernos” de confundir o neocolonialismo com as categorias “favoritas” dos estudos modernos sobre a aculturação ou assimilação: para Bourdieu, estamos nos referendo a uma condição sem possibilidade de escolha, mas, ainda, assim, imbricado à sociedades com todo um sistema de organização social e subjetividades que não somem e, pelo fato do neocolonialismo estar entrelaçado às categorias acima mencionada a partir de diversas categorias, Agostinho Neto (2010) destaca a dependência cultural e, fundamentalmente, econômica como uma das principais marcas desse destaque.

2.2 O contexto da urbanização em Angola

Em linhas gerais, a atual era da idade da revolução tecnológica informacional, como nos lembra Vêras (2000), combinado com as transformações do capitalismo é refletida na atual fase da mundialização do capital pela reprodução das geografias divididas em centros e margens. (SASSEN, 2000). Como nos referimos, da mesma forma que os centros não gêmeos, as margens também se configuram de acordo com suas dinâmicas econômicas regionais específicas.

As margens, por exemplo, do centro de Luanda refletem desde os contextos coloniais diversas questões, desde as segregações raciais, econômicas e políticas, uma vez que em Luanda, no contexto colonial existia a estratificação de cidadania com base na raça e na assimilação cultural pelo estatuto do indigenato (NASCIMENTO, 2013).

A globalização do capital refletida nos centros dos demais países, mais do que um simples processo de mobilidade do capital e dos recursos tecnológicos como nalguns casos, a globalização assume-se também como elo de exportação cultural, ou seja, exportação dos desafios compartilhados pelas pessoas. Como defende Sassen (2000) o atual sistema de globalização financeira exporta não-empregos, falta de direitos dentre as mais variáveis problemáticas dentro do atual processo da economia corporativa.

Em 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um relatório sobre o panorama econômico de África. A partir desse relatório econômico, se concluiu que o processo de urbanização no continente africano, não é apenas irreversível, mas é, também, parte crucial para o que se garanta o crescimento econômico, assim como do desenvolvimento do continente no sector da indústria, agrícola e outros, potencializando assim o comércio e o investimento direto estrangeiro. Os dados apontam que, desde 2015, os fluxos de crescimento econômico em África bem como o seu processo de urbanização são os que mais crescem no mundo, atrás apenas da Ásia, que faz com que se estime que, até 2050, o continente africano tenha aproximadamente dois terços da população vivendo em zonas urbanas.

No caso angolano, particularmente, apesar de estarmos analisando o processo da urbanização recente, no período pós paz, vale lembrar que a urbanização não é recente no país. Como nos mostra Barbeitos (2014), a partir do auge da produção do café, nos anos de 1950, quando Angola havia se tornado o terceiro maior produtor mundial do café, registrou-se os primeiros grandes investimentos no processo de urbanização em Angola, principalmente em Luanda.

Todavia, de qualquer modo, penetraram na colónia desde a segunda metade do século XIX, coisas e ideias novas, como a iluminação a gaz em Luanda, o código de Morse, os correios, o Caminho de Ferro de Malanje e a noção do Estado laico, entre outras novidades. E, principalmente, com a República depois de 1910, com o Governador Norton de Matos, surgiu um impressionante programa de desenvolvimento, manifesto na construção de estradas e nos primeiros veículos a motor, por exemplo camiões, cujo intuito consistia em incrementar um mercado interno monetarizado, assente em produtos tropicais e alguma indústria, como a do açúcar e do óleo de palma. (Barbeitos, 2014, p.7).

Esse grande processo de urbanização em Angola- com o fomento à indústria extrativa, construção de estradas linhas férreas, etc., no período colonial, inserem o país aos desafios da modernidade. Ou seja, da urbanização sob organização espacial capitalista. Esse modelo de urbanização espacial no período colonial serviu, dentre os mais variados domínios, na grande perda de direitos em detrimento da mão de obra barata, isto é, para exploração e desumanização dos/as trabalhadores/as angolanos/as. O que se assemelha, justamente, ao que é apontado como outro lado da modernidade, sendo, uma urbanização com resquícios de preceitos estabelecidos pelo sentido da abstração das consequências (Barbeitos, 2014; Bauman, 1998).

Essa urbanização que se deu em larga escala no princípio do século passado em Angola, caracteriza-se pelo que em discussões dos fenômenos globais entende-se como o processo do desencantamento do mundo, pois, tal fato não se constitui como um desafio exclusivo às sociedades europeias. No caso angolano, por exemplo, é um processo contínuo, apesar do fim

da colonização portuguesa e, até mesmo, como veremos adiante, com os desafios do novo processo de urbanização no pós-paz.

Além dos dados das grandes organizações não governamentais (ONGs), como mencionamos acima, várias leituras de pensar o urbanizar sociologicamente têm sido desenvolvidas há décadas. Com isso, vale destacar que o estudo sobre o processo de urbanização de Angola, particularmente de Luanda, não se apresenta como um caso descontextualizado das principais correntes sociológicas sobre as grandes cidades por várias razões, uma das principais é, certamente, o fato de que Luanda insere-se nos atuais desafios sobre a questão da transformação e o impacto da globalização nas grandes ou cidades globais como denomina Sassen (1991). No caso angolano, a escolha por Luanda, por se assemelhar as descrições das cidades globais, deve-se pelo fato da cidade reunir vários dos elementos que aqui estão sendo discutidos como as contradições dos atuais planejamentos urbanos liberais, desde o alargamento das desigualdades sociais, da concentração de renda, do poder econômico aos desafios político. As grandes literaturas sobre esses impactos nas cidades globais apontam uma crescente transformação a todo um conjunto de *habitus*, destacando os modos de produção que dualizam e agonizam as diferenças estruturais entre as classes. (Ribeiro, 2015).

Após os primeiros onze anos de conflito armado e os primeiros acordos de paz entre os movimentos beligerantes em Angola, declara-se, em 1992, uma nova república, assumindo novos valores liberais, como a economia de mercado e as demais ratificações do consenso de Washington¹⁹. Esse acordo e as novas ratificações assumiram maiores expressões no período do pós-paz em Angola, em 2002, quando em 2006, o governo angolano ratifica as novas diretrizes de políticas de terras em Angola. (ANGOLA, 2007). Embora os novos polos urbanos construídos, a serem construídos no sul de Luanda, tenham o cunho de reposta às demandas habitacionais, as literaturas sobre essas cidades apontam que a leitura essencialmente tecnicista, e a maneira como, nalgumas vezes, certos grupos são desalojados, fragilizam as relações sociais, os grupos de trabalhadores e desorganizam as estruturais sociais que, no caso luandense, já vem enfrentando desestruturações seculares. Os novos polos urbanos no sul de Luanda, com toda sua pertinência e estética, não deixam de serem lidos como mudanças de dinâmicas sociais,

¹⁹ O consenso de Washington é um conjunto de medidas econômicas formuladas, em 1989, em Washington D.C., por instituições financeiras como a FMI e o Banco mundial. Neste consenso estavam contemplados as seguintes cláusulas: O conjunto de medidas incluía: 1) disciplina fiscal; 2) redução dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) determinação de juros pelo mercado; 5) câmbio dependente igualmente do mercado; 6) liberalização do comércio; 7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; 8) privatização das empresas estatais; 9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); 10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual. (Artur, D. V. C. 2021).

que acarretam consigo todo um conjunto de reconfigurações sociais e as desigualdades, dentre as quais, e a que nos interessa nesse trabalho, a segregação espacial.

As segregações espaciais em Angola vão desde as modalidades de acesso às residências, as mudanças das dinâmicas sociais de grupos outrora habitantes da região às violências físicas e simbólicas que são identificadas no quesito das novas reconfigurações que verticalizam uns em detrimento de outros. A título de exemplo está imbricado no processo da criação do primeiro grande bairro “organizado” para um determinado grupo social e racial: o Bairro Operário (BO), em Luanda. Bairro criado ainda na época colonial, onde, vários grupos de várias partes da cidade, principalmente os habitantes da cidade velha de Luanda, foram alojados pela tentativa de resposta de organização espacial do governo português atendendo a demanda da grande presença portuguesa do pós-segunda guerra, pois, como defende Nascimento (2013), Luanda se tornara o grande polo migratório europeu, português particularmente, no período em que Portugal oferecia menores condições trabalhistas e sociais.

Figura 3: Luanda do asfalto (cidade colonial) e um antigo Musseque



Fonte: Ilídio Daio, 2020.

Nessa organização espacial, desde os finais do século passado aos desdobramentos do modelo de urbanização da globalização, a projeção das cidades se dão por meio de conflitos e segregações. Em linhas gerais, segregações inibem direitos. Em linhas gerais, as cidades têm projetado nada mais do que legados de institucionalizações de misérias, as misérias “modernas”, onde, com suas devidas subjetividades: as cidades não apenas projetam desigualdades, mas, também, assumem o papel da vanguarda e defesa desses “novos valores”, o valor da proteção e aumento da pobreza. O aumento desenfreado das desigualdades nas cidades é lido como frutos do modelo de gestão, ou seja, é, antes de tudo, parte operacional dos chamados novos modelos de desenvolvimento.

A lógica dessa discussão está atrelada a todo uma lógica global que se intensificam nos países do terceiro mundo, com todo uma série de desafios estruturais que enfrentam. O processo de pensar o espaço urbano na realidade angolana atravessa diversos desdobramentos, com destaques do período colonial aos dias de hoje, onde, se tinha: por um lado, pequenos centros urbanos, baseados no modelo da cidade europeia, e, por outro lado, o grande aglomerado de musseques, espaços ou bairros de africanos, em torno desses centros. Situação lida com o curioso fato de que mesmo que esses espaços- os pequenos centros urbanos de Luanda e seus musseques- estivessem fisicamente próximos, estavam distantes de maneira infraestrutural, política e economicamente.

2.4 O advento da paz e a questão demográfica em Angola

Após o advento da paz, Luanda continuou sendo o principal centro de maior crescimento demográfico, como veremos a seguir. Além do crescimento demográfico, a cidade registra realidades infraestruturais bastante díspares quando comparadas com os outros pontos do país. Analisar a questão do crescimento demográfico de Luanda se assume, também, como uma discussão crítica do modelo que as atuais cidades globais assumem, como centralizadoras de oportunidades e, até certa medida, reprodutoras de desigualdades. Em outras palavras, a particularidade dos desafios demográficos em torno da cidade de Luanda suscita discussões em torno dos desafios que configuram o atual modelo de projeção das cidades e concentração de investimentos, como os dados que se apresentam em Luanda. A região de Luanda, por exemplo, como destacamos, além de concentrar maior investimentos, é também a província com o maior índice de pessoas alfabetizadas, de habitantes em zonas urbanas e com maior acesso aos recursos das urbanizações (INE, 2016). Nesses termos, o professor Rocha (2011) considera missão imperativa se pensar a questão das desigualdades em Angola como um *case study* tal

como se tem ao longo dos anos, dando importâncias aos estudos sobre as questões voltadas à estabilização macroeconômica. A questão agrária, segundo Ramiro (2008), dentre outras questões, é estrutural e assume-se como a bandeira na alavanca da problemática de distribuição da renda e do acesso à terra de maneira democratizada/equilibrada.

A questão do acesso à terra e concentração da terra em pequenos núcleos suscitam alguns dos principais debates em torno dos desafios do atual modelo de relação e produção capitalista, sistema que (tem) engloba(do) os diferentes espaços sejam urbanismo comunitários ou rurais. Ramiro (2008) realça que é importante que se pense o campo e cidade distantes das categorias estruturais que as diferenciam quanto as relações sociais e ter o campo, por exemplo, como um mero espectador ou periferia do capitalismo, o que não constitui realidade. Para Ramiro (2008) pensar o campo é pensar num agente integrante do sistema que assiste, de igual modo, as vicissitudes dos desdobramentos do capitalismo. Como fizemos menção, Rocha (2011) ao estudar a questão das desigualdades sociais e assimetrias regionais em Angola faz questão de realçar que esse *case study* deve se assumir como bandeira prioritária do governo angolano assim como se elaboram políticas no quesito macroeconômico. Para Rocha (2011), Angola enfrenta como um dos seus principais desafios, antes e pós-paz, o grande fluxo migratório para os grandes centros urbanos do país, com destaque à capital Luandense.

Quando se fala do grande fluxo migratório interno em Angola, entende-se como o esvaziamento regional das demais localidades em Angola, especificamente das zonas que têm o cultivo como suas principais fontes de subsistência²⁰. Nessas palavras, a larga presença de camponeses, e não só, nos espaços dos centros urbanos, assumem, desafios de várias naturezas: uma vez que a instalação de um povo numa determinada região é permeada por uma série de adaptações, dentre as quais, a adaptação do estilo de vida. Segundo Rocha (2011) os estudos sobre os desequilíbrios regionais remontam às teorias dos anos 50 do século passado, onde, esses estudos, das “*theories of regional self-balance*”, das várias teses, em prol da defesa do funcionamento do mercado sem interferência do Estado, em nada se debatiam sobre a grande questão em volta das grandes cidades o fato de gerarem, por si mesmas, assimetrias e desigualdades, tanto regionais, como sociais.

²⁰ Os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam a existência de um elevado êxodo rural em Angola, apenas entre os anos de 2009 a 2014 estima-se que mais de meio milhão de angolanos e angolanas migraram para os grandes centros urbanos do país, tendo a província de Luanda como o principal destino. (VOA, 2017).

2.6 Urbanização e centralização de oportunidades

Pensar a urbanização recente em Angola remete-nos, dentre os vários outros fatores, ao projeto de urbanização lançado e implementado em 2007 pelo governo do antigo presidente de Angola e do Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA), José Eduardo dos Santos. O projeto tinha como nome: Angola 2025. Um projeto que combina desafios preconizados no passado com perspectivas futurísticas, como sugere o nome: é um projeto de aspiração urbana do país com a meta do ano de 2025 ou acima disso (MEP, 2007).

Apesar do projeto de ter sido encabeçado pelo governo angolano, aspirando os desafios para resolução da demanda habitacional em Angola, não se livrou das contradições estruturais. A começar pelo fato de que para a concepção do projeto se levou mais em conta a adoção dos modelos importados, sem o respaldo das experiências históricas e culturais que se configuram o país. Desse modo, o projeto se insere aos desafios preconizados pelo programa das Nações Unidas para o fomento às habitações e, assim, concomitantemente, no desafio pela urbanização no mundo. Em outras palavras, o projeto de urbanização Angola 2025 acompanha tramites de segurança e melhoria dos marcadores sociais internacionais, mas, quando analisado os desafios ou maneiras de implementação repara-se um projeto vertical pautado num plano meramente técnico, com modelos fechados de experiências alheias. Assim, nos parece que aos casos particulares *in loco* suscitam todo um leque de contradições entre o desenvolvimento e as transformações das disposições que se refletem nas gritantes desigualdades sociais e nas práticas sociais, como já havia estudado Bourdieu (1979) na década de 1960 na Argélia, quando o modo de pensar capitalista é imposto à população reassentada pela França colonizadora em momento de luta pela libertação da colônia argelina.

No quadro 2 a seguir, apresenta-se os desafios preconizados em 2007 pelo executivo angolano, com o projeto Angola 2025.

Quadro 2: Mega Sistema População

	Angola (2000)	Angola (2025)
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH - PNUD)	0.403	0.70 a 0.75
Esperança de Vida à Nascimento (Anos)	45.2	56 a 60
Índice de Pobreza (IDH - PNUD)	48.6	10 a 15
Taxa de Alfabetização de Adultos (População com mais de 15 anos)	42.0	75 a 85
Taxa de Fecundidade Total	7.2	5.8 a 6.3
Taxa Bruta de Mortalidade	24	11.5 a 12.0

Taxa de Crescimento Médio Anual da População (Hipótese Média das Projeções)	3.2	2.7 a 2.8
Índice de Juventude (%) (População com menos de 15 anos)	41.3	46.3

Fonte: Ministério do Planeamento, 2007. Adaptação própria.

Pelo último censo realizado em 2014, mais perto de 2025, observamos que alguns dos desafios preconizados foram ou estão bem próximos de serem alcançados. Se, por um lado, podemos afirmar que os anos pós-2007 de agenda do governo angolano estão inseridas nos desafios preconizados pelo projeto de urbanização, por outro lado, não podemos deixar de situar que o atual projeto de urbanização não escapou da política de centralização de oportunidades nas principais cidades em relação às outras, como veremos adiante.

Quadro 3: Mega Sistema População em 2014.

Marcadores	Angola (2014)	Angola Estimativa para 2025
Esperança de Vida à Nascimento (Anos)	60.2%	56 a 60
Taxa de Alfabetização de Adultos (População com mais de 15 anos)	65.6%	75 a 85
Taxa de Fecundidade Total	5.7	5.8 a 6.3
Índice de Juventude (%) (População com menos de 15 anos)	47.3%	46.3

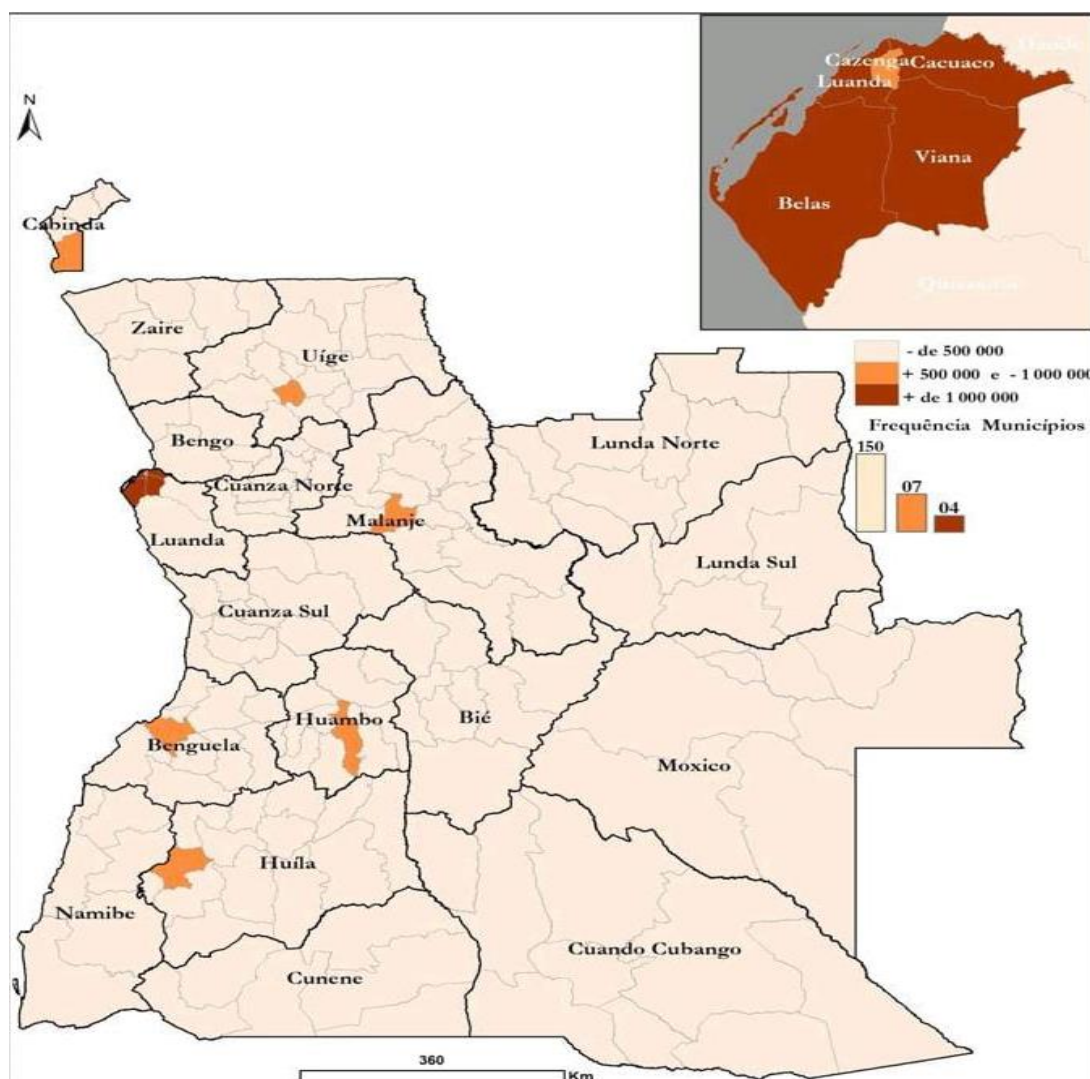
Fonte²¹: INE, 2014. Elaboração própria.

Apesar dos dados apresentados entre os dois quadros, o preconizado em 2007 e o de sete anos depois, apresentarem ligeiras semelhanças, vale destacar que o foco em questão da problemática aqui trazida sobre os modelos espaciais não se resumem na análise meramente técnica. Quando analisados esses dados de maneiras particulares identificamos o que estamos situando como contradições que criam e recriam desigualdades sociais. Pelo elevado índice de concentração de oportunidades em Luanda, como observamos nos dados do INE (2016), o modelo centralizador da urbanização em Angola se reflete não apenas na grande concentração de angolanos na capital, como, também, como nos mostra Rocha (2011), uma grande parte da população estrangeiros no país, uma vez que -do número de estrangeiros presentes em Angola-

²¹ Os dados da meta 2025 são os mesmos os mesmo do MEP. 2007.

mais de 40% está em Luanda. Entre os estrangeiros, destacamos os portugueses, com a população entre os mais de 126 mil residentes em Angola, os chineses, entre os 260 mil residentes, e a comunidade brasileira, esta última que tem, em Angola, a sua maior comunidade no continente africano (Jornal de Angola, 2016; 2019b; Embaixada do Brasil, s.d.).

Figura 4: Municípios mais habitados em Angola.



Fonte: INE, 2016.

Pela figura 4, é possível notar que apenas Luanda conta com municípios com a população acima de um milhão de habitantes. Esse contexto centralizador da realidade luandense assemelha-se às discussões que Santos (1988) desenvolve ao analisar o fenômeno da metamorfose do espaço habitado e apresenta a tese de que, dentre as mais variáveis determinantes, é o fenômeno da urbanização que se configura no atual agente da concentração

populacional. O caso de Luanda, ou seja, a concentração de investimentos/oportunidades no que estamos chamando urbanização assume-se, como mencionado, não apenas como fator da reprodução das desigualdades e como fator do crescimento demográfico, mas também com a falta de distribuição equilibrada de renda e maior concentração de pobreza.

Como discutido, a concentração de investimentos em Luanda está atrelada à várias questões, desde as históricas às demográficas. Nas questões históricas, nos debateremos mais adiantes, envolvem a natureza do destaque centralizador que Luanda teve no regime colonial português o que, em certa medida, entrelaça os desafios demográficos até nos desdobramentos do período pós-paz em Angola, que combina com o período dos primeiros grandes investimentos do processo do que pode ser entendido como o período da recente urbanização em Angola.

2.7 A recente urbanização de Angola: o caso do sul de Luanda

Após as quase três décadas de conflito armado no país, com o alcance da paz, em 2002, Angola abre-se para os mais variados setores, desde as primeiras realizações das eleições sem interrupções em 2008, tendo o Movimento Popular para Libertação de Angola (MPLA) como o partido mais votado nas eleições legislativas e o seu candidato José Eduardo dos Santos como o presidente eleito, aos desafios da recuperação das infraestruturas destruídas pela guerra, assim como o amplo projeto de urbanização no âmbito da resposta das demandas demográficas que as cidades de Angola, em particular a cidade de Luanda enfrenta com o grande fluxo migratório resultante dos longos e diversos processos que o país atravessou (MEP, 20007; Antonio, 2013).

Na tentativa de modernizar o país, a recente urbanização de Angola combina os desafios do executivo angolano sob tutela do Ministério do Planeamento, atual Ministério da Economia e Planeamento (MEP) com o documento das Nações Unidas (UN-Habitat) - em parceria com o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação (MINOTH) – no “Programa-País Habitat-MINOTH para o desenvolvimento urbano sustentável de Angola (2018-2022)” (MEP, 2007; UN-Habitat, 2018).

No documento, segundo o UN-Habitat (2018), aponta-se que o processo de urbanização e a busca por melhores condições de habitação de Angola se constitui como um dos principais desafios que o país enfrenta neste século. Por essa razão, com o fim do conflito armado, em 2002, “alguns marcos relevantes desse processo são a promulgação da Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo (LOTU) e da Lei de Terras, em 2004, da Lei de Bases do Fomento Habitacional, em 2007 ” (UN-Habitat, 2018, p. 7).

A busca por melhores condições e bem-estar, que seria uma das características da modernidade, não isentou as contradições do processo do desalojamento e desafios dos camponeses dos musseques agrícolas que estão em zonas destinadas à urbanização, administração ou planejamento, que, em muitos casos, propiciam perdas de direitos das condições de subsistência dos camponeses da região (Bettecourt, 2011).

Quanto à problemática da modernidade e das estruturas burocráticas Bauman (1998, p.37) adianta:

Sugiro, ademais, que a cultura burocrática que nos capacita a ver a sociedade como objeto de administração, como uma coleção de tantos "problemas" a resolver, como "natureza" a ser "controlada", "dominada" e "melhorada" ou "refeita", como um alvo legítimo para o "planejamento social" e no geral como um jardim a ser projetado e mantido à força na forma planejada (a atitude do jardineiro divide as plantas entre aquelas "cultivadas", de que se deve cuidar, e as ervas daninhas a serem exterminadas) foi a própria atmosfera em que a idéia do Holocausto pôde ser concebida, desenvolvida lentamente mas de forma consistente e levada à conclusão.

Segundo o MEP (2007), as principais perspectivas para as políticas das populações, na época, ajustavam-se a dois modelos: o de inspiração norte americana e o radicado na realidade dos países em desenvolvimento. No modelo de inspiração norte americana, o MEP (2007) aponta a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao cuidado e proteção das instituições e da família. Quanto ao espelhamento de políticas dos países em desenvolvimento, se observou a necessidade da aplicação de políticas que pautam no fomento ao desenvolvimento que atendam às necessidades específicas de suas localidades.

O quadro baixo demonstra os dados atuais das províncias²² e o plano da projeção do país até 2025. Podendo se observar “o destaque” que se dá na projeção da cidade de Luanda, uma região que, como vimos anteriormente, assume um perfil centralizador de oportunidades e desigualdades.

Quadro 4: dados das províncias e intensão de projeção pelo Angola 2025

Província	População Urbana	Plano de Urbanização
Luanda	41,9%	Metrópole de negócios internacionais -urbanização de assentamentos informais - renovação da cidade;
Benguela	6,70%	Segunda metrópole nacional - plataforma de internacionalização - turismo;
Huíla	3,72%	Plataforma logística -polo de TIC- educação superior e centro terciário;

²² Província é denominação administrativa, em Angola, que no Brasil equivale ao nome de estado.

Huambo	3,69%	Pólo de desenvolvimento da região centro sul com base no eixo Huambo-Caála-sistema de transporte urbano -Saneamento integrado
---------------	-------	---

Fonte: Dados da UN-habitat, 2017. Adaptação própria.

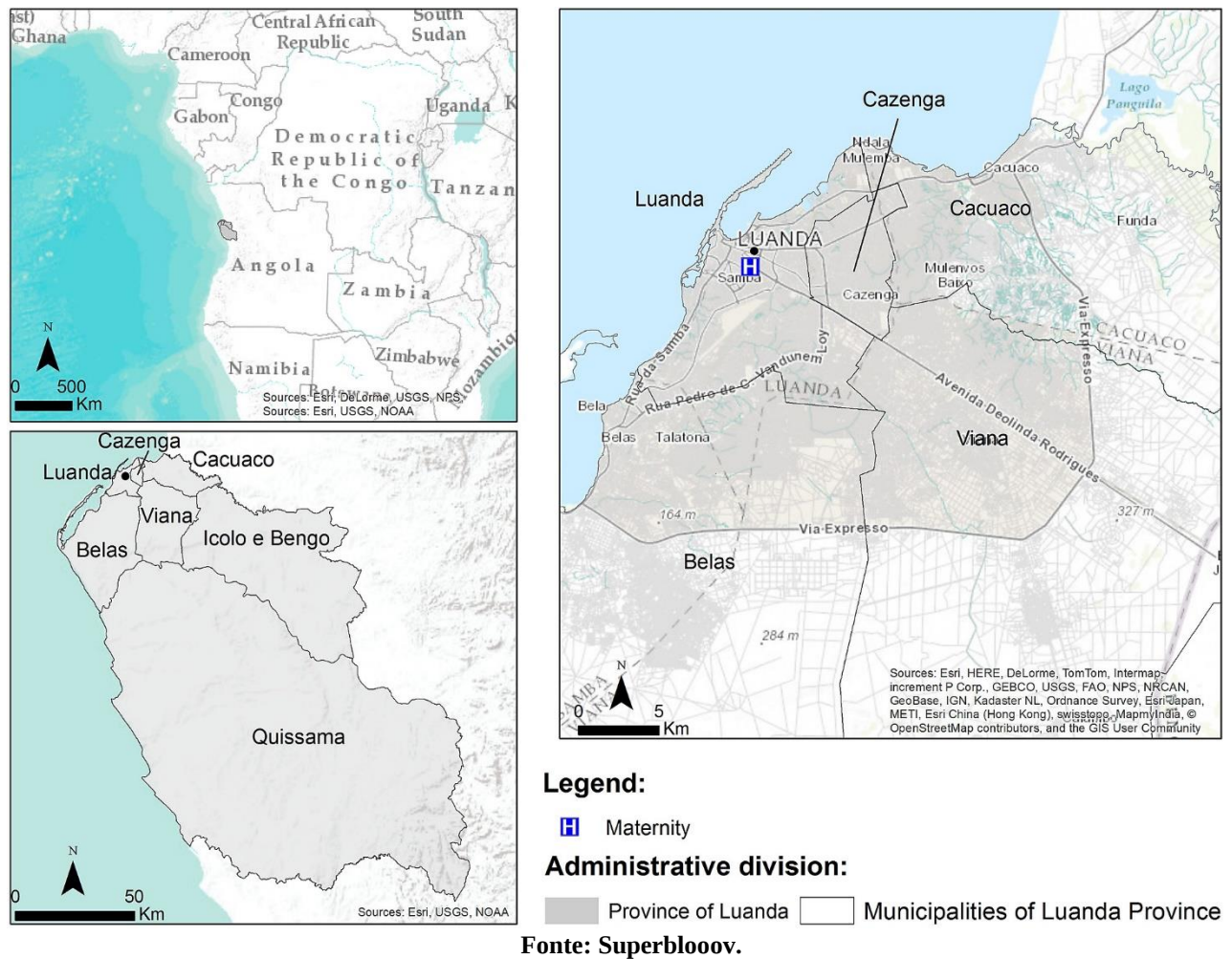
A cidade de Luanda concentra o maior número da população urbana do no país, essa esmagadora percentagem reflete não apenas a desigualdade de oportunidades entre as províncias, mas as contradições em si que Luanda per si acarreta. Segundo Afonso (2022), o dado da concentração da maior população urbana em Angola pode ser analisado a partir de diferentes fatores como, por exemplo, o caso da concentração de investimentos das mais variadas naturezas: políticas, infraestruturais, culturais, etc.

No entanto, o grande fluxo urbano luandense que, também é configurado pela forma de conurbação, reflete-se fortemente no processo contínuo da expansão urbana com suas especificidades. De acordo o Castro (2015), o processo de conturbação acontece quando se observa o rápido crescimento de uma cidade e que, com isso, absorve outras regiões para ela, quer pertençam ou não à ela. Como se pode observar no contexto angolano, a partir da realidade de Luanda.

Entre 2008 e 2014, a mancha urbana de Luanda cresceu mais do que havia crescido nos vinte e oito (28) anos anteriores. A expansão da mancha urbana não evitou a formação de vazios urbanos entre as novas urbanizações e os tecidos urbanos anteriores, o que provocou urbanização alargada e fragmentada de baixa densidade, com exceção de algumas áreas (Sequele, Kilamba, Zango). Os assentamentos informais, que chamamos zonas de cultivo, se confronta com as atuais zonas de processo de construção de novas urbanizações no âmbito nacional. (Figueira, 2020, p.59).

Figura 5: Localização de Luanda em Angola e a sua divisão administrativa²³

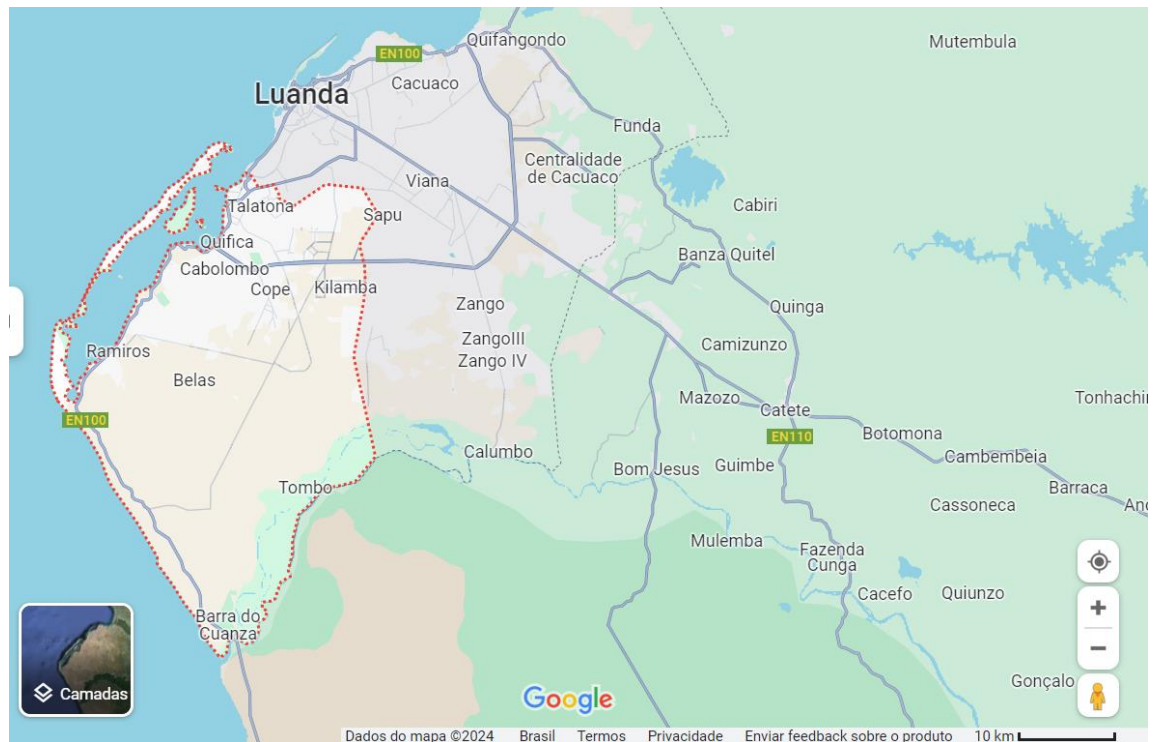
²³ Nessa figura podemos observar a província de Luanda e divisão administrativa de seus municípios. O município de Luanda é a capital da província de Luanda, à Sul, no município de Belas, são as zonas que registram maior expansão urbana, onde está construída, além de outras cidades, a cidade do Kilamba. Imagem disponível em: [https://superbloov.life/product_details/13477370.html].



Em Luanda, a mancha urbana dá-se em vários momentos: na época colonial, onde Luanda se configurava como o centro de políticas administrativas, logo, o centro de “maiores oportunidades”; no período do conflito armado, o grande fluxo migratório da população de vários pontos do país e, mais recente, a continua expansão da mancha urbana diversificada.

Logo, como nos mostra Castro (2015, p.89) “ao estudar a evolução dos musseques, torna-se importante compreender que as populações que migraram para Luanda ocuparam não só as periferias, mas também zonas destinadas a urbanização, que ainda não eram servidas de infraestruturas”. Como o caso das regiões em que têm recebido os novos projetos urbanos, com destaque à zona Sul de Luanda, no município do Belas. Nessas regiões, as disputas se dão entre a população, desde os que habitantes, “ocupantes” ou migrantes e outros, que têm, na sua maioria, o trabalho agrícola como sua principal atividade.

Figura 6: Município do Belas destacado em vermelho, à Sul do município de Luanda



Fonte: Google, 2024.

O desafio preconizado pelo processo da busca recente pela urbanização em Angola assemelha-se, em parte, de iniciativa de organização externa e, com isso, modelos fechados para o processo da construção dos novos espaços urbanos desalojando pela imposição moradores dos antigos bairros periféricos, assim como os moradores/camponeses dos mais recentes musseques agrícolas.

2.8 Urbanização e contradições nas regiões Sul de Luanda

Pensar a discussão sobre o fenômeno da urbanização e suas contradições no Sul de Luanda é dialogar com toda a discussão histórica aqui apresentada de como se têm desenvolvido a questão da urbanização nas atuais sociedades entranhadas pelo processo da globalização do capital. O sul de Luanda se apresenta, quase como “ápice” das futuras grandes instalações dos grandes polos e centros urbanos nacionais, como veremos adiante e é também parte das regiões que se configuram como a grande área de “reserva” fundiária e produção rural na província e no país. De acordo os dados do Gabinete do Ministério de Agricultura e Pesca, as atividades de agropecuária em Luanda são desenvolvidas em quatro municípios: parte do norte de Luanda, no município de Cacucaco e grande parte nas regiões sul e sudoeste da província, entre os municípios do Belas, Icolo e Bengo, Viana, e Quiçama. E as atividades vão desde a produção

diversificada de frutas, legumes, tubérculos, avicultura e bovinocultura, como a criação de suínos e outros. (Eugénio, 2022).

Tabela 2: Atividade agropecuária por produto e produção anual em Luanda nos municípios de Belas, Icolo e Bengo, Viana e Cacuaco nos anos de 2021-2022

PRODUTO	PRODUÇÃO ANUAL 2021/2022
Ovo	1.201.132.000.000 toneladas
Leite	3.816.000 litros
Queijo	204.000 quilos
Iogurte	1.406.000 litros

Fonte: Dados do Ministério da Agricultura e Pesca apud Jornal de Angola, 2022. Adaptação própria.

A esses dados, quando comparamos à produção nacional do período anterior, repara-se que a região de agropecuária de Luanda produziu mais ovos e leites no país quando comparados com os dados nacional entre os anos de 2020 a 2021.

Tabela 3: Produção nacional de ovo e leite do biênio 2020-2021, em Angola.

PRODUTO	PRODUÇÃO ANUAL 2021/2022
Ovo	2,695,827/L
Leite	326,388,101/t

Fonte: Angola, 2021. Elaboração própria.

A produção de ovos na região de produção agropecuária em Luanda estava com 3 mil vezes acima da produção nacional e com 2% acima da produção de leite à nível nacional. Outrossim, ainda com a escassez de apoio técnico e máquinas de equipamento agrícola aos camponeses observa-se que são os maiores produtores dos diversos produtos agrícolas à nível nacional em comparação aos grandes grupos empresariais, que dispõem de melhores condições técnicas e tecnológicas para o cultivo. Nos dados avançados pelo Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística pode se observar que pela Produção Agrícola do tipo Familiar (PAF), ou seja, o grupo de camponeses que trabalham por conta própria, no ano de 2021, produziram, dos diversos produtos agrícolas, o dobro do que a Produção Agrícola do tipo Empresarial (PAE).

Tabela 4: Colheita da produção de produtos agrícolas no primeiro semestre de 2021, em Angola.

PRODUTO	TIPO DE PRODUÇÃO	ÁREA DE HECTARES EM %	COLHEITA EM %	PRODUÇÃO EM %
Cerais	PAF	41	42	6.4
	PAE	3.5	3.29	1.7
Raízes e Tubérculos	PAF	29	23.72	53.5
	PAE	1.3	1.09	3.5
Leguminosas e Oleaginosas	PAF	15.1	19.03	2
	PAE	1.3	1.19	0.2
Hortícolas	PAF	1.3	1.71	3.9
	PAE	0.6	0.52	1
Fruteiras	PAF	5.8	6.26	22.7
	PAE	1.2	0.84	5

Fonte: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística, (GEPE, 2021). Adaptação própria.

De acordo o quadro acima, o total de área cultivada representa um total de 2.778.320 hectares, desta, o PAF representa, ao todo, mais de 90% das fileiras (produtos agrícolas) semeados no país, enquanto o PAE representa pouco menos de 7% (GEPE, 2021). Apesar desses registros apontarem a grande diferença entre as duas modalidades de produção agrícola, a do PAF e a PAE; o PAF trabalha a terra com pouca ou quase nenhuma assistência institucional que permitam a aquisição de meios técnicos não só para salvaguardar o direito de trabalho como, também, para o alavancar da economia angolana, há muito presa no sector petrolífero.

Como podemos observar, a grande maioria dos camponeses ou produtores do tipo PAF, mesmo tendo maior produção agrícola à nível nacional, estão inseridas em regiões que enfrentam maiores desafios estruturais para a permanência nos seus locais de trabalho/residência. O entrave deve-se, em muitos casos, pelas razões de estarem inseridas em regiões que se registram as novas maiores incursões do processo de urbanização, nos chamados musseques agrícolas. A categoria musseque agrícola serve de base e distinção entre os outros diferentes modelos de musseque na realidade luandense, como veremos adiante.

Cap 3 Musseques em Luanda: disputas e segregação espacial no sul de Luanda

Durante as duas últimas décadas, o Sul de Luanda se configura como a região que tem registrado maiores transformações no seu tecido social, cultural, político e econômico. Com a presença dos novos maiores polos urbanos, as transformações se registram, também, na configuração espacial/geográfica. Pelo fato dessas transformações estarem impregnadas às dinâmicas dos espaços sociais que estamos nos referindo como musseques agrícolas, cabe-nos aqui, antes do olhar à dinâmicas dessa região, apresentar de maneira breve as principais discussões sobre os musseques na realidade luandense.

Sobre os musseques, na realidade luandense, vários estudos vêm sendo realizado. Desde os estudos em ciências sociais, história, geografia, arquitetura, entre outros. As discussões sobre os musseques não ficam restritas ao meio acadêmico, se desdobram desde a percepção da sociedade civil e das grandes mídias do país, estas movidas pelo olhar pautado pelos interesses do Estado. Os musseques, de todo modo, não se configuram como um só, são (os musseques) espaços com características distintas entre si. Por isso, ao se referir dos sobre os musseques, cabe-nos especificar, sempre, a/o região/musseque. Por não se constituir foco da pesquisa, não nos delongaremos sobre discussão das diferenças entre um musseque do outro. As diferenças entre os musseques não invalidam, vale destacar, as margens de estruturas e desafios “semelhantes” a que os musseques estão inseridos, particularmente nos desafios para com a relação estatal.

Do mesmo modo, a análise dos musseques deve ter em conta que cada um deles apresenta características próprias e que o conjunto dos musseques não constitui uma unidade homogênea. Não existe apenas um musseque em Luanda, “...são vários musseques em Luanda, cada um com uma especificidade que é preciso avaliar e ter em conta” (Rodrigues, 2007, p.167).

Levando em conta a diversidade política, social e cultural de se pensar os musseques, é pertinente que a discussão em torno dos musseques se dê a partir de visões que nos afastem de concepções dadas como fechadas, para que não se elabore pesquisas pautadas no processo da reprodução substancialistas “oficiais”, invisibilizando, assim, as premissas de se pensar os desafios estruturais e físicos desses espaços. Como defende Bourdieu (1998), falar sobre os lugares constituem questões bastantes desafiadoras. É preciso, no entanto, que, para se evitar a projeção superficial da visão das mídias e outros, se estude e se dialogue como os lugares realmente são e não como são apresentados/projetados. É comum os estudos, as mídias e outros dados sobre os musseques apresentarem visões desses espaços que se resume a lugares que

estão por se “organizar” ou, como em muitos casos, deslocar seus moradores em detrimento de um “interesse maior”, como na maioria dos casos em que se procede nas demolições de residências de algumas musseques periféricos para novas zonas de residências sociais. Na maior parte dos casos distantes dos antigos espaços sociabilidade dos moradores (Braz; Raposo, 2021).

Como discutir em torno do processo de urbanização em Angola remete-nos à discussão em torno dos espaços sociais e, com isso, todo uma discussão em volta das questões de segregações em alguns espaços em detrimento de outros, entendemos que este capítulo leva-nos à compreensão, em parte, sobre a segregação espacial dos musseques agrícolas. Por outra, vale destacar que para discussão em torno da questão da segregação espacial nos musseques agrícolas e seus desdobramentos, buscamos situar de maneira histórica, política, social e geográfica para melhor compreensão das realidades dos musseques na realidade luandense.

3.1 Musseques agrícolas

É comum se deparar com estudos sobre os musseques sem a conotação “agrícola”, como estamos a nos referir. O uso da categoria musseques agrícolas, aqui, se dá partir da relação distintiva entre os “novos” musseques- que, além das características rurais acentuadas, têm a agricultura como principal atividade de subsistência - e os “antigos musseques”, que, além de estarem nas margens do antigo centro urbano de Luanda, os espaços não se configuram como zonas de cultivos. A categoria de musseque agrícola, embora sendo trazida nessa perspectiva, remete-nos, também, ao período colonial, quando os primeiros musseques às margens da urbanização colonial se davam pela presença de populações que, na sua maioria, eram camponeses/as. No entanto, não estamos a utilizar uma categoria inexistente, ou nova, para a realidade dos luandenses.

Na planta da cidade de ‘Loanda’ de 1862 (redesenhada em 1954, in AMARAL, 1968), data em que o tráfico de escravos já tinha sido abolido, aparece o termo musseque a designar as povoações agrícolas dispersas nos arredores da cidade colonial e chefiadas por famílias autóctones influentes, como o musseque de Vandunen ou, mais distante, o musseque de Massi. Aqui se produzia mandioca com a qual se fabricava a farinha musseque (como referido por residentes ‘mais velhos’, entrevistados pelo autor, no município de Cazenga). (Braz; Raposo, 2021, p.47).

Desta feita, a noção que se tem de musseque, na sua origem, é associada à distinção cultural e, fundamentalmente, laboral em relação ao centro urbano. Ou seja, para contexto colonial, os musseques se caracterizavam como espaços sociais de trocas simbólicas entre

sujeitos que partilhavam o mesmo processo de exclusão- cultural, racial e econômica- que a cidade europeizada exercia. A semelhança do contexto colonial, a população na sua maioria agrícola, nas regiões em urbanização, como o caso do sul de Luanda, se vem enfrentando desafios estruturais nos mais variados domínios: perda da posse de terras; perda das estruturas administrativas entre os sujeitos, nalguns casos, o desalojamento coercivo e etc. (Santos, 2015). Vale destacar que situar os desafios dos espaços em que estão sendo projetadas as novas cidades como “musseques agrícolas” é apresentar um marcador distintivo entre os outros modelos de musseques existente na realidade luandense. Por essa razão, antes da nossa discussão sobre as transformações e segregação espacial decorrentes nos musseques agrícolas do sul de Luanda, pensamos ser pertinente a discussão e contextualização, de maneira breve, conceitual e histórica sobre os musseques realidade luandense.

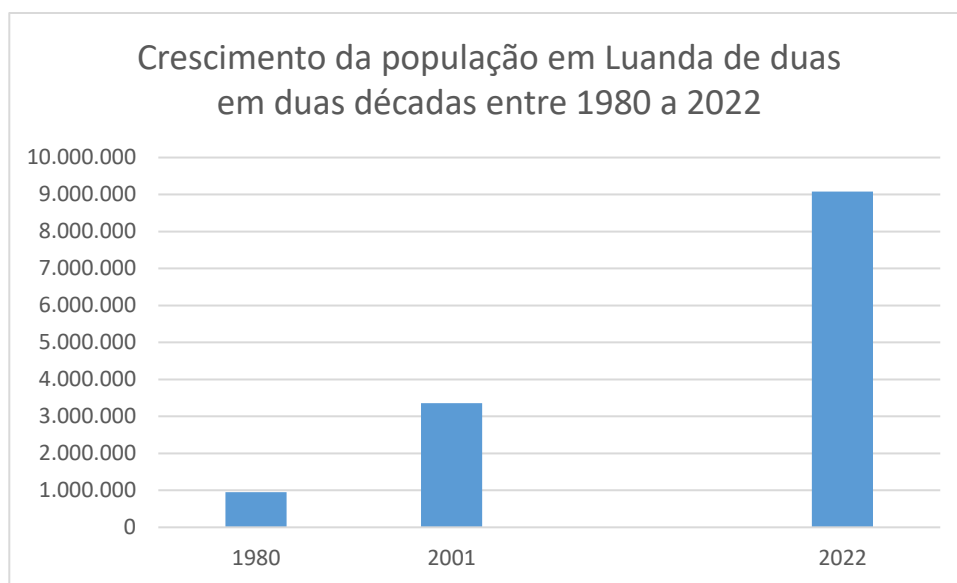
3.2 Musseques em Luanda

A compreensão das nuances dos musseques em Luanda perpassa por diversos processos políticos que Angola atravessou, desde a concentração infraestrutural urbana em Luanda, as lutas pela independência de Angola, a guerra civil e os novos desafios sociopolíticos, Luanda foi o centro, durante décadas, das principais e maiores migrações internas no país (Nascimento, 2013). O processo de recepção dos migrantes à Luanda careceu, por diferentes razões, como no contexto da guerra por exemplo, de políticas de alojamento e ordenamento das populações que vinham de vários pontos do país. Vários estudos, como apresenta Rodrigues (2007), apontam que, por essa razão vários pontos de Luanda viram surgir novos desafios demográficos nos musseques antigos e o surgimento de bairros que até os finais dos anos 1990 não tinham nenhum investimento público, como o caso do Sul de Luanda.

Não queremos, com essa premissa, dar sequência à discussão fechada que explica a expansão demográfica de Angola essencialmente pela guerra, pois, acreditamos que tal fenômeno se dá pela combinação de diversos fatores, dentre os quais: a concentração de oportunidades no atual modelo de gestão urbana. Na realidade angolana, Luanda assume uma característica distinta, estudos apontam que o crescimento demográfico de Luanda é duas vezes superior em relação ao resto do país. Destaca-se que maior parte do crescimento da cidade de Luanda se deu nos anos pós-guerra, contrariando a teoria de ter sido a guerra o principal fator de migração interna. Pelo gráfico abaixo, podemos observar a diferença entre o crescimento demográfico da província de Luanda de duas em duas décadas. Chama-nos atenção o fato de que entre as duas primeiras décadas, dos anos 1980 a 2001, a população de Luanda sai de

948.000 habitantes (20% da população total do país) para, em 2001, 3.361.446 habitantes (23% da população total do país) . E nas duas últimas décadas, de 2001 a 2022, sai dos 23% para, em 2022, mais de 9.079.811 habitantes (mais de 30% da população total do país).²⁴.

Figura 7: Crescimento da população em Luanda de duas em duas décadas.



Fonte: Rodrigues, 2007; INE, 2022. Adaptação própria.

No entanto, existem outras possibilidades de se pensar o crescimento demográfico de Luanda. Ainda, assim, as migrações envolvem, em ciências sociais, discussões dos mais variados ângulos e com várias possibilidades de leituras que nos fazem não cair nas discussões tradicionais entre o fenómeno atração-repulsão para explicar a migração. Outrossim, a discussão sobre a categoria de migração para explicar o contexto de expansão urbana nas regiões dos musseques agrícolas de Luanda se dão pelo fato de grande parte dos moradores desses musseques serem migrantes ou filhos/as de migrantes há décadas, muito antes do atual plano de urbanização (Rodrigues, 2007).

No contexto colonial, isso até os anos 70, segundo Amaral (1968 apud Rodrigues, 2007), Luanda era dividida entre um único centro (a cidade alta e a cidade baixa) e os musseques, que correspondiam à maior população em densidade demográfica. Apesar dessa divisão ainda na época colonial de Luanda, vale destacar que, tal como na região central, havia e, ainda há,

²⁴ Ver jornal de Angola, 2022. Disponível em: [<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/populacao-angolana-estimada-em-33-097-671-habitantes/>].

distinções que nos impedem de se conceber os musseques como espaços homogêneos, de fácil e mesma interpretação. Os musseques são, portanto, reproduções diferenciadas de transformações resultantes de expansões urbana. Numa categoria conceitual se utiliza a palavra musseques:

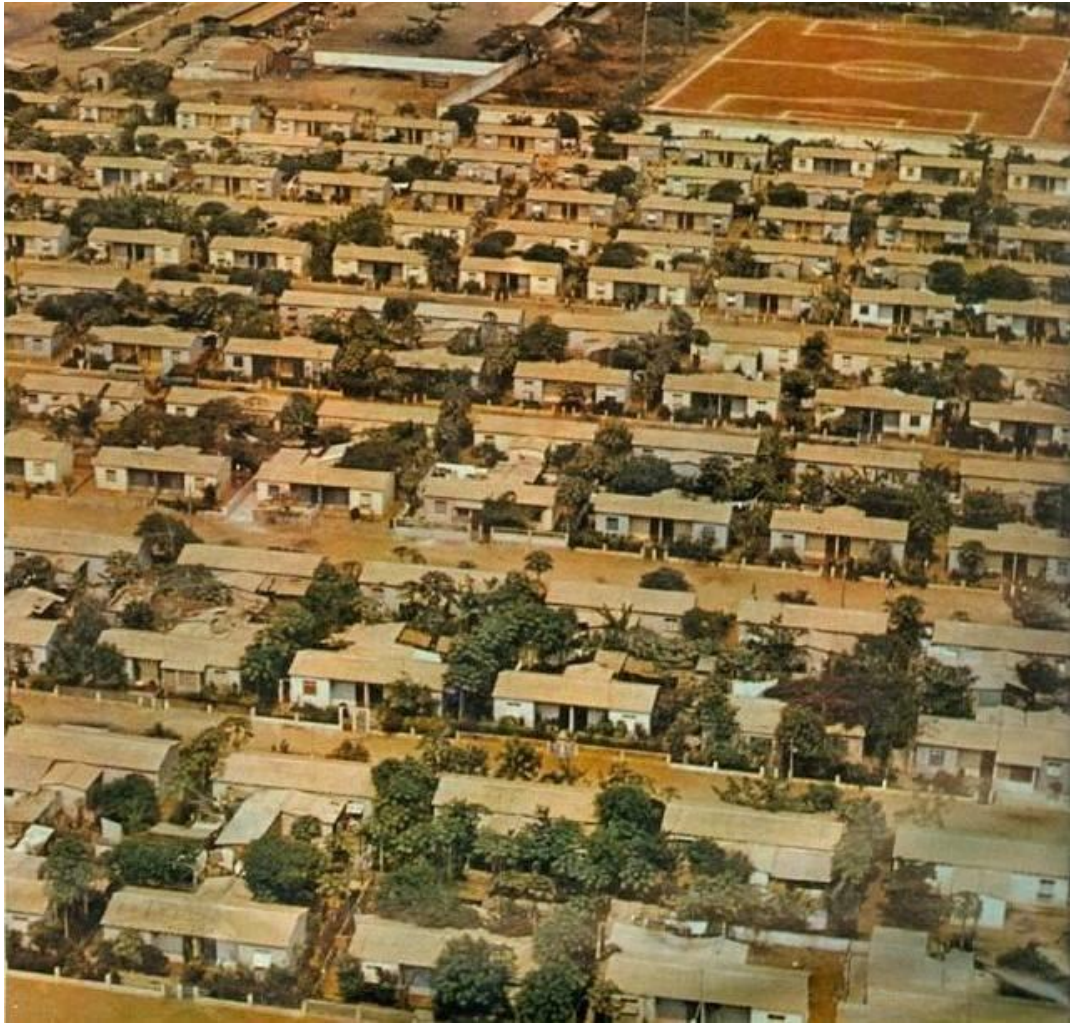
[...] para designar os aglomerados de cubatas construídas nestas áreas por indivíduos expulsos da cidade [centro] devido à expansão urbana" (MENDES, 1988:233) e, portanto, "por extensão semântica passaram a ser designadas, da mesma forma, as zonas suburbanas ocupadas pela população mais desfavorecida da capital" (CARVALHO, 1989:68). (RODRIGUES, 2007, p.164).

Num breve estudo sobre determinadas formas de classificar como musseques, podemos utilizar as seis categorias apresentadas por André e Luz (2022, p.7), a citar: "[...] bairros populares; musseques antigos; musseques ordenados; musseques em transição; musseques periféricos; novos assentamentos (condomínios)". Entre os musseques, são os musseques ordenados que representam em grande escala os musseques de Luanda, pois, são os tipos de musseques em que a população construiu/constrói suas próprias residências (INE, 2016). Num esforço conceitual de classificação dos musseques André e Luz (2022, p.7) definem os diferentes tipos de musseques da seguinte maneira:

Os denominados condomínios, mais recentes, prioritariamente localizados na região sul de Luanda, são fruto de parceria do Estado com companhias privadas nacionais e internacionais, para instalação de habitação de seus empregados. Em condições formais, contemplam infraestrutura e serviços. Os bairros populares oriundos dos anos 1960 e 1970, correspondentes ao fim da era colonial, eram planejados em escala, pelo Estado, ou por companhias públicas, com casas alinhadas a ruas; se destinavam à classe trabalhadora negra ou famílias pobres brancas, cuja implementação foi paralisada após a Independência. Com serviços precários, foram paulatinamente deteriorados e adensados pela ocupação informal em suas áreas livres. Os musseques antigos, originários de assentamentos da população negra na periferia da cidade formal, são resultado do êxodo rural ocorrido no período colonial onde os nativos não tinham lugar no centro da cidade, e se viram obrigados a recorrer a autoconstruções tendo as cubatas como referência.

O caso dos musseques em transição se assumem, como induz o nome, como os musseques mais próximos das regiões do antigo centro de Luanda, mesclando elementos infraestruturais mais próximo dos centros que se confundem, nalgumas vezes, como zonas urbanas, que não é o caso dos novos musseques, distantes dos antigos centros. Entre tanto, figuras (10 a 14) podemos observar alguns modelos de musseques e as novas modalidades de condomínios.

Figura 8: Vista de um bairro popular em Luanda, nos anos 1960.



Fonte: Luanda, imagens dos velhos tempos²⁵

Figura 9 ²⁶: Vista de uma rua de um bairro social, em 2019, no Zango III.

²⁵ Disponível em:

[<https://www.facebook.com/687285931435889/photos/a.687670294730786/695372757293873/?type=3>].

Acesso: 07 de fev.2024

²⁶ Disponível em: [https://www.google.com/search?client=avast-a-1&sca_esv=2610265ff35e352d&sxsrf=ACQVn09oD28Xuw5100ZR2skIO72OY2Hz4g:1707340937624&q=zango+3&tbm=isch&source=lnms&prmd=ivsmnbtz&sa=X&ved=2ahUKEwjt-PQIJqEAXUwI5UCHaRRBjcQ0pQJegQIDRAB&biw=1366&bih=562&dpr=1#imgrc=hK-t4RyclINQUBM&imgdii=MzW7fSqKzHdvtM].

Acesso aos 07 de fev.2024



Figura 10 ²⁷: Bairro operário, um musseque antigo.



Fonte: Rede Angola, 2015,

²⁷ Disponível em: [<http://m.redeangola.info/multimedia/bairro-operario/>]. Acesso aos 07 de fev. 2024

Figura 11²⁸: Musseque periférico, o bairro do Margoso (2013), em Luanda.



Os novos assentamentos, ou condomínios luxuosos são, na sua maioria, de iniciativas privadas ou público-privadas. A título de exemplo, é o condomínio Vila *Kuditemo*²⁹, situada na região Sul de Luanda. Com um investimento avaliado em mais de 93 milhões de dólares, o condomínio foi erguido sob a iniciativa da empresa angolana Mesah e a empresa chinesa Huashi.

Figura 12³⁰: Kuditemo (2015), um novo assentamento para classe média e alta na região Sul de Luanda.

²⁸ Disponível em: [<https://www.makaangola.org/2013/08/margoso-urbanizacao-para-os-ricos-despojo-para-os-pobres/>]. Acesso aos 07 de fev. 2024.

²⁹ Uma expressão do Kimbundu, significando “não te metas”.

³⁰ Disponível em: [<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=340254>]. Acesso aos 07 de fev.2024.



Reconhecendo a diversidade entre os modelos de assentamento no tecido social luandense, vale destacar que os musseques no entanto, se constituem como espaço físico reificado. Segundo Bourdieu (1998), o que torna um lugar/espaço físico um espaço social são seus agentes sociais, as pessoas. Ao nos referirmos aos musseques como espaços sociais, estamos levando em conta que, além de ser um espaço físico, são, também, lugares em que seus agentes sociais se apropriam dos meios estruturais e sociais à disposição. Ou seja, “como o espaço físico é definido pela exterioridade mútua das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou a distinção) das posições que o constituem, isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais” (Bourdieu, 1998, p. 160). A título de exemplo, a distinção das posições, no caso dos musseques, ou a lógica da exclusão mútua, podem ser percebidas a partir da diferença na relação entre a facilidade acesso a determinados recursos (como a questão do acesso fácil aos transportes, a questão da educação, hospitais, saneamento básico, espaços de recreação cultural e outros) entre o espaço urbano e um musseque. Neste caso, observamos a lógica *operandi* da distinção entre o musseque e o urbano como uma linha de gritante e segregação espacial.

Pelo fato de mais da terça parte da população angolana/luandense estarem nos musseques (INE, 2015), e os musseques serem espaços sociais atravessados por uma série de desafios estruturais e sociais pensa-se que: a desigualdade social angolana é, antes de tudo, espacial. Onde, um pequeno grupo de detentores do poder político/econômico se “apropria” das “melhores” infraestruturas que a urbanização propõe em detrimento da grande massa nos mais recônditos bairros periféricos, atravessados por um conjunto desassistências institucionais,

entre elas as oportunidades de acesso às melhores condições de empregos, bons serviços de saúde, etc.

As desassistências institucionais nos musseques escararam realidades socioeconômica nos mais variados domínios aos moradores, dentre elas: a questão da insegurança de existir, muito caracterizada pela lógica de como os moradores dos musseques, pelo atual processo de expansão urbana, se veem desabrigados de seus espaços sem melhores garantias. Em outros termos, o plano de reestruturação pelo Plano Diretor Geral Metropolitano de Luanda (PDGML) assemelha-se à lógica da época em Angola era uma colônia, numa lógica de expansão do centro em detrimento da expulsão dos menos favorecidos. Tais acontecimentos podem ser observados nos antigos centros, como, também, nas atuais zonas em projeção urbana, nas regiões dos atuais musseques agrícolas.

Nos primeiros quinze anos do milénio, disseminaram-se novas influências e modelos urbanos, dinamizou-se a atividade de planeamento, foram criados novos instrumentos jurídicos para o ordenamento do território com grande influência da legislação portuguesa e foram produzidos, por empresas internacionais e consultores estrangeiros, diversos planos e projetos urbanos para Luanda que visaram a sua modernização e globalização. (Braz; Raposo, 2021, p.51)

Desse modo, acreditamos que o olhar aos desafios estruturais dos musseques nessas duas últimas décadas do pós-paz, em Angola, é atizar as discussões que se traduzem no processo de reprodução das desigualdades e o seu *modus operandi*. Nesse sentido, a próxima seção adianta o olhar das contradições entre o processo de expansão urbana e o processo de reprodução de desigualdades entre as novas cidades e os musseques agrícola à volta.

3.3 Musseques agrícolas do Sul de Luanda

A região Sul de Luanda, foi a cidade que mais recebeu e tem recebido projetos de novas cidades. É, também, segundo o MEP (2007) a região de projeção do maior centro econômico do país, por essa razão concentrarem em maior número os novos centros comerciais, hotéis, condomínios de luxos e outras instâncias que caracterizam as cidades. Este processo de urbanização em larga escala, se deu, após o fim do conflito armado, com a implementação da lei de bases de fomento à habitação, em 2007, a lei nº 3/07.

Por meio da primeira lei de bases de fomento à habitação no país, a lei nº 3/07, se viu nascer, em Angola, diversos modelos de projetos habitacionais: além do âmbito de projeção dos novos espaços de luxo, condomínios, hotéis e shoppings e outros, foram projetados também construções de vivendas sociais destinadas às populações que viviam nos musseques

periféricos, em zonas de riscos e em vários outros pontos da cidade capital (Luanda). No entanto, o processo da construção das vivendas destinadas às populações convergia com o processo de requalificação dos antigos musseques. Entre os projetos, destacamos os complexos de habitações sociais do Panguila (mais à Norte de Luanda) e complexos de habitações sociais do Zango (à Sul de Luanda).

O processo de desalojamento dos moradores dos musseques das regiões do centro de Luanda, na maior parte dos casos, não se deu pelas melhores soluções. Em muitos casos, como aponta Braz e Raposo (2021), não houveram acordos entre o Estado e as populações, desencadeando, no entanto, violências físicas e simbólicas. No caso das violências físicas, destacamos o caso dos moradores do distrito urbano do Sambizanga, na região centro de Luanda, que se viram obrigados a abandonar suas residências deixando suas residências sem aviso prévio. Pela figura 14, observamos as ruínas das casas demolidas no distrito do Sambizanga, em 2016, no âmbito do processo da requalificação urbana da região.

Figura 13³¹ : crianças observando as ruínas das residências demolidas no distrito urbano do Sambizanga.



Fonte: Ver Angola, 2016

³¹ Disponível em: [<https://www.verangola.net/va/pt/122016/ConstrucaoImobiliario/6651/Jos%C3%A9-Eduardo-dos-Santos-preocupado-com-o-realojamento-de-fam%C3%A9lias-do-Sambizanga.htm>]. Acesso aos 08 de fev.2024.

As demolições e deslocamento forçado das populações dos bairros abrangidos pelo processo de requalificação, foram marcadas pela: ausência de melhores medidas políticas que levassem em conta a diversidade social, cultural e econômica dos moradores. A “solução” encontrada como realojamento dos moradores nos novos projetos de habitação social não levaram em conta diversos fatores, entre eles: a ausência de postos de empregos nos novos bairros sociais inseridos; a desarticulação comunitária³² (uma vez que a organização e proximidade entre os moradores não seguiam a lógica dos bairros de origem). A soma desses fatores resultou, em vários casos, no processo da rejeição, por parte da população, de residirem nas novas habitações.

Nalguns casos, dada a violência do processo, a falta de condições das casas e dos bairros, as famílias não se conseguem adaptar e deixam as habitações que lhe foram atribuídas, vendendo-as ou alugando-as, regressando para os bairros anteriores ou para bairros mais próximos do centro da cidade e do anterior local de trabalho. É exemplo o caso de famílias de pescadores do Kilombo, na ilha da Chicala, realojadas no Zango (Moreira, 2018), as quais, perdendo o seu sustento do mar, deixaram o Zango e voltaram a reinstalar-se na Chicala 1, embora em condições muito precárias e tendo, neste processo, perdido a maior parte dos seus bens. (Braz, Raposo, 2021, p.53).

Desse modo, embora o projeto de melhor abrigar a população tivesse buscado criar melhores condições de habitação para as populações, se verificam diversas contradições pela maneira que foram implementadas. Fica visível, também, uma certo papel que o Estado se presta a fazer que é o de proteger mais os interesses das grandes empresas do ramo imobiliário nacional e/ou internacional.

Vale destacar que o período de maiores investimentos no ramo imobiliário, no atual período do pós-paz em Angola, é também o período em que se consolidou a economia de mercado no país. Até então, um modelo de organização econômica distinto do percurso histórico do partido político que governa Angola desde a independência, o MPLA. Na primeira década do pós-independência o país tinha um modelo de economia de orientação socialista, ou planificada, onde, pelo contexto de guerra, raros ou nenhum projeto no âmbito de urbanização e/ou habitacional se registou (António, 2013). Ou seja, estamos diante de um modelo de urbanização num contexto neoliberal em que elementos de contradições do capitalismo estão

³² Nos bairros de origem, as proximidade das residência se davam por n fatores, laços familiares, regionais e/ou amistosos, que se constituíam não apenas como vizinhanças, mas como redes de solidariedade. As implicações e desarticulações se dão quando os novos bairros partem de organizações que não levam em conta tais especificidades.

implicitamente imbricados. As cidades neoliberais apresentam como características o processo exclusão e inibição do direito à cidade aos menos favorecidos.

As exclusões refletem-se nos seus mais variados domínios, inclusive, nas “soluções” tecnicistas que tendem a olhar o espaço como um lugar abstrato e homogêneo, sem levar em conta que ao se referir ao espaço, como nos mostra Sayd (2000, p.12), “[...] se trata de um espaço vivo, concreto, qualitativa, emocional, e até mesmo apaixonadamente distinto”. Diferente daquilo que Sena (2021) propõe quando se refere das Parcerias Público Privadas (PPP) no âmbito do processo de urbanização de Luanda, sem levar em conta as múltiplas formas de pensar o espaço social, ainda que no âmbito do processo de urbanização.

Neste contexto, é necessário igualmente, repensar para Luanda, os pressupostos de uma das quatro estratégias, ou ainda uma combinação de estratégias a adotar, com base nalguns aspetos fundamentais, tais como a valorização da área através de mecanismos de dinamização económico-social, para uma melhor qualidade de vida das populações; identificar as áreas de intervenção prioritárias; construção e recuperação de equipamentos ou infraestruturas e espaços públicos para atração de investidores e turistas, refletindo assim o fomento do empreendedorismo na requalificação urbana. (Sena, D. 2021, p.38).

Essas estratégias, assentes nas PPP, segundo Sena (2021), refletem modelos de organização estrutural no setor de inovação que permitem criação de espaços públicos e sociais que podem ser autogeridos, ou seja, Sena (2021) sugere como solução para os problemas da urbanização de Luanda a implementação das chamadas *smart cities*³³. As cidades inteligentes assumem, na visão de Sena (2021), o lugar do modelo de cidades que se distam das outras pelo prisma da melhoria das condições sociais e ambientais das populações.

Embora aparenta ser um caminho viável pensar um modelo de cidade que enfrenta os desafios das melhores condições de habitações e socioambientais, acreditamos, também, que existe uma percepção equivocada ao considerar as cidades inteligentes como melhores medidas a serem adotadas na realidade angolana-luandense: no contexto angolano, por exemplo, pensar um modelo de gestão autogerida a partir de inovações tecnológicas é criar novas maneiras de segregação. As cidades, quando não pensadas a partir dos desafios e demandas dos sujeitos locais, escancaram diversas modalidades de exclusão. Pensar a urbanização com ou sem o PPP desalinhado das discussões que configuram a problemática da urbanização em detrimento da segregação social e, acima de tudo, económica é segmentar os pilares assentes na desigualdade estrutural e secular que as populações menos favorecidas em Angola atravessam.

³³ Cidades inteligentes, em português.

Para uma realidade como a angolana em que os desafios do setor urbano ainda perpassam pela luta do direito de existir entre a população menos favorecida, a implementação de projetos que pensem as cidades inteligentes ainda não traduz as prioridades para o modelo de gestão urbana que o contexto exige. No entanto, esse olhar de Sena (2021) às dinâmicas do espaço social resume-se ao espectro meramente tecnicista com uma visão de desenvolvimento num plano vertical à luz, exclusivamente, de modelos fechados de outras realidades.

Angola não é um caso isolado, os desafios perpassam a realidade africana e vários países que tiveram o colonialismo nos recentes processos de suas histórias. Aos países que tiveram a experiência do colonialismo, enfrentam o árduo desafio da relação econômica sujeita aos modelos e experiências alheias ao ritmo das transformações de suas sociedades. Segundo Bourdieu (1979), as estruturas sociais de uma determinada sociedade, o *habitus*, não mudam de maneira rápida e não acompanham no ao mesmo ritmo as transformações sociais dos contextos a que estão inseridos. Desse modo, ainda que se percebe a sujeição das relações econômicas dos países menos desenvolvidos, existe uma certa coexistências entre os velhos *modus operandi* e as atuais estruturas de suas sociedades.

Na realidade angolana, tal situação pode ser observada a partir de várias maneiras, uma delas é o modo que os camponeses concebem a terra, além de espaço de sociabilidade é o principal meio de subsistência, razão pela qual enfrentam diversos desafios por meio da incursão da longa marcha de especulação e, em alguns casos, deslocação de suas terras por meio dos interesses do Estado e do setor privado. No caso da expulsão das terras, quando acontece pelos interesses do setor público, “o Estado angolano pode argumentar sobre a importância desses espaços – áreas ocupadas pelos pobres há muito tempo – para implementação de seus programas por motivação de “utilidade pública”, ou seja, em nome do bem comum” (Santos, 2015, p.103). Na análise de Santos (2015), percebe-se uma relação conflitante entre os interesses do Estado em detrimento dos moradores dos musseques.

Entretanto, de maneira breve, situaremos abaixo as discussões do processo da expansão urbana nos musseques, as transformações das condições de trabalho e a dimensão das violências (física e simbólica) entre o estado e as populações locais, veiculadas por meio do jornal de Angola” e de alguns documentários que as TV’s Canal SOS Habitat (2013) e Tv Talatona (2021) realizaram aos camponeses da região de Cabiri e da cidade do Kilamba. Por essa razão, entre vários outras musseques que enfrentam transformações por meio da expansão urbana

destacamos a cidade do Kilamba, do Sequele e o caso do projeto agropecuário da região de Cabari. Todos esses projetos localizam-se na província de Luanda. A cidade do Sequele, por sua vez, situa-se mais à norte da região centro de Luanda, o Sequele está localizado no município de Cacuaco.

Na região de Cabiri, pertencente ao município Icolo e Bnego, na província de Luanda, segundo o Canal SOS Habitat (2013), tem se registrado um crescimento de projetos agro. O mais destacado é o projeto Quiminha: o considerado o maior projeto agrícola de Angola. O projeto se assume como uma das principais bandeiras do âmbito das medidas políticas para diversificação da economia nacional. O Quiminha é um projeto de iniciativa publica com parcerias privadas, entre as empresas privadas uma é angolana, a ZRB, e outra israelita, pertencente ao grupo Tahal.

O projeto, estabelecido nos últimos anos por Tahal sob um contrato separado com o governo angolano, está localizado a 70 quilômetros a leste de Luanda, capital de Angola. O trabalho no projeto, iniciado em 2012 após o encerramento de \$ 200 milhões em financiamento para o negócio, foi concluído recentemente. Tahal disse que o projeto "reproduz o modelo do assentamento cooperativo israelense de moshav (), construído do zero em um local de 50 dunam (12,5 acres). O projeto inclui 300 casas e fazendas particulares de 10 dunam (2,5 acres) cada, milhares de dunams de culturas de campo, um centro de logística e agricultura com instalações de triagem e embalagem, galinheiros para fornecer mais de 24 milhões de ovos por ano e infraestrutura relacionada (Skycraper city, 2016, n.p.).

Figura 14³⁴: Vista de uma instalação do projeto Quiminha.



Fonte: Skycraper city, 2016.

³⁴ Disponível em: [<https://www.skyscrapercity.com/threads/quiminha-projecto-integrado-de-desenvolvimento-agr%C3%ADcola-e-regional.1867195/>]. Acesso aos 09 de fev.2024

Nesse sentido, destacamos, por final, a cidade do Kilamba, um dos mais recentes projetos habitacionais de Angola, situado na região Sul de Luanda no município de Belas. O Kilamba é considerado o maior projeto habitacional de Angola, com a capacidade de albergar mais de dezanove mil pessoas: a cidade do Kilamba conta mais de 25 mil apartamentos. Foi inaugurada, em 2011, pelo antigo presidente de Angola, o engenheiro José Eduardo dos Santos. Segundo os camponeses que habitavam a região antes e depois da construção da nova cidade, enfrentam maiores dificuldades continuidade das práticas de cultivos por várias razões, dentre as quais: o alagamento dos campos pela falta de drenagem adequada dos esgotos da cidade. (TV TALATONA, 2021)

De acordo com o engenheiro José Eduardo dos Santos, a nova cidade do Kilamba, nas assume-se como parte da criação do elo de transição do velho centro da cidade (a cidade colonial) para o novo centro, na região sul. No caso da cidade do Kilamba, foi projetada numa zona em que já existiam pequenas comunidades ou musseques. Constituídos na sua maioria por populações que têm a agricultura como sua principal atividade sustento. Dentre estes, alguns são originários da região e outros são migrantes. A exemplo, os moradores do Bairro 11 de novembro que viviam nos perímetros à volta da cidade do Kilamba antes das primeiras construções e posterior inauguração. (Rodrigues, 2007)

Figura 15: Pequena vista do Kilamba a partir de um musseque.



Fonte: Osmar Edgar, 2017.

Figura 16: Cidade do Kilamba vista de um terraço.



Fonte: Delcio Dsouja, 2020.

Figura 17: Bairro 11 de novembro, bairro à margem da cidade do Kilamba.



Fonte: Jornal de Angola. 2018

Enquanto isso, na região de Cabari, o destaque se dá ao maior projeto hidro agrícola, implementado em 2012, pelo governo angolano- em parceria com a empresa israelita Tahal- instalou-se o maior projeto agro do país, um projeto que visa abastecer o setor agrícola em Luanda, mas, sob a bandeira da desestruturação econômica das comunidades, dos habitantes dos musseques agrícolas da região de Cabari, no município de Icolo e Bengo. Pois, com a implementação do projeto, estima-se que mais de 767 camponeses viram suas terras sendo ocupados “à força” pelo projeto em questão. Vários desses camponeses estão afetos à Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA). (ANGOLA PRESS, 2020; SOS HABITAT, 2013). O projeto ocupa uma dimensão territorial de mais de cinco mil hectares. Este projeto agro contempla mais de 64 fazendas grandes e 11 fazendas pequenas, com o modelo de produção em estufa e a céu aberto. A ocupações dessas terras suscitam enormes debates midiáticos.

Segundo os dados da Confederação das Associações de Camponeses e Cooperativas Agropecuárias de Angola (UNACA), na pessoa do seu então presidente Albano Lussaty, a confederação conta com mais de 8 mil associações inscritas, em várias partes do país, o que perfaz um total de mais de um milhão de camponeses associados. Ainda segundo os dados da UNACA, após a larga expansão das construções nas regiões sul de Luanda a desapropriação de terras aos camponeses não se dava apenas com projetos estatais, como o caso das construções das cidades em terras outrora pertencentes a camponeses, mas, as desapropriações, se davam também por entidades das mais altas instâncias, dentre eles: as mais altas patentes do exército angolano, os generais (Jornal de Angola, 2019). Não podemos deixar de situar que esses conflitos acontecem mesmo após a pontual revisão das políticas de terras, em Angola, isso, em 2004. No que tange a questão da terra, a revisão constitucional não se diferenciou muito das leis anteriores: a terra continuou sendo considerada propriedade do Estado. Para compreendermos mais sobre as dinâmicas entre os camponeses e as leis terras, acreditamos ser pertinente uma breve contextualização de alguns marcos importantes no domínio histórico das leis de terra do país. Nesse contexto, o período do pós-independência em Angola se constituiu dos momentos mais sensíveis e desafiadores da história do país por vários fatores: a questão da guerra fria e civil destacam-se. As primeiras medidas de nacionalização de terra, a orientação política marxista-leninista de economia planificada e o apoio técnico militar russo-soviético se constituíram nos principais desafios no contexto interno e externo, refletidos não apenas no colapso da economia nacional, como também, nos bloqueios econômicos para tentativas de superação. Segundo Neto (2010), embora houvesse o consenso de que os entraves políticos e

econômicos de Angola se deram pela presença colonial portuguesa, é importante destacar que este, Portugal, era apenas o inimigo direito, pois, o grande entrave do país, muito mais do que o país em si, passava pela compreensão macro do colonialismo e seus agentes, a citar: os grandes grupos econômicos como os EUA e a Inglaterra que, inclusive, até os anos de 1970, detinham a maior quantidade de investimentos estrangeiro em Angola.

Com as primeiras grandes crises no sistema econômico e social no país, somando da guerra civil, o país não teve políticas concretas ou medidas que permitissem pensar a questão da terra, uma medida que levasse em conta então o longo processo desigual e violento das ocupações e expropriações das populações nativas. Apenas no ano de 1992, com os chamados acordos de alvor, o país entrava nos primeiros acordos para instauração da paz. Os acordos de 1992, os chamados acordos de Bicesse, levaram o governo angolano adotar novas medidas de orientação política e econômica, dentre as quais a implementação do pluripartidarismo, com a realização das primeiras eleições e a adesão à economia de mercado. Neste período várias medidas foram implementadas, dentre as quais, a primeira lei de terras, a lei 21- c/92. Pelo fato de ter sido implementada com orientações definidas por agendas de instituições externas, a lei não trouxe uma leitura crítica aos, então, controversos processos históricos e sociais da questão da terra em Angola. Antes pelo contrário, pelo fato da lei ter características neocoloniais, com a questão de “concessão” de terras, e implementada num modelo de orientação de mercado ela (a lei) acabou não mitigando os desafios básicos do acesso à terra e, com isso, a questão dos menos favorecidos.

O contexto em que foi implementada a lei 21-c/91 era de uma elevada sensibilidade política, i) transição política do regime monopartidário para o multipartidarismo; ii) acordos de para o fim do conflito armado; e iii) a realização das primeiras eleições no país. Após a realização das primeiras eleições (a legislativa e presidencial) o partido que governa Angola, MPLA e o seu antigo presidente José Eduardo dos Santos ganharam saíram vitoriosos. Pelo fato de não ter nenhum candidato eleito com mais de 50% de votos válidos, as regras “obrigavam” o segundo, que não veio acontecer pelo fato de contestações dos resultados das eleições o que levou a mais uma das etapas tristes na história do país (António, 2013).

Tais questões somaram-se com o insucesso de posteriores medidas políticas no âmbito social e a atenção à questão da terra, muito embora já ter sido elaborada a primeira lei. A primeira lei 21- c/92, mesmo no contexto que o país estava inserido, espelhava muito mais a necessidade de satisfação das agendas dos grandes grupos econômicos estrangeiros mesclada com o processo de apropriação das elites militares e políticas do país. No entanto, foi uma lei

deficitária e prolongadora do processo de desigual distribuição e desapropriador de terras dos menos favorecidos.

Tendo em conta que, por um lado, a legislação em vigor, em especial, a Lei n.º 21-c/92, não tratou da problemática da terra em todas aquelas dimensões, e, por outro, não houve por parte do legislador da Lei de Terras em vigor, uma visão integrada e multidisciplinar que pode até levar a afirmação segundo a qual a Lei em vigor é uma Lei Agrária. Não se cuidou dos fins económicos, sociais e urbanísticos e, em geral, da imbricação entre a problemática fundiário e o ordenamento do território. (Angola, 2004, p.2)

Com a implementação da lei 21- c/92 num contexto sensível e com um modelo de orientação política “novo” à realidade do governo pós-independência recriou os problemas os velhos problemas do modelo de ocupação de terras no país. De acordo com Paín (2020), uma das causas da elevada vulnerabilidade das famílias rurais em Angola deu-se pelo modelo desorganizado e não transparente de concessão de terras. Ou seja, as terras que acabaram sob destino dos grandes grupos económicos, chefias militares e ex-governantes não só eram retiradas de comunidades rurais, de camponeses em geral, como as tornavam improdutivas, o que já era contra a própria lei, conforme artigo abaixo reproduzido:

O Estado reconhece e garante o direito de toda a pessoa singular e colectiva, à aquisição do direito ao uso e aproveitamento da terra nos termos da presente Lei. 2. Para a concessão da terra às pessoas singulares e colectivas, nacionais e estrangeiras será sempre tido em conta o seguinte: a) Os interesses nacionais e do desenvolvimento do país; b) O aproveitamento efectivo dos terrenos concedidos ou a conceder e a capacidade demonstrada pelo requerente; c) A garantia às populações do direito aos terrenos por elas ocupadas e explorados com habitações e culturas. (Angola, 1992, Art.4).

Mesmo com os pressupostos jurídicos que garantem o “bom” uso da terra, as concessões de terras de modos não muito transparentes, somando com as fracas instituições que garantiriam a aplicabilidade da lei, demonstraram o quão sensível e complexo é a questão da terra em Angola.

O processo de expansão urbana em Angola, em Luanda de modo particular, realça os interesses do executivo angolano num claro processo da busca pela descentralização do velho centro de Luanda e a construção de projetos habitacionais para melhoria das condições de vida das populações no país. Tal percepção, muito mais institucional e política, pode ser percebida nas declarações do antigo presidente de Angola, José Eduardo dos Santos (JES):

A divisão administrativa de Luanda e Bengo vai ser revista e outras centralidades vão surgir nesta região para facilitar a desconcentração em curso e a futura descentralização político-administrativa. Esta descentralização vai, pois, permitir aliviar a pressão sobre o centro antigo da cidade, melhorar a participação do cidadão na gestão da coisa pública, dar resposta às necessidades crescentes de habitação e

proporcionar melhor qualidade de vida aos seus habitantes. (JES, discurso de inauguração da cidade do Kilamba, Luanda, 2011).

E segue:

A inauguração da cidade do Kilamba como elo de transição para a nova cidade Luanda, que se situará junto a margem do rio Kwanza [com essa inauguração, queira dizer], não escondemos a nossa ambição de inserir Luanda no conjunto das maiores e mais belas cidades do mundo. São passos como os que hoje damos confirmam a nossa vontade de continuar a dar satisfação a uma das mais candentes necessidades do nosso povo. (JES, discurso de inauguração da cidade do Kilamba, Luanda, 2011.)

Embora não se questionar a ambição do projeto e dos objetivos no quesito da busca pela qualidade e melhoria do acesso à uma residência condigna dos cidadãos e cidadãs, verifica-se uma elevada mobilização à valorização exclusiva do projeto em si, ou seja, dos engenheiros, dos primeiros resultados e, pouco se mobiliza em pensar ou discutir a questão de um modelo de cidade que contemple e não exclua aqueles que já habitam ou trabalham a terra na região, os camponeses.

No discurso do antigo vice-presidente Manuel Vicente³⁵, por exemplo, nota-se, apesar de apresentar o relatório da primeira fase da nova cidade, um elevado destaque aos dados materiais, ou seja, técnicos e quase nada do social, o que, de certo modo, atíça a percepção dos conflitos de interesse entre o que o governo e os grandes grupos empresariais pretendiam em relação às demandas da população na região.

Com a cerimónia de hoje, estamos a formalizar a primeira entrega, composta por 10 km de estrada, 115 edifícios, com um total de 3.180 apartamentos e 48 lojas. Está programada para dezembro deste ano, a entrega de mais 218 edifícios, correspondendo a 6.130 apartamentos e 78 lojas. E prevemos a conclusão do escopo acima mencionado, em outubro do próximo ano, com a edificação dos últimos 377 edifícios, que garantirão mais 10.692 apartamentos e 120 lojas. (Manuel Vicente, discurso de inauguração da cidade do Kilamba, Luanda, 2011).

No entanto, os discursos das altas entidades governamentais, engenheiros e representantes dos grandes grupos empresariais nas/sobre as novas cidades no Sul de Luanda mobilizam não só a valorização exclusiva do saber técnico, como também não abrem margens para articulação e mobilização de outros saberes e demandas das comunidades locais. Um caso a escassos quilômetros da cidade do Kilamba, ainda na região Sul de Luanda, é o da inauguração de um viaduto, em 2022. A pequena estrada esboçou dos cofres do Estado angolano mais de 55 milhões de dólares. Nas declarações do ministro o gasto e a obra se constituíam prioritárias na região.

Era uma obra prioritária que nós devíamos concluir o mais rapidamente possível para entregar aos cidadãos que aqui circulam. Portanto, chegamos a meta, concluímos,

³⁵ Foi vice-presidente de Angola durante a legislatura de 2012 a 2017.

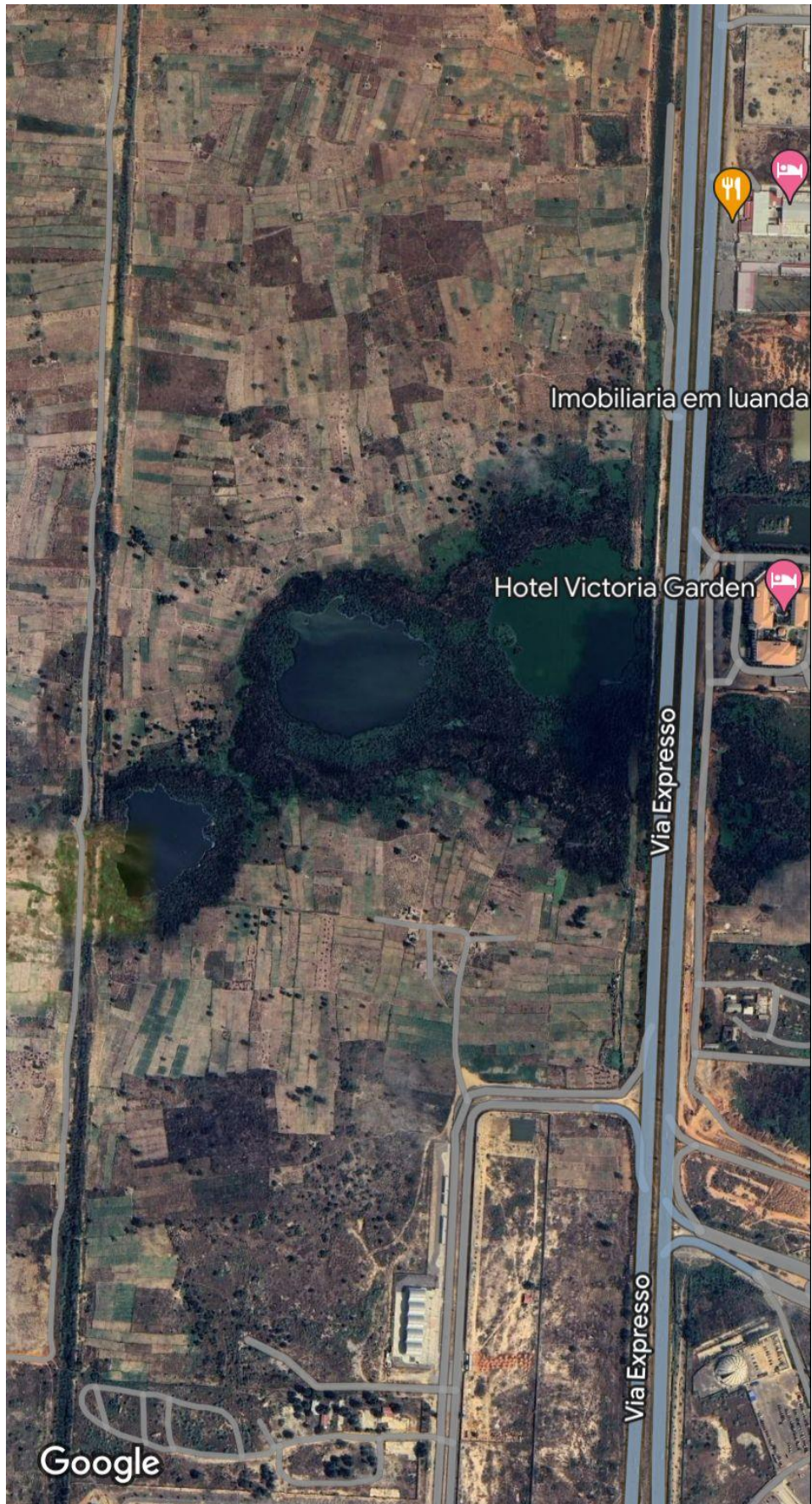
inauguramos e, ainda hoje, vamos abrir este nó rodoviário. (Manuel Tavares Almeida, discurso de inauguração do viaduto no entroncamento do Talatona-Benfica, Luanda, 2022).

Não obstante o plano de alargamento e construções de boas estradas garantam o dinamismo socioeconómico, que é indiscutível, a questão da terra em Angola mesmo tendo todo um processo histórico complexo e se assumir como das principais demandas dos vários camponeses que enfrentam todo um tipo de desafios, dentre os quais a violência simbólica, têm suas demandas longe dos interesses macro do país.

Para os camponeses da cidade do Kilamba, por exemplo, uma das suas prioridades, além da titulação de suas terras, é resolução do problema do deficitário sistema de escoamento de água da nova cidade que tem danificado os bens alimentares produzidos na região. Segundo uma das residentes nos musseques à volta da nova cidade do Kilamba, a plantação e colheita já não segue o mesmo ritmo desde a presença da nova cidade, desde a “criação” da lagoa. Segundo a camponesa, com a danificando as plantações e colheitas “[...] paramos de despachar desde que nos puseram aí uma lagoa da água, disseram que é lagoa do Kilamba (é o desgato). Então, sítio que nos saía boa batata entrou já como (como coiso), como desgato do Kilamba” (TV Talatona, discurso de uma camponesa nas margens da cidade do Kilamba, Luanda, 2021).

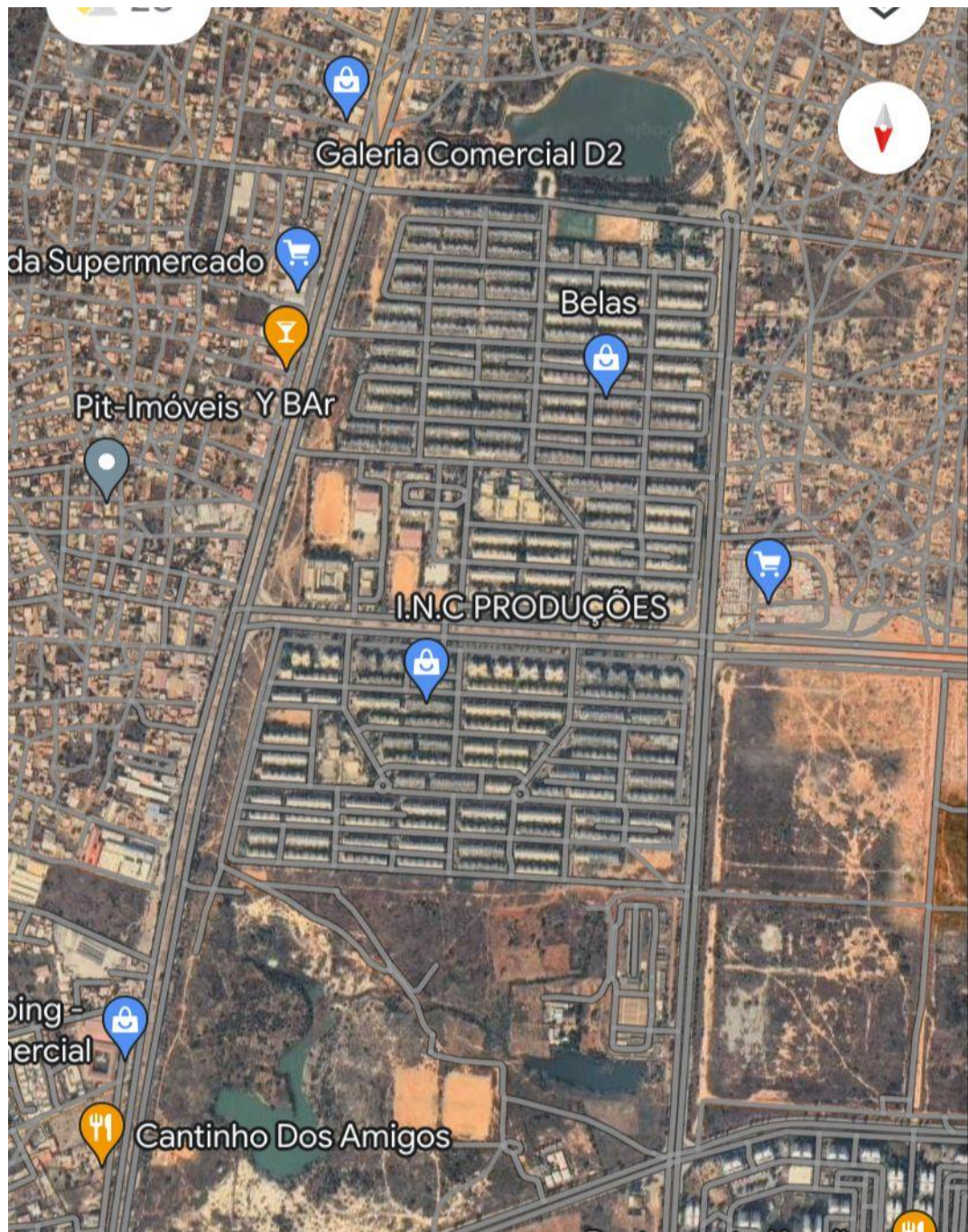
Em seguida, apresentamos algumas das vistas que podem ser observadas as lagoas que, segundo os camponeses da região, as novas cidades têm causado.

Figura 18: Vista da lagoa em frente da cidade do Kilamba.



Fonte: Google, 2024.

Figura 19: Vista de um polo urbano da região do Kilamba entre duas lagoas.



Fonte: Google, 2024.

Figura 20: A cidade do Kilamba vista a partir da lagoa.



Fonte: Google, 2024.

Nos locais em que os camponeses exercem suas atividades, segundo as camponesas entrevistadas pela TV Talatona (2021), plantam feijão, ervilha, feijão macunde, feijão, mandioca, bata, rama, milho, entre outros. Com a “nova” lagoa, resultante do débil sistema de saneamento básico, somam-se, além do antigo problema de aquisição de títulos das terras, elevados prejuízos aos camponeses no quesito da produção agrícola, elemento primordial de sua subsistência.

No entanto, as novas cidades não só têm marginalizado o direito de terras como, também, dificultam o direito de existência dos menos favorecidos. Elas (as cidades) constituem, no entanto, espaços de disputas, conflitos e interesses, onde, como se percebe na realidade luandense, os mais afetados acabam sendo sempre os menos favorecidos financeiramente. As novas cidades, mesmo recheadas de tão ambiciosas pretensões, não se livram do processo de inibição e exclusão daquilo que podia ser pensado como espaço público, o qual, segundo Andrade (2017, p. 95):

[...] é o lugar de expressão da vida social, das organizações coletivas e socialização dos cotidianos dos grupos sociais e dos indivíduos. Trata-se dos locais onde convergem os interesses imperativos da qualidade de vida naquilo que ela processa de coletivo e pode produzir a condição de vivenciar a cidade. Promove e sintetiza as preocupações importantes da vida social inerentes aos espaços públicos e semipúblicos, a liberdade de expressão e uso, a segurança e os trânsitos acessíveis, assim como os limites dos direitos de cada pessoa em relação aos direitos do próximo.

Com o processo da valorização de um único modelo de pensar as cidades e as resoluções dos problemas de gestão, com a “excessiva” atenção apenas ao domínio técnico, as cidades se constituem, no entanto, como entraves para o próprio desenvolvimento socioeconômico que se advoga buscar. As desapropriações de terras pelo Estado justificam-se pela “bem maior” da resposta por habitação à milhares de angolanos, bem como, ao processo de reconfiguração espacial do país. O que, com isso, milhares de camponeses viram suas terras sendo “invadidas” em detrimento de novas e grandes construções, como o caso da zona do Musseque do Sequele, onde se projetou a cidade do Sequele. Nas palavras de Lussaty (2019):

A centralidade do Sequele, apontou, está implantada numa área antes ocupada por cooperativas e associações de camponeses que tiveram de a deixar para beneficiar o programa habitacional do Governo, o qual favorece milhões de cidadãos. A aposta do Governo na construção de infra-estruturas é benéfica, considerou Albano Lussaty, sublinhando ser necessário que, para cada espaço seleccionado, se negocie com os camponeses para que não haja constrangimentos. “Quando cedemos um espaço, estamos a melhorar um lado, mas, também estamos a criar outros problemas, porque quando é retirada a terra, muitos camponeses não recebem outra em troca”, indicou. (JORNAL DE ANGOLA, 2019, s/p.)

Percebe-se uma posição dualista pelas manchetes do Jornal de Angola, em vários momentos nota-se uma tendência de naturalização das violências perpetuadas desde o processo de ocupação estatal dessas terras às denominações usadas às vivendas dos moradores que antecederam as novas cidades: expressões como “casas informais”, “bairros de lata” e até mesmo as alegações das construções noturnas, como quesito de fundamentação de possíveis fundamentações que retiram legalidades daqueles que já vivem desprovidos de direitos.

Figura 21: Título de matéria sobre demolição de residência nos musseques à volta da cidade do Sequele



Home / Notícias / **Administração vai demolir várias moradias no Sequele**

SOCIEDADE

Administração vai demolir várias moradias no Sequele

As moradias construídas ilegalmente em áreas adjacentes à Centralidade do Sequele, município de Cacuaco, vão ser, brevemente, demolidas, revelou, ontem, em Luanda, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa da Administração Municipal de Cacuaco.

Fonte: Jornal de Angola, 2018.

Estima-se que existem centenas de famílias nos mais de 22 musseques que circundam a cidade do Sequele. Pelo Estado, muitos desses bairros são “ilegais”. O governo defende a ideia de serem construções ilegais, como parte do descumprimento, da população, pelas reservas fundiárias do Estado. Enquanto que, por outro lado, as cooperativas, como vimos, defendem a ideia de que: uma vez que as novas cidades surgem pelo processo de desapropriação das terras das populações locais, as construções às margens das novas cidades podem ser reflexo das tentativas de lutas pela sobrevivência dos camponeses e outros grupos desassistidos institucionalmente. (Jornal de Angola, 2019a; 2019b).

Figura 22: Vista da cidade do Sequele a partir de um musseque às “margens” da cidade.



Fonte: Jornal de Angola, 2019.

Figura 23: A cidade do Sequele



Fonte: Amigos da centralidade do Sequele, 2016.

É socialmente construída a narrativa da ilegalidade sobre os musseques agrícolas não apenas pelas mídias, o Estado, por meio do que se denomina “planos de reordenamento

territorial”, atua pelo plano do poder arbitrário com o processo de deslocamento de moradores, levando milhares de famílias à insegurança de habitação e, em muitos casos, à desestruturação econômica. A título de exemplo, com o discurso da ilegalidade e organização pelo bem maior: o atual plano de reordenamento territorial estima a “organização” de mais de 20 musseques à volta da cidade do Sequele. A contradição no processo de “organização” dá-se por vários fatores, um deles é que a “desorganização” é, nada mais do que resultante de um processo institucional de desassistência institucional: estima-se que os musseques à volta da cidade do Sequele carecem de escolas, saneamentos básicos como esgotos de drenagens, hospitais e, em muitos casos, energia elétrica, segundo do Jornal de Angola (2019c). Em outras palavras, aquilo que se projeta como desordem ou ilegal surge de todo um processo de segregação espacial que caracterizam o atual modelo de urbanização “globalitário”.

Os desafios dos moradores das margens dessas novas cidades se espelham a partir de vários setores, principalmente no âmbito jurídico. Na atual configuração jurídica, os direitos de exercício de propriedade de uma terra são concedidos apenas pelo Estado, e, de acordo o artigo 98º da constituição angolana, a terra é uma propriedade originária do Estado e o direito à propriedade privada fundiária é concedida apenas aos nacionais. Essas leis na maior parte dos casos se apresentam desarticuladas da questão histórica da concepção antropológica que muito dos povos do continente africano, em particular angolano, têm sobre a terra. Para muitas comunidades africanas, a terra não se percebe como elo de troca e muito menos individual. A relação com a terra segue outro modelo político de organização. No entanto, por não levarem em conta a multidimensão que a questão da terra em Angola acarreta, questões, históricas, políticas e sociais: se apresentam confusas e distorcidas de seus contextos.

De acordo com a socióloga Ramiro (2008), pensar políticas de terras exige o desafio de levar em conta as múltiplas dimensões que o fenómeno acarreta para, assim, se formular melhores medidas de se pensar e implementar uma reforma agrária “eficiente”. A visão tradicional que se tem de que apenas a economia reúne elementos suficientes para sanar as desigualdades sociais, sem elementos que envolvem políticas eficazes como a questão da reforma agrária, agonizam, antes de resolverem, as desigualdades sociais. No entanto, não conseguiremos, nessa pesquisa analisar detalhadamente as configurações específicas de cada musseque agrícola das novas cidades na região sul de Luanda, mas, o que se conseguiu até aqui é o mapeamento das transformações das disposições por meio da desapropriação de terras e condições de trabalho dos camponeses habitantes dessas regiões em projeção urbana nas duas últimas décadas. O que se percebe é a tendência é uma tendência em escala internacional no

continente africano- e não só- da carência ou ineficiência de políticas agrícolas que pautam não apenas pela garantia de direitos, mas de sua eficácia.

Nessa escala, o estudo de Bussoti (2020), por exemplo, nos mostra como o caso de Moçambique assemelha-se em muitos aspectos com os desafios que Angola enfrenta na questão da terra. Destes desafios destacamos: i) as políticas de usurpação colonial; ii) as medidas centralizadoras dos primeiros anos de independência de Portugal com a implementação do partido único; iii) os anos da liberalização da economia do mercado em 1992; iv) aos atuais desafios das décadas do século XX. Falar da questão agrária é levar em conta que os desafios para esses países, num olhar sobre as transformações das disposições, é fulcral que se articule com o processo de transformação social como partes fundamentais para compreensão do fenômeno das desigualdades sociais que se configuram na nossa discussão da transformação dos musseques agrícolas, ainda que concordemos com a visão de Pierre Bourdieu (1979) ao estudar o reassentamento de comunidades rurais durante o período de independência da Argélia, quando afirma que:

[...]Se a transformação das disposições de existência antecede e condiciona as transformações das condições ou o oposto, e ao mesmo tempo determinar de que maneira a condição de classe pode estruturar toda a experiência dos sujeitos sociais, a começar por sua experiência econômica, sem agir por meio de determinações mecânicas ou de uma tomada de consciência adequada e explícita da verdade objetiva da situação (BOURDIEU, 1979, p.13).

No caso de Moçambique, por exemplo, após sucessivas perdas significativas de parcela de terras e direito de cultivo das comunidades rurais por grandes empresas (nacionais e/ou estrangeiras) as comunidades rurais optaram por ações de reivindicações em organizações anticapitalistas o que, segundo Bussoti (2020), criou certas vantagens na forma de organização e resistências na defesa pelas terras. Vale lembrar que se referir da questão agrária no continente africano perpassa várias categorias, sejam as do direito positivo, ou outra natureza, a questão agrária se constitui como a base e berço da formação das várias sociedades no continente africano. Uma das grandes contradições no período pós-independência dos países africanos, em particular dos países colonizados por Portugal é a implementação de medidas agrárias por líderes que, por terem sua formação em grande parte nos países europeus, desconheciam as particularidades socioculturais dos países que “libertavam”. (Agostinho Neto, 2010)

No caso de Angola, por exemplo, a terra na primeira constituição do pós-independência foi considerada do Estado. E com a política da centralização política, econômica e de gestão territorial, Angola perde a grande oportunidade de catapultar as terras e/ou grandes fazendas

produtivas para a redução da desigualdade social e a garantia da segurança alimentar das populações.

As políticas de terras implementadas em muito desses casos, o caso angolano particularmente, refletem realidades desconexas, ou seja, implementações de modelos jurídicos alheios às experiências contextuais e *in loco*, que, ao nosso ver, preenchem os interesses das várias multinacionais presentes no país, como de empresas europeias, norte americanas e asiáticas. As medidas de políticas da terra como propriedade do Estado não se apresentam como as melhores soluções em sociedades com estruturas culturais diversas. Muito mais complexa quando as medidas de concessão de títulos de propriedade em muitos casos aparentam serem não muito transparentes e com indemnizações controversas. Como, por exemplo, o delito entre algumas altas patentes do exército angolano e os mais de 536 camponeses que reivindicam os mais de 306 hectares na atual região projetada a nova cidade do projeto Patriota, na região Sul de Luanda. (TPA, 2020).

Muitas dessas políticas são reforçadas para a promoção do que se entende como as medidas de alargamento das grandes propriedades dos estabelecimentos estatais. A questão da terra em Angola enfrentou desde os imemoriais tempos diversos conflitos, mas, nas palavras de Pain (2007), carecem de novas soluções, pois os problemas são velhos. Após a independência, por exemplo, a primeira vez que “se deu atenção” à causa das terras em Angola foi no período do início do multipartidarismo e no pós-adesão à economia de mercado.

Anos passaram, as mesmas contradições de entre as comunidades rurais e o direito positivo seguiram-se com a última lei de terras implementadas após o alcance da paz em Angola. Repara-se que as questões das políticas agrárias requerem muito mais do que medidas ou políticas verticais e homogeneizadoras sobre a questão da terra. A política de se pensar a terra como propriedade exclusiva do Estado e a não transparência no reconhecimento das terras das comunidades rurais não criam problemas de várias naturezas alimentares no país como aprofundam as desigualdades socioeconômicas no país.

No caso do artigo 7- de leis de terra em Angola (2004) -, na sua seção 1, se constata: “A transmissão do direito, de propriedade e a constituição de direitos fundiários limitados sobre terrenos integrados no domínio privado do Estado só podem ter lugar com o objectivo de garantir o aproveitamento útil e efectivo destes” (ANGOLA, 2004, Art.7). No mesmo artigo- na seção 4- , se reforça a ideia de que o Estado angolano tem mecanismos jurídicos que assegurem o direito de usucapião.

Os direitos fundiários adquiridos transmitidos ou constituídos nos termos da presente lei extinguem-se pelo seu não exercício ou pela inobservância dos índices de aproveitamento útil e efectivo durante três anos consecutivos ou seis anos 6 interpolados, qualquer que seja o motivo. (ANGOLA, 2004, Art. 7)

Ainda sobre o direito à propriedade, no artigo 84, se define:

Sem prejuízo do disposto no artigo 6.º n.º 5 e 6, as pessoas singulares e as pessoas colectivas que ocupam, sem qualquer título, terrenos do Estado ou das autarquias locais, devem, no prazo de três anos a contar da publicação do regulamento geral ou especial aplicável requerer a emissão de título de concessão. (ANGOLA, 2004, Art.84)

Por esses artigos se percebe um certo grau de “facilidade” que os moradores dos musseques agrícolas, particular os do Sul de Luanda, teriam de garantir seus espaços e títulos de propriedade. A grande questão, como discutida acima, é que quando essas terras se tornam disputas pelas grandes imobiliárias em parcerias com o Estado as mesmas leis os discursos e a legitimação legal pelo Estado para a “usurpação” desses espaços se tornam infalível.

A inobservância do disposto no número anterior implica a não aquisição de qualquer direito fundiário pelo ocupante, por força da inexistência de título. 3. O Estado e as autarquias locais podem usar, contra o ocupante, dos meios facultados ao possuidor nos artigos 1276.º e seguintes do Código Civil. (ANGOLA, 2004, Art.84)

Estamos diante de uma relação não apenas conflitante, mas confusa nos próprios termos legais, permitindo, por um lado, o direito e uso de terras desabitadas/abandonadas até que, por outro lado, se tenha os interesses públicos ou privados desde o ramo imobiliário a outros. Vale destacar que a desapropriação desses espaços não se resume no ato da restrição de direitos de um certo grupo, constitui-se, também, em outros termos, o extermínio de modos de sobrevivência que se espelham em todo um conjunto de solidariedade e sociabilidades. Como defende Santos (2015), se

Para o Estado angolano, trata-se de implementar os meios pelos quais poderá alcançar seus objetivos [...] para as populações dos musseques, trata-se do reconhecimento de seus direitos e da construção de uma identidade e um vínculo social que lhes permita tornar mais visível, mais constante e forte seu sentimento de estar socialmente incluído, de encontrar seu devido lugar na sociedade angolana, em outros termos, sua cidadania. (p. 108).

A menção à inversão de prioridades se dá de várias maneiras, no caso da expansão urbana em Luanda se percebe a partir de megas projetos multimilionários, como estádios de futebol, novos shopping centers e outros espaços que exigem consumos que não se refletem aos bolsos da grande maioria dos musseques. Ou seja, muitos dos novos investimentos acabam sendo projetados pelas mesmas classes de poder econômico e político dos antigos centros e/ou das classes emergentes,

Por outro lado, o shopping se opõe ao espaço público porque se apresenta como se fosse um desses espaços, sem a imagem da miséria e da decadência social que

caracteriza os musseques e seus modos de organização, que o Estado angolano, suas elites e os “estrangeiros” gostariam de ver desaparecer. (SANTOS, D. 2015, p.111).

Figura 24: Talatona Shopping: um investimento avaliado em mais 40 milhões de dólares norte americano³⁶.



O Talatona Shopping, por exemplo, no Sul de Luanda, está revestido:

Com quatro pisos, ligados por seis escadas rolantes e dois elevadores padrões e panorâmicos, o Talatona Shopping é um projecto de 40.000 m² de área total lançado para criar impacto em Luanda.

A arquitectura apresenta características que o distinguem da concorrência pela presença de uma área kids com mais de 1.000 m², estacionamento exterior e coberto, galeria de arte com mais de 250 m², 75 lojas âncoras e megastores e uma praça de alimentação com espaço interno e esplanada. (África, 2019, s/p).

Investimentos dessa natureza geram, de todo modo, maiores mobilizações e possibilidades de novos postos de trabalhos, logo, por si só não se constitui um problema. O grande desafio dista na questão de prioridades e reconhecimentos de direitos a aqueles que vêm por meio desses grandes investimentos- “em suas regiões”, uma negação de todo um tipo de direito, aumento de pressão e coerção físico-moral entre outras e outras. Por se tratar de um espaço que se apresenta como *numerus clausus*³⁷, um investimento dessa envergadura, exige um certo capital cultural, econômico e social que se distam dos modus dos moradores dos musseques à volta esses novos projetos.

³⁶ Fonte: Jornal África (2019). Disponível em: [<https://jornaldoimobiliario.com/talatona-shopping-um-investimento-de-20-mil-milhoes-de-kwanzas/>]. Acesso aos: 08/09/2023

³⁷ A expressão associada à ideia de “seletu/reduzido”

Considerações finais e caminhos abertos para sequência da pesquisa

Esta pesquisa contribui para os estudos sobre o recente processo de urbanização em Angola. O destaque à urbanização do Sul de Luanda nos permitiu analisar as dinâmicas que norteiam parte deste recente processo. Desse modo, com a pesquisa, buscamos ampliar a discussão elencando os desafios do processo histórico de Angola, as dinâmicas do processo histórico de urbanização em Angola, o olhar aos desdobramentos sobre a questão da terra país, bem como a ênfase às transformações e segregação dos musseques agrícolas. Do recente processo de urbanização, o estudo procurou enfatizar as dinâmicas decorrentes entre as cidades do Sequele e Kilamba.

Pelo nosso interesse em se aprofundar para uma acurada compreensão sobre as transformações das disposições dos sujeitos nos espaços que registram maiores investimentos da recente urbanização, nos musseques agrícolas, pensamos que se essa pesquisa apresenta suas limitações e, com isso, abrimos margem para posteriores caminhos e sequência dessa pesquisa. Antes das discussões em torno da questão urbana, procuramos contextualizar dados sobre alguns dos principais eventos na história recente do continente africano, com destaque à realidade angolana.

Buscamos apresentar uma discussão histórica sobre a realidade africana/angolana a partir das estruturas políticas e administrativas, antes da presença dos países do ocidente europeu, para contextualizar os meios tecnológicos utilizados no avanço da produção agrícola, têxtil e/ou outras, que se diferenciavam e destacavam, quando comparados com outras realidades, incluindo a do ocidente europeu.

Segundo Rodney (1975), a existência de um modelo avançado na produção agrícola, e outros meios tecnológicos se verificam no continente africano por tempos antes da presença europeia. Nessa senda, a presença europeia se assume, então, como parte fundamental da desintegração das estruturas políticas e de um modelo administração territorial milenar, no continente africano. Com destaque aos desafios e lutas anticoloniais, as resistências política de soberanos e “novos” modelos de resistência colonial, a partir, dos anos 1940, com a formação de partidos de expressão política, constituímos então, desse modo, o nosso primeiro capítulo.

No segundo capítulo, na sequência do olhar às dinâmicas e transformações dos espaços sociais de Angola, nos focamos em perceber a recente urbanização, mesmo que percorrendo sobre seu processo histórico. O processo histórico da urbanização em Angola nos remeteu a

discorrer sobre as primeiras grandes transformações do tecido social no contexto angolano, isso, entre os finais do século XIX ao início do século XX. Ao longo do início do século XX, a projeção das grandes cidades no continente africano teve como base o processo violento de exclusão de uns, menos favorecidos, em detrimento de outros, um grupo dominante. A lógica dessas cidades era movida pela busca de melhores alternativas para respostas ao escoamento e administração dos recursos explorados para atender as antigas metrópoles. Por essa razão, no mesmo período do auge da produção agrícola³⁸, exploração mineira, e não só, no continente africano, se verificaram os maiores investimentos do alargar das cidades, construções de pontes, ferrovias e etc. No entanto, para a realidade africana, as cidades não partem da lógica da necessidade de resolução das demandas e desafios de gestão social, antes pelo contrário, as cidades para essa realidade partem do processo de desarticulação das estruturas sociais, políticas e econômicas, as cidades, nesses moldes, produzem pobreza. No entanto, como pudemos observar no capítulo dois, os primeiros grandes avanços da cidade de Luanda se assumem, também, como os primeiros grandes avanços dos musseques (Nascimento, 2013).

Outrossim, alcance das independências política no continente africano não o livrou dos desafios das outras dependências: culturais, jurídicas e econômicas, etc. No caso de Angola, por exemplo, o processo de urbanização, como se observa nos países ex-colonizados, não se livrou das implicações sociais, políticas e econômicas. Ou seja, o recente processo de urbanização em Angola apresenta características neocoloniais por vários fatores, um deles, como discutido no segundo capítulo é pelo fato de não se apresentarem significativas diferenças entre os dois modelos de urbanização; a colonial e pós-paz. Uma vez que, na urbanização do período colonial, o avanço do antigo centro da cidade Luanda se dava pelo processo de deslocamento arbitrário das populações africanas em detrimento do crescimento infraestrutural e demográfico da população europeia/portuguesa. E, na recente urbanização, embora em épocas diferentes, não se viu/vê “livre” do processo da marginalização e desprovisionamento de direitos de uns em detrimento de outros.

Tais condições podem ser observadas a partir de como, no terceiro capítulo, buscamos enfatizar o maior projeto habitacional construído no pós-paz, a cidade do Kilamba. De acordo com a entrevista realizada pela Talatona Tv (2021), a nova cidade do Kilamba, grande pela sua relevância social, trouxe impactos nas disposições dos sujeitos moradores dos musseques à volta, as transformações vão desde o âmbito econômico, como, também, na transformação

³⁸ Aqui entende-se como exploração da mão de obra barata de africanos e africanas.

socioespacial, com a questão das mudanças significativas no solo, prejudicando, no entanto, produtos antes colhidos e comercializados, como bata doce, mandioca, tomate, couve e outros. (Talatona TV, 2021). Nesse sentido, a cidade do Kilamba não se isenta das contradições estruturais a que se inserem os desafios das urbanizações como se concebe hoje.

Na medida que se percebe que, mesmo a cidade do Kilamba ter sido criada para “busca” pela resolução dos conflitos habitacionais pelo rápido crescimento demográfico, o Kilamba foi construído em uma zona outrora habitado e “trabalhado” por inúmeros camponeses que, sem as devidas indemnizações, carecem de possibilidades de adquirirem residências nos apartamentos do projeto e, muito menos, meios que garantam a fixação neles.

O percurso histórico da urbanização em Angola/Luanda escancara os principais desafios de se pensar políticas que observem a necessidade de ampliação de debates sobre em quais espaços, modelos projeção e gestão urbana seriam propícios para se minimizar os danos da precariedade a que os menos favorecidos são submetidos. A pertinência dessas discussões leva em conta a complexidade que se constitui Luanda, uma cidade que registra rápidas transformações no seu tecido social, cultural e econômico. Com o fim da guerra civil em Angola e a alta dos preços do barril de petróleo, Angola registra seus significativos superávits financeiro, o que, com isso, dinamizou o processo da projeção dos novos polos urbanos em todo país, com destaque na região Sul de Luanda.

Ainda no quesito socioeconômico da realidade luandense, nas duas últimas décadas, a situação demográfica de Luanda situou-se no crescimento aproximado de 50% por ano: saindo de quinhentos mil habitantes, em 2002, para mais de nove milhões de habitantes. Tornando Luanda não apenas na cidade que mais cresce no país, como uma das cidades que mais cresce no contexto africano, bem como na comunidade internacional dos países que têm o português como língua oficial (INE, 2022).

Para além do rápido crescimento demográfico, os desafios combinam com as transformações do cenário macro a nível nacional, a desvalorização da moeda, a perda do poder de compra, o crescimento da taxa de pobreza, assim como, o crescimento do desemprego.

O Coeficiente de Gini apresenta dados condizentes com a distribuição percentual das receitas por quintis, confirmando deste modo a desigualdade acentuada no país. O Coeficiente de Gini para receitas em Angola é 0,59. Para as áreas urbanas é aproximadamente igual ao nacional e nas áreas rurais é relativamente inferior (0,54). Isto indica que existe diferenças significativas entre os 20% da população mais pobre e os 20% mais ricos nas áreas urbanas. As províncias da Huíla, Luanda, Lunda Sul, Lunda Norte, Benguela e Cuando Cubango apresentam o coeficiente de Gini significativamente alto, acima do nacional (0,60-0,67) (INE, 2019).

Existe uma histórica relação nas desigualdades de distribuição de renda e desigualdade e/ou exclusão no processo da produção do espaço urbano. Como observamos, a produção do espaço urbano na realidade luandense se confunde com processo de segregação espacial de menos favorecidos, especulação imobiliária e desarticulação das estruturas sociais de sujeitos dos espaços em urbanização. Somando com os desafios socioambientais, se percebe que, mesmo após a independência, as políticas de gestão urbana e ordenamento territorial pouco se discorrem sobre resolução de alguns dos principais desafios dos musseques.

Na cidade do Kilamba, por exemplo, com os problemas técnicos do destino inadequado dos resíduos, os camponeses registram transformações e dificuldades no processo do cultivo. Por essa razão, acreditamos que a implementação das novas cidades em espaços em que se registram, por anos, práticas do trabalho de campo acarretam uma série de desafios que precisam se ter em conta para que se previnam impasses e contradições espelhadas no processo de segregação espacial.

A longa discussão teórica dessa pesquisa nos levou a destacar que, pese embora o esforço do governo angolano na tentativa de melhor solucionar a questão das residências condignas, o reordenamento territorial, tais medidas não isentaram, por outro lado, o processo de segregação espacial de sujeitos nos musseques e, com isso, a urgência na discussão em torno de pensar mecanismos que garantam não apenas a observância dos avanços que as leis de terras no país alcançaram até então como, também, na possibilidade de articulação de dinâmicas que inspirem os anseios e soluções das mais variadas demandas dos sujeitos dos espaços em urbanização. Cabe agora seguir em pesquisa de doutorado, realizando pesquisa de campo em Luanda-Angola para ouvir o que os moradores desses musseques tem a nos contar sobre as transformações vividas em decorrência.

Referências Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO GERAL TRIBUTÁRIA. Relatório do comércio externo anual: Gabinete de planeamento estratégico e cooperação internacional 2021. Disponível em: <<https://www.ucm.minfin.gov.ao/cs/groups/public/documents/document/aw4y/nzy0/~edisp/minfin2764776.pdf>>. Acesso: 10 de jan. 2024.

AFONSO, Luiekakio. Uma leitura da urbanização recente da cidade de Luanda a partir da teoria dos dois circuitos da economia urbana. *PerCursos*, Florianópolis, v. 23, n.51, p.167 - 210, jan./abr. 2022.

AGOSTINHO NETO, António. Quem é o inimigo? Qual é o nosso objetivo. In: Teoria de organização política II. Escritos de: Mariátegui, Gramsci, Prestes, Che, Ho-Chi-Minh, Marighella, Álvaro Cunhal, Agostinho Neto, Florestan Fernandes. Ademar Borgo (org.)-2. ed. São Pauli: Expressão popular, 2010. 416 p.

ANDRADE, Rutte Tavares Cardoso. Por uma urbanização descolonizada na cidade da Praia em Cabo Verde: estudo da ocupação do espaço urbano na informalidade / Rutte Tavares Cardoso Andrade. -- SalvadorBahia, 2017. 185 f.

André, A. B. V.; Luz, V. S. O fenómeno das zungueiras, a segregação urbana e a consolidação dos musseques em Luanda, Angola. *Labor E Engenho*, 16(00), e022007. 2022. Disponível em: [<https://doi.org/10.20396/labore.v16i00.8668602>]. Acesso: 21 de out.2023.

ANGOLA PRESS. Projeto da Quiminha recebe sementes para o cultivo de milho. 5 de abril de 2016. Disponível em: [<https://www.youtube.com/watch?v=cbFFeeJJpPc>]. Acesso aos 22 de Jul.2023.

Angola um país com futuro: sustentabilidade, equidade, modernidade. Estratégia de desenvolvimento a longo prazo para angola (2025). Ministério do Planeamento. 2007.

ANGOLA. Boletim de indicadores da produção agro-pecuária e florestal I semestre de 2021. Ministério da Agricultura e Pesca. Luanda, 2021.

ANGOLA. Lei de bases de fomento habitacional, de 3 de setembro de 2007. Diário Oficial da República de Angola. Angola, 2007.

ANGOLA. Lei sobre a concessão de titularidade do uso e aproveitamento da terra. Luanda, 21 de agosto de 1992. Disponível em: [<https://faolex.fao.org/docs/pdf/ang31352.pdf>]. Acesso aos 12 de jan.2024.

ANGOLA. Relatório de fundamentação: Orçamento geral do estado 2023. Ministério das Finanças. Angola, 2023. Disponível em: <<https://www.minfin.gov.ao/PortalMinfin/#!/materias-de-realce/orcamento-geral-do-estado/oge-do-ano-corrente>>. Acesso: 22 de jun.2023.

ANGOLA: aspectos gerais. *The World Bank*. s.d. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview>>. Acesso em: 12 de jan. de 2023

ANTONIO, Nelson Domingos. Transição pela transação: uma análise da democratização em Angola. 2013. 201 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

INE. Anuário de estatísticas das empresas 2015-2018. Luanda, 2019.

ARTUR, Dumilde Virgílio Carvalho. Do fenômeno da desindustrialização às novas informalidades: um estudo de caso sobre a exploração da força de trabalho infanto-juvenil em Luanda (Angola). 2021. 21 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2021.

BARBEITOS, Arlindo. Tradição, modernidade e mudança social em Angola. *Revista angolana de Ciências Sociais*. 2014. p.33-55.

BAUMAN, Zygmunt. A sociologia depois do holocausto. In: BAUMAN, Z. Modernidade e holocausto. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 1998. p.19-50.

BETTENCOURT, Andrea Carina de Almeida. Qualificação e reabilitação de áreas urbanas críticas: Os musseques de Luanda. Dissertação (mestrado). Universidade Técnica de Lisboa, 2011. 97f.

BOAHEN, Albert Adu. África diante do desafio colonial. In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935/editado por Albert Asu Boahen- Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010. p.1-20.

BOAHEN, Albert Adu. História geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935. (2010)

BOURDIEU, P. (dir.). *A Miséria do mundo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: Sobre a teoria da ação*. Tradução: Mariza Corrêa. Campinas: Papiru, 1996. p.13-33.

BOURDIEU, Pierre. *O desencantamento do mundo: Estruturas econômicas e estruturas temporais*. Tradução: Silvia Mazza. Editora Perspectiva S.A, 1979.

BRAZ, Osvaldo; RAPOSO, Isabel. *Urbanização de Luanda, expansão dos musseques e realojamento dos seus habitantes no novo milénio*. Estudo Prévio 19. Lisboa: CEAUT/UAL - Centro de Estudos de Arquitetura, Cidade e Território da Universidade Autónoma de Lisboa, 2021, p. 45-55.

BUSSOTI, Lucas. *Políticas agrícolas e usurpação de terras em Moçambique independente: Resistências, movimentos sociais, papel do Estado*. Centro de Estudos Africanos do ISCTE: Instituto Universitário de Lisboa, 2020.

CANAL SOS HABITAT ANGOLA. CABIRI: TAHAL. *Angola continuar usurpar terra dos camponeses*. YouTube, 22 de set. 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JXWAC9-Tc4I>>. Acesso em: 27 de set. 2022.

CANAL SOS HABITAT ANGOLA. *O grito dos camponeses do Icolo e Bengo*. YouTube, 21 de jun. de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=i3phcr73DYY>>. Acesso: 27 de set. 2022.

CÂNDIDO, Antônio. *Os Parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Livraria Duas Cidades. 1987.

CARVALHO, Rómulo. *História do Ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime Salazar-Caetano*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1986. *Censo confirma êxodo rural em Angola*. VOA. 2017. Disponível em: <<https://www.voaportugues.com/a/censo-confirma-exodo-rural-angola/3670356.html>>. Acesso aos 26, set. 2023.

CASACIVILPRANGOLA. *PR inaugura Cidade do Kilamba*, 11 de Julho 2011. Youtube, 22 de ago. 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PH8TP_4SYW8>. Acesso em: 26 de set. 2023.

CASTRO, José Caléia. *Configuração socioespacial como expressão de conflitos: Expansão urbana de Luanda e o planejamento territorial de Angola*. Dissertação (Mestrado). UNIVAP, 2015. 107f.

CENTRO DE IMPRENSA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DE ANGOLA. Infraestrutura inaugurada nó de Talatona melhora circulação rodoviária para o Benfica. Canal do Youtube. 18 de jul.2022. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=PADrpJOgPfU>>. Acesso aos 13 de jan.2024.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

DIAS, Cláudia Santos Nobre. Infraestruturação em áreas rurais: O caso do continente africano. Dissertação (Mestrado). Universidade nova de Lisboa, 2014. 119f.

DIOP, Majhemout et al. A África tropical e África equatorial sob domínio francês, espanhol e português. In: História geral da África, VIII: África desde 1935/editado por Ali A. Mazrui e Chistophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010.

EMBAIXADA DO BRASIL EM LUANDA. Relatório de gestão embaixador Paulino Franco de Carvalho Neto. [s.d.]. Disponível em <<https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8864363&ts=1601654882362&disposition=inline#:~:text=3.,para%20o%20desenvolvimento%20socioecon%C3%B4mico%20local>>. Acesso: 16 de set. de 2023.

EUGÉNIO, A. Produção agrícola registra crescimento de 19%. Jornal de Angola. Luanda, 02 de set.2022.

FANON, Frantz. Em Defesa da Revolução Africana. Lisboa: Livraria Sá da Costa, Editora 1980.

FIGUEIRA, Moisés Bernardo. Novas centralidades na área metropolitana de Luanda: a cidade de Sequele como estudo de caso. Dissertação. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2020. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/192973377-Novas-centralidades-na-area-metropolitana-de-luanda-a-cidade-de-sequele-como-estudo-de-caso.html>>. Acesso em: jan. de 2023.

GARCIA JR., Afrânio; HEREDIA, Beatriz Alásia de. Campesinato, família e diversidade de explorações agrícolas. In: GODOI, E.; MENEZES, M. A. de; MARIN, R. A. (orgs.). Diversidade do campesinato: expressões e categorias: estratégias de reprodução social. Volume 2, Brasília, DF: NEAD, 2009. p.213-243.

GO, Julian. Bourdieu, Argélia e a perspectiva pós-colonial. Traduzido por Mariana Bombo Perozzi Gameiro. Contemporânea, v.8, n.1, p.11-32, jan-jun, 2018.

GO, Julian. Postcolonial thought and social theory. New York: Oxford University Press, 2016.

GUEVANE, Luiz Adriano. Dinâmicas de produção do espaço urbano na perspectiva da informalidade e pobreza urbana. Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos, v.03, n.03, p.(79-97), Outubro de 2019.

HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. O país: conheça mais sobre Angola. INE, 2011. Disponível em: <<http://www.ine-ao.com/oPais.htm>>. Acesso em abril de 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Relatório de pobreza em Angola: inquérito sobre as despesas e receitas. INE, 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. Resultados definitivos do recenseamento geral da população e da habitação de Angola 2014. INE, 2016. Disponível em: <<https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/ODI3Ng%3D%3D>>. Acesso em janeiro de 2023.

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan. Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935/editado por Albert Asu Boahen. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010. p.191-218.

JORNAL DE ANGOLA. 260 mil chineses trabalham em Angola em fase de reconstrução nacional. Jornal de Angola. Luanda, 10 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/260-mil-chineses-trabalham-em-angola-em-fase-de-reconstrucao-nacional/>>. Acesso: 16 de set. de 2023

JORNAL DE ANGOLA. Desapropriação de terras inviabiliza cooperativas. Edições de Novembro. Luanda, 2019. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=421536>>. Acesso aos: 24 de jul.2023.

JORNAL DE ANGOLA. GPL Requalifica 16 bairros ao redor da cidade do Sequele. Jornal de Angola. Luanda, 06 de maio de 2019. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/gpl-requalifica-16-bairros-ao-redor-da-cidade-do-sequele/>>. Acesso aos 24 de julho de 2023.

JORNAL DE ANGOLA. Mais portugueses escolhem Angola. Jornal de Angola. Luanda, 12 de dez. de 2016. Disponível em:

<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=369805#:~:text=%C3%89%20o%20destino%20fora%20da,em%20Angola%20126%20mil%20portugueses>. Acesso: 16 de set. de 2023.

JORNAL DE ANGOLA. Musseque Sequele é nova centralidade. Jornal de Angola. Edições de novembro. Luanda, 21 de junho de 2010. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/detalhes.php?id=185093>. Acesso aos 24 de Jul.2023.

JORNAL DE ANGOLA. País tem 42 minerais exploráveis capazes de gerar desenvolvimento. Jornal de Angola, 2021. Disponível em: <<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/pais-tem-42-minerais-exploraveis-capazes-de-gerar-desenvolvimento/>>. Acessado aos 14 de maio de 2023.

JOSE, J. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, JR., org. Desvendando a história da África [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, p. 159-179.

KIPRÉ, Pierre. O desenvolvimento industrial e o crescimento urbano. In: História geral da África, VIII: África desde 1935/editado por Ali A. Mazrui e Chistophe Wondji.- Brasília: UNESCO, 2010. 1272 p.

LEFEBVRE, Henry. O Direito à Cidade. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

M'BOKOLO, Elias. A África equatorial do Oeste. In: História geral da África, VIII: África desde 1935/editado por Ali A. Mazrui e Chistophe Wondji. Brasília: UNESCO, 2010. p.229-260.

MENZ, Maximiliano M; LOPES, Gustavo Acioli. A população do reino de Angola durante a era do tráfico de escravos: um exercício de estimativa e interpretação (C. 1700-1850). São Paulo: rev. hist., 2018.

NAÍM, Moisés. Ilícito: o ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global. Trad. José Lopes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

NASCIMENTO, Washington Santos. Gentes do Mato: Os novos assimilados em Luanda (1926-1961). Dissertação (mestrado). USP, 2013. 235f.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Desenvolvimento em África depende de urbanização de qualidade. ONU. 2016. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/audio/2016/05/1173861>>. Acesso em: janeiro de 2023.

OUR WORLD IN DATA. Angola, 2023. Disponível em: <<https://ourworldindata.org/country/angola>>. Acesso aos 02 de jul.2023.

PAIN, Rodrigo de Souza. A questão da terra em Angola: velhos problemas, velhas soluções. Cadernos do CEOM, n.27, p.71-88, 2007.

PEREIRA, João Márcio Mendes. A disputa político-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do banco mundial (1994-2005). Brasília: Sociedade e estado, a, v. 20, n. 3 p. 585-610, set./dez. 2005.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. Migração e diversidade linguística em Luanda. Travessia. Janeiro-Abril, 2002.

Quiminha | Projecto Integrado de Desenvolvimento Agrícola e Regional. In: Skyscraper City. 2016. Disponível em: [<https://www.skyscrapercity.com/threads/quiminha-projecto-integrado-de-desenvolvimento-agr%C3%ADcola-e-regional.1867195/>]. Acesso aos 09 de fev.2024.

QUITARI, Garcia Neves. Agricultura familiar em Angola: as armadilhas conceituais da classificação dicotómica. Mulemba, 5 (10) | 2015, p.233-260.

RAMIRO, Patrícia. Assentamentos rurais: O campo das sociabilidades em transformação. O caso dos assentados do Nova Pontal. Tese (Doutorado). Universidade Federal do São Carlos, 2008. 156f.

RIBEIRO, LUIZ CESAR DE QUEIROZ. A Metrópole: entre a fragmentação, a cooperação e o conflito. In. Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (organizador); Luciana Corrêa do Lago, Sergio de Azevedo, Orlando Alves dos Santos Junior (colaboradores) .- 2. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrópoles: INCT, 2015.

ROCHA, Alves da. Desigualdades e Assimetrias Regionais em Angola In: Economia sociologia, ambiente e desenvolvimento rural. Coord.: Maria Leonor da Silva Carvalho; Marcos Olímpio Gomes dos Santos; Joaquim Caeiro. – Actas do 2.º Encontro Luso-Angolano na Universidade Metodista de Angola, 2011.

RODNEY, W. Como a Europa subdesenvolveu a África. Tradução: Edgar Valles. Lisboa: Serra Nova, 1975.

RODRIGUES, Cristina U. Trabalho assalariado e estratégias de sobrevivência e reprodução de famílias em Luanda. ISCTE, Lisboa, 2007.

Sayad, A. O retorno: Elemento constitutivo da condição do imigrante. *TRAVESSIA - Revista Do Migrante*, (Especial), 2000.

SÁ, Ana Lúcia Lopes de. A ruralidade na narrativa angolana do século XX: elemento de construção da nação. Tese (doutorado). Universidade da Beira Interior, s.d. 488f.

SANTOS, J. V. T. dos. Introdução. A Gênese histórica do camponês. Capítulo I; Os elementos da produção camponesa capítulo II. In: *Colonos do vinho: Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. Ed. [São Paulo] HUCITEC. 1993.

SARAIVA, Rute Gabriel Monteiro. Comportamentos demográficos em Luanda: Fecundidade em áreas urbanas periféricas. Tese (Doutorado). Universidade de Lisboa. 2017.

SASSEN, Saskia. Sociologia da globalização. Saskia Sassen; tradução Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica Guilherme G. de E Xavier Sobrinho. - Porto Alegre: Artmed, 2010.

SEBASTIÃO, André Kizua Monteiro. O Processo de paz em Angola: A dimensão internacional do conflito armado de Gbadolite à Luena. Dissertação (Mestrado). Universidade de Évora, 2015. 112f.

TALATONA TV. Mulheres Rurais: Centralidade do Kilamba. YouTube, 13 de jan. 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=nmm1BiuCTUc>>. Acesso: 27 de set. 2022.

TPA ONLINE. Ocupação de terras: Braço-de-ferro entre camponeses e a cooperativa lar patriota. YouTube, 09 de ago. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=r_JY2IkTSNc>. Acesso: 24 de out. 2022.

UN-HABITAT. Documento do Programa-País Habitat-MINOTH para o desenvolvimento urbano sustentável de Angola. UN-Habitat. 2017.

UNICEF. Orçamento Geral do Estado 2023. Visão geral. Disponível em: <<https://www.unicef.org/angola/media/3511/file/Vis%C3%A3o%20Geral%20do%20OGE.pdf>>. Acesso: 09 de jan. 2024.

UZOIGWE, Godfrey N. Partilha europeia e conquista de África: apanhado geral. In: História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935/editado por Albert Asu Boahen. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010. p. 21-50.

VER ANGOLA. Quiminha quer produzir 40 mil toneladas anuais de produtos hortícolas em 2020. Ver Angola. 12 de Maio de 2020. Disponível em: <<https://www.verangola.net/va/pt/052020/Industria/19939/Quiminha-quer-produzir-40-mil-toneladas-anuais-de-produtos-hort%C3%ADcolas-em-2020.htm>>. Acesso aos: 22 de Jul.2023.

VÉRAS, Maura Pardini Biscudo. Trocando olhares: uma introdução à construção sociológica da cidade. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2000.

ZAU, Filipe. Angola: Trilhos para o desenvolvimento. Lisboa: Universidade Aberta, 2002.